

ADRIANO FRANCISCO DE OLIVEIRA

**APEGO AO LUGAR E ETHOS HUMANO: UMA REVISÃO TEÓRICA NARRATIVA-
INTEGRATIVA**

Versão corrigida

SÃO PAULO
2024

ADRIANO FRANCISCO DE OLIVEIRA

**APEGO AO LUGAR E ETHOS HUMANO: UMA REVISÃO TEÓRICA NARRATIVA-
INTEGRATIVA**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos
requisitos para a obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social e do Trabalho.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Maria Patrício Ribeiro

SÃO PAULO
2024

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTA TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Francisco de Oliveira, Adriano

Apego ao Lugar e Ethos Humano: uma revisão teórica narrativa-integrativa / Adriano Francisco de Oliveira; orientadora Sandra Maria Patrício Ribeiro. -- São Paulo, 2024.

177 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2024.

1. Psicologia Social. 2. Ethos Humano. 3. Apego. 4. Apego ao Lugar. 5. Apego à Moradia de Risco. I. Patrício Ribeiro, Sandra Maria , orient. II. Título.

“Porque era ele, porque era eu”

Ao meu irmão, amigo, primo Diego Tameirão

“Tem sido um longo dia sem você meu amigo E lhe direi tudo quando vê-lo novamente”

Agradecimentos

Ao fim da produção deste trabalho, muito tenho que agradecer.

Sou muito grato a minha orientadora, Sandra Maria Patrício Ribeiro, pelo ensinamento, acompanhamento e pela amizade. Agradeço por ter aceitado me orientar e a estimular com tanta serenidade em meio a temas tão complexos. Agradeço também aos meus amigos do Laboratório de Estudos em Psicologia Social e Mundo Contemporâneo: Paradigmas & Estratégias (LAPSI) do Instituto de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo. E, a cada professor com quem cursei disciplinas ao longo do curso: Prof^o Arley Andriolo, Prof^o Sigmar Malvezi, Prof^o Marcelo Benvenuti, Prof^a Maria Inês Assumpção, Prof^o Luiz Roberto Giorgetti, Prof^o Wagner Pinheiro Pereira, Prof^o Leopoldo Fulgêncio, Prof^o Pablo Castanho, Prof^a Ivonise Fernandes Mota.

Agradeço a Associação Beneficente Irmã Idelfranca pelo apoio no desenvolvimento da pesquisa; a Sociedade de Ensino Profissiona e Assistência Social – SEPAS, pelas contribuições no desenvolvimento deste trabalho e ao saudoso Pe. Ticão, por ter sido o grande inspirador na tentativa de compreender os fenômenos que ocorrem em determinado território. Agradeço também as famílias que participaram das escalas aplicadas bem como dos questionários com tanta abertura e boa vontade.

Agradeço a minha esposa Aline Prado por ter me dado em toda essa caminhada um apoio incomensurável e sem o qual seguramente não teria concluído essa tese (sequer iniciado). Agradeço também as nossas filhas, Beatriz e Ana, pela beleza da presença e do compartilhamento da vida, que faz tudo criar sentido.

Estendo este agradecimento a toda minha família, aos meus pais, irmãos, sobrinhos e sobrinhas, assim com a minha avó Alzira a quem tenho tanto apreço e aos meus tios, tias, primos e primas. Agradeço aqueles que enquanto familiares nos deixaram tão cedo, sem aviso e que tanta falta fazem.

Agradeço também aos meus amigos e amigas, pela companhia de sempre e pela confiança constante. Aqui, agradeço também as dezenas de pessoas que conheci por algumas horas em algum evento, congresso, simpósio ou discussões temáticas e que deixaram algo de si para essa pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – código de financiamento 001.

Resumo

A tese pauta-se por dois objetivos: 1) Empreender uma revisão teórica narrativa- integrativa acerca do conceito de “Apego ao Lugar”, buscando explicitar as articulações que mantêm com o conceito de “Ethos Humano”; e 2) Explorar as potencialidades e limitações na aplicação do conceito de “Apego ao Lugar”, bem como de alguns instrumentos construídos com o intento de mensurá-lo, numa situação concreta problemática, como é o caso dos moradores do Jd. Helena-Itaim Paulista. A revisão bibliográfica partiu da consideração de estudiosos que se dedicaram à compreensão dos significados e dimensões relativos às noções de “apego”, de “lugar” e de “apego ao lugar”; em seguida, busca-se explicitar possibilidades de dialogar com a definição de ethos preconizada por Ribeiro (2018). A parte empírica consistiu na realização de duas aplicações piloto de escalas de Apego ao Lugar, de Apego Adulto e de Apego à Moradia em Área de Risco, e de entrevistas semiestruturadas, junto a moradores da região Jd. Helena/Itaim Paulista, no extremo leste da cidade de São Paulo-SP. Os resultados, conquanto inconclusivos, oferecem contribuições para a necessária clarificação dos conceitos envolvidos e apontam hipóteses para alcançar maior efetividade no manejo de situações problemáticas envolvendo populações residentes em áreas de risco.

Abstract

The thesis is guided by two objectives: 1) Undertake a narrative-integrative theoretical review about the concept of “Place Attachment”, seeking to explain the connections it maintains with the concept of “Human Ethos”; and 2) Explore the potentialities and limitations in applying the concept of “Place Attachment”, as well as some instruments constructed with the intention of measuring it, in a concrete problematic situation, as is the case of the residents of Jd. Helena-Itaim Paulista. The bibliographical review started from the consideration of scholars who dedicated themselves to understanding the meanings and dimensions related to the notions of “attachment”, “place” and “place attachment”; Next, we seek to explain possibilities of dialoguing with the definition of ethos recommended by Ribeiro (2018). The empirical part consisted of carrying out two pilot applications of place Attachment, Adult Attachment and Attachment to Housing in a Risk Area scales, and semi-structured interviews with residents of the Jd region.

Helena/Itaim Paulista, in the extreme east of the city of São Paulo-SP. The results, although inconclusive, offer contributions to the necessary clarification of the concepts involved and point out hypotheses to achieve greater effectiveness in the management of problematic situations involving populations residing in risk areas.

Lista de Mapas

Distrito Jardim Helena - Favelas – loteamento irregular – reservatorio.....	84
Distrito Itaim Paulista- Favelas – loteamento irregular – reservatorio.....	84
Distrito Jardim Helena - Alagamento Inundações - Índice de vulnerabilidade social.....	85
Distrito Itaim Paulista - Alagamento Inundações - Índice de vulnerabilidade – índice de vulnerabilidade social	85

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Dados Sociodemográficos.....	84
Tabela 2 – Caracterização sociodemografica.....	91
Tabela 3 – Coeficiente de correlação entre os domínios da Escala de Apego adulto e Escala de Apego ao Lugar	100
Tabela 4 – Distribuição de frequências – conjunto entre apego adulto e a realocação habitacional.....	101
Tabela 5 – Distribuição de frequência conjunto entre apego ao lugar e apego a moradia em locais de riscos.....	112
Tabela 6 – Distribuição de frequência conjunta dos núcleos e grupos de apego a moradia	112

Lista de Figuras

Figura 1- Discurso validado.....	14
Figura 2 – Formas de apego.....	33
Figura 3 – Evolução do Apego.....	37
Figura 4 – PPP – Place Attachement.....	54
Figura 5 – Sistema motivacional.....	56
Figura 6 – Modelo comportamento vicário.....	66
Figura 7 – Modelo comportamento vicário.....	66
Figura 8 - Modelo comportamento vicário.....	66
Figura 9 – Reciprocidade triática.....	74
Figura 10 – Modelo tripartide de apego ao lugar.....	100
Figura 11 – Hipotese das relações preditoras de apego ao lugar.....	109
Figura 12 – Uma cena do cotidiano.....	115
Figura 13 – Proposta de Avaliação precaucionária.....	121
Figura 14 – Dominio Subjetividade.....	124
Figura 15 – Domínio Comportamento.....	126
Figura 16 – Domínio Lugar	128

Apego ao Lugar e Ethos Humano: uma revisão teórica narrativa-integrativa

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
<i>A questão da ligação das pessoas com seus lugares de moradia.....</i>	14
<i>O quadro teórico: Apego ao Lugar e Ethos Humano</i>	16
<i>Os objetivos</i>	20
Capítulo 1: O APEGO	23
1.1 – <i>O percurso investigativo de John Bowlby (1907 – 1990)</i>	23
1.2 – <i>A teoria do apego</i>	26
1.3 – <i>O ambiente</i>	29
1.4 – <i>O comportamento de apego</i>	30
1.5 – <i>Formas diferenciais do comportamento de apego</i>	33
1.6 – <i>Sentimentos – emoção – afeto</i>	36
1.7 – <i>O apego adulto</i>	36
1.8 – <i>Outras teorias do apego adulto.....</i>	38
1.9 – <i>Desapego</i>	42
Capítulo 2: O LUGAR.....	43
2.1 – <i>O lugar como topofilia (Yi-Fu Tuan / 1930 -).....</i>	43
2.2 – <i>O lugar como chôra (Augustin Berque / 1942 -).....</i>	44
Capítulo 3: O APEGO AO LUGAR	47
3.1 – <i>A questão teórica.....</i>	52
3.2 – <i>O avanço metodológico.....</i>	58
3.3 – <i>Discutindo o conceito de Apego ao Lugar.....</i>	59
Capítulo 4: APEGO AO LUGAR, UM ELEMENTO DO ETHOS?	63
4.1 – <i>Comportamento</i>	65
4.2 – <i>Subjetividade</i>	76
4.3 – <i>Apego ao Lugar e Ethos Humano</i>	82
Capítulo 5: ESTUDOS EMPÍRICOS	83
5.1 – <i>Caracterização do Jd. Helena-Itaim Paulista</i>	83
5.3 – <i>Delineamentos e resultados dos estudos empíricos</i>	89
Capítulo 6 – CONSIDERAÇÃO FINAIS	115
6.1 – <i>Definição Apego ao Lugar</i>	120
Referências	130
Anexos	137

anexo 1 - Escala de Apego Adulto (EAA)	137
Anexo 2. Escala de Apego ao Lugar (EAL).....	138
Anexo 3. Escala de Apego à Moradias em Áreas de Risco (EAMAR)	139
.....	139
Anexo 4 - Relatório de análise estatística sobre o projeto: “Ethos contemporâneo e apego ao lugar”	140

INTRODUÇÃO

Desde muito antes do meu ingresso no Doutorado, meu interesse de pesquisa estava voltado à precariedade da situação dos moradores do Jd. Helena-Itaim Paulista, microrregião situada no extremo leste da cidade de São Paulo – SP, tendo atuado no local por longos anos, como representante de uma Organização Não Governamental (Sociedade de Ensino Profissiona e Assistência Social – SEPAS), e apesar da complexidade que é a história de ocupação dessa área da capital paulista, meu interesse sempre esteve voltado para a relação, construída ao longo do tempo e através das interações cotidianas, entre esses moradores e o local em que habitam.

Como qualquer outro bairro, as pessoas que ali residem possuem uma rotina, correlacionada tanto com o local em que residem quanto com a singularidade própria de cada habitante. A grande maioria dos estudos referente ao local a que tive acesso, procuram demonstrar a instabilidade e fragilidade das moradias na região; a violência a que estão expostos os moradores, a precariedade de serviços públicos; em resumo, a situação de exclusão social de seus moradores. A relevância de tais estudos me parece indiscutível, mas, pensando a partir da psicologia e de modo específico a partir da psicologia social, senti a necessidade de buscar teorias e métodos que me permitissem uma aproximação maior dos aspectos vivenciados pelos moradores a partir de seus próprios termos, sem desconsiderar as características econômicas e sociais já abordadas pelos estudos mencionados, que sempre me parecem de grande relevância.

Em 2011, por outras razões, entrei em contato com a professora Sandra Patrício Ribeiro que, na época, conduzia um Grupo de Pesquisa intitulado “Mitopoética da Cidade”. Desde então este tema de interesse foi sendo lapidado a luz dos diálogos promovidos no referido grupo e foi ganhando forma de um plano de investigação de longo prazo.

Entrementes, as necessidades oriundas da função que eu exercia nessa ONG me impeliu a desenvolver uma primeira etapa deste estudo, digamos, por um outro viés. No período de 2014 a 2016, realizei um curso de Mestrado voltado para políticas públicas. Era uma necessidade implícita a partir do intenso diálogo que desenvolvia em nome da organização e do próprio distrito com diversos atores políticos nas esferas municipal, estadual e federal.

O curso me possibilitou um aprofundamento e compreensão das formas teóricas e práticas que passam desde a implementação até a avaliação em políticas públicas; possibilitou um importante referencial teórico que contribui para o debate sobre políticas públicas na região, da qual a ONG era um ponto de referência e de encaminhamentos. Mas, ao mesmo tempo, o anseio primeiro persistia e, logo que foi possível, retomei as atividades do grupo de pesquisa na

Universidade de São Paulo e conseqüentemente ao meu interesse original de investigação.

Norteadado por esse interesse, me inscrevi e ingressei no ano de 2019 no curso de doutoramento do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da USP. Desde então, a minha busca voltou-se para o aprofundamento da compreensão sobre a relação das pessoas com os lugares em que vivem.

A partir do meu ingresso no doutorado, sob a orientação da professora Sandra Patrício, esta busca se alinhou aos estudos sobre o *ethos* humano, particularmente em suas manifestações contemporâneas, que têm norteadado as pesquisas do Laboratório de Estudos em Psicologia Social e Mundo Contemporâneo: Paradigmas e Estratégias (Lapsi - IPUSP), do qual faço parte como estudante.

A questão da ligação das pessoas com seus lugares de moradia

Quando se atua em uma área residencial considerada de alta vulnerabilidade social pelos critérios técnicos da municipalidade, como é o caso do Jd. Helena-Itaim Paulista, alguns termos como território, paisagem, distrito, vínculo, enraizamento, identidade, laços e apego ao lugar são frequentemente utilizados pelos agentes do poder público, especialistas, imprensa, políticos, lideranças e pelos próprios moradores. Normalmente são utilizados com um restrito aprofundamento terminológico no que se refere ao seu significado ou até mesmo como sinônimos e, além disso, de modo um tanto paradoxal. A simplificação de conceitos que por si já são demasiadamente complexos tem, a meu ver, dificultado o aprofundamento em pesquisas e estudos, principalmente no meu campo de interesse que é a psicologia, que possam vir a oferecer alguma contribuição do ponto de vista acadêmico.

A paradoxalidade presente nas discussões sobre a problemática dessa microrregião pode ser ilustrada pelos debates havidos durante as recorrentes iniciativas do poder público municipal e estadual para solucionar os problemas existentes no local mediante a desapropriação de moradias e conseqüente remoção de muitos moradores: há discursos de que os moradores precisam sair do território justamente porque este tornou-se insalubre; outros de que o lugar não oferece o básico para a digna sobrevivência humana e, em alguns discursos, é preciso recuperar a paisagem do território que, uma vez modificada pelo ser humano, passa a prejudicar a vazão natural do rio Tietê que passa pelo distrito e, em épocas de cheia busca ocupar o seu lugar original, sua área de várzea, que é também a área em que estão fixadas algumas moradias. Na contramão desses argumentos, há quem sustente a permanência dos moradores dados seus vínculos com o local, considerando que isso precisa ser respeitado, laços que precisam ser

preservados mesmo diante de alguma intervenção pública; de que uma remoção poderia causar prejuízos subjetivos aos moradores, de que não têm para onde ir ou de que aquele é o único local onde podem morar.

Partindo da minha experiência, diria que há um discurso instituído na região, de modo que qualquer proposta de reflexão que escape a este modelo previamente validado encontrará certa dificuldade. O que aqui estou denominando de discurso “validado” é justamente o que percebo ser predominante entre moradores, movimentos, associações, bem como entre técnicos governamentais e políticos. Tal discurso, cujos componentes centrais procurei resumir na Fig. 1, abaixo, sustenta que o capitalismo teria exercido uma força que “empurrou” a população para essas áreas lindeiras do município e que, a partir disso, teria se instalado um círculo vicioso. Neste modelo, o governo também seria empurrado pelos ditames capitalistas e, quando é conveniente, transferiria a responsabilidade aos moradores que ocupam determinada área que, por alguma razão, era ou passou a ser considerada como “proibida”. Assim posto, qualquer discurso que foge dessa lógica enfrenta dificuldades ou receberá os rótulos corriqueiros de não pensar na situação de exploração que vivenciam os moradores e a região. Até mesmo os estudos em psicologia que visam compreender os efeitos na subjetividade ou comportamento dos moradores tendem a nortear-se dentro dessa lógica de viés maniqueísta (moradores x governo, meio ambiente x moradores, capitalismo x sociedade, políticas públicas x interesse público).

Figura 1 – Discurso validado



Fonte: o próprio autor

Evidentemente, todo esse discurso possui coerência e seguramente, a reflexão que proponho, embora tenha como partida referências teóricas distintas, não invalida o quadro que acima foi exposto – nem é essa minha intenção. Mas, como já justificado, meu interesse especificamente pela relação estabelecida entre esses moradores e o lugar e, ao mesmo tempo, como alguém que busca a especialização no assunto, senti a necessidade de especificar melhor o significado terminológico utilizado para essa relação – avançar nestas direções é o propósito primordial desse trabalho. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de caráter predominantemente teórico, ainda que se busque tomar a referida microrregião como um ponto de referência empírica para refletir sobre a aplicabilidade concreta do quadro teórico estudado.

Dentre tantos conceitos que se aplicam, entrelaçados, no Jd. Helena- Itaim Paulista e na impossibilidade de um aprofundamento teórico em cada um deles, me comprometi a investigar mais detidamente, durante o doutoramento, o “apego ao lugar”, por ter surgido com maior relevância nas pesquisas que se ocupam da relação do humano em seu ambiente. Há toda uma extensa área de investigação científica onde, genericamente, a ligação da pessoa com o lugar tem sido denominada como um modo de apego ao lugar. Durante a revisão bibliográfica deste estudo, me deparei em um primeiro momento com um impasse: se há tantos termos distintos para designar a ligação das pessoas com o local de moradia, qual é o termo que melhor conceitualizaria essa ligação? Logo notei que independente de qual fosse o termo “escolhido”, teria que responder algumas outras demandas: eles são equivalentes? A terminologia condiz de fato com a ligação das pessoas com os lugares? E, principalmente, quais seriam os desafios na aplicação deste conceito, em si mesmo bastante complexo e ainda em desenvolvimento, às situações problemáticas com as quais os pesquisadores, técnicos e gestores se defrontam na realidade concreta das grandes cidades, como é o caso de São Paulo e o Jd. Helena-Itaim Paulista?

O quadro teórico: Apego ao Lugar e Ethos Humano

Há certa concordância entre os autores de que um dos principais marcos relacionados a ligação existente entre as pessoas e seus lugares de moradia está no estudo de Marc Fried. Sua proposta era averiguar os efeitos de uma desapropriação forçada de moradores do extremo Oeste (*West End*) de Boston (EUA). O estudo baseou-se em questionários, pré e pós realocação de moradores onde a partir da pergunta do entrevistador eles eram convidados a evocar e relatar os sentimentos que perpassavam a situação de realocação, por exemplo: “como você se sentiu ao ver o prédio desabar?” (Fried, 1968, p.360). Seu método, em muitas pesquisas, consistia em

entrevistas domiciliares, face a face. Como parte dessa metodologia, Fried utilizava-se de critérios pré- estabelecidos para seleção de bairros e comunidades que iria visitar, com base em questões demográficas, econômicas, sociais, raciais. Partindo desses critérios, seus questionários eram constituídos de questões abertas e fechadas como: tempo de residência, número de mudanças e características ligadas ao gosto da habitação, além de tratar temas como relações sociais, comportamento organizacional etc (Fried, 1984). Nota-se que Fried preparava um amplo material metodológico que possibilitava às suas investigações a cobertura de muitas variáveis.

Com relação ao estudo da *West End*, Fried à princípio acreditou que os sentimentos suscitados no momento em que acontecia a retirada dos moradores seriam próprios de uma reação transitória. Mas, ao analisar a experiência da pós realocação desses mesmos moradores, foi percebendo que muitos continuavam falando daquela experiência de realocação com reações e expressões de luto, manifestando em tons depressivos a tristeza da perda, a angústia, a raiva e uma tendência para idealizar a casa perdida. Fried (1968) encontrou, entre 250 mulheres, um total de 26% que ainda sentiam tristeza ou depressão dois anos após a desapropriação, e outros 20% que demonstraram tristeza ou depressão por um longo período (6 meses a 2 anos). No total de entrevistados, ele encontrou 46% que demonstraram reação de luto grave ou extremamente grave. No caso dos homens, em um total de 316 entrevistados, 38% demonstraram reação de luto de grande prazo. É válido ainda chamar atenção que nessa mesma pesquisa Fried menciona algumas pessoas que estavam felizes com a mudança e não apresentaram nenhum sentimento de perda.

Fried (2000) constatou que a experiência de realocação residencial foi uma fonte poderosa de angústia, mesmo entre aqueles cuja ligação com a área de *West End* era marginal. Frente a isso, Fried (1968) concluiu que o luto demonstrado pelas pessoas se devia principalmente à ligação que ambas demonstravam com o local de moradia, o que ele sintetizou no termo “apego ao lugar”. Após este estudo, o termo passou a ser correlacionado de modo frequente para designar a ligação das pessoas com os lugares.

De acordo com Mihaylov e Perkins, (2014) trata-se de um termo multifacetado, multidisciplinar, baseado em diversos níveis e com muitas definições. De fato, o termo perpassa disciplinas como psicologia, arquitetura, engenharia, políticas públicas, entre outras. O estudo de Hidalgo e Hernandez (2001) ressalta o trabalho de Fried, mas alerta: ainda não sabemos em que tipo de lugares as pessoas desenvolvem principalmente apego ou quais aspectos ou dimensões do lugar são mais propensos a despertar apego. Salienta ainda que existem hoje diversos termos semelhantes para apego, mas que é difícil distinguir se estamos falando sobre o

mesmo conceito com nomes diferentes, ou falando de conceitos diferentes, sendo que em alguns casos tais conceitos são utilizados como sinônimos. Exemplo disso são os termos apego de comunidade, senso de comunidade, dependência local, senso de lugar, identidade topológica, satisfação; vínculo, ligação, pertencimento etc.

Não obstante, mesmo diante desta diversidade de conceitos, parece existir atualmente certo consenso no uso do termo apego, em torno de sua principal característica, a saber, o desejo de manter proximidade com o objeto de atenção (Hernandez *et al*, 2007).

Para Low e Altman (1992) apego ao lugar é usualmente definido como uma efetiva ligação que conecta pessoas aos lugares. Giuliani (2003) define apego como um vínculo afetivo, relativamente duradouro, em que o parceiro é importante como um indivíduo único e, portanto, não intercambiável como nenhum outro. Por outro lado, aponta para uma problemática que pode envolver o apego ao lugar, ilustrada pelos conflitos de décadas entre israelenses e palestinos: esses conflitos resultariam em uma ligação igual com o mesmo lugar, o que colocaria os dois grupos em competição. Fried (1968), por sua vez, chamava a atenção para o Sentido de Identidade espacial como um componente importante para essa reação de luto, relatando que essa identidade é fundamental para o funcionamento humano e que a deslocação e realocação pode envolver fragmentação das bases externas de relacionamento e rede de amigos e grupos nos quais as pessoas estão envolvidas. Em estudo desenvolvido, Hidalgo e Hernandez (2001) concluíram que o apego ao bairro é menor do que o apego à casa e à cidade, e que isto poderia ser correlacionado com resultados obtidos por Fried (1968), sugestivos de que as mulheres desenvolvem mais apego à casa, à vizinhança e à cidade do que os homens; outro resultado interessante do estudo é que os mais jovens demonstraram um apego maior à cidade se comparado à casa e à vizinhança. Resultados semelhantes se encontram em Sixmith (1986 *apud* Scannel; Gifford, 2014), que também percebem essa variação de acordo com o estágio da vida, idade, gênero, classe e outros fatores. Cabe registrar, ainda, que Seamon (2014), realiza uma leitura do apego ao lugar a partir da fenomenologia, considerando lugar, experiência do lugar e apego ao lugar como algo que pode ser entendido fenomenologicamente por três diferentes perspectivas: holística, dialética e generativamente. Para ele o termo é raramente estático.

Em resumo, há uma variedade de termos usados para se referir a laços afetivos com os lugares – enraizamento, senso de lugar, pertencimento, insidia, imersão, apego, filiação, apropriação, compromisso, investimento, dependência, identidade etc.. Segundo Giuliani (2003, p.138), só recentemente tem havido alguma convergência em relação ao uso “técnico”, em oposição ao uso genérico e comum de linguagem, do termo “apego”. Já Felipe e Kuhnen (2012)

realizaram uma revisão de literatura, onde definem apego ao lugar como vínculo afetivo estabelecido entre pessoas e cenários físicos. Na revisão, os autores detectaram 23 conceitos distintos relacionados a ocorrência de apego ao lugar, ligados a várias áreas do conhecimento. Verificou-se que dos 46 artigos encontrados na revisão, 36 foram produzidos por departamentos externos à psicologia e apenas 14 artigos foram produtos de investigação conjunta de dois ou mais departamentos disciplinares. Constataram ainda que quase a totalidade dos estudos restringiu o delineamento metodológico a técnicas de questionário e entrevista semiestruturada, com utilização de escala de valores e análise de conteúdo. Quanto à imprecisão terminológica, os autores citam Valera (1996 apud Felipe; Kuhnen) que a justifica em razão de seu interesse e emprego em campos fronteiriços entre diversas disciplinas, bem como em decorrência de particularidades da história recente de pesquisas em Psicologia Ambiental – PA – área onde tem se concentrado a maioria dos estudos sobre o tema; de acordo com Lewicka (2011), os estudos que visam o relacionamento das pessoas com o lugar parecem estar presos em questões de definição e tentativas de encaixar vários conceitos relacionados ao tema. Mas, para autora, há um problematizador:

Os conceitos ora apresentados e tantos outros que continuam a surgir, não possuem um significado, exceto como parte de um contexto teórico mais amplo, então não é de admirar que diferentes autores, vindos de diferentes tradições teóricas, vejam a relação entre os termos relacionados ao lugar de maneiras diferentes e muitas vezes incompatíveis (Lewicka, 2011, p.208, tradução nossa).

Essa variedade terminológica conduz necessariamente a algumas reflexões: o que significa dizer que estou apegado a algo? O que é o apego? O que é ou onde está o lugar? A nomenclatura “apego ao lugar”, instaurada com os estudos de Fried, exige clarificação; o emprego de variadas expressões como seus “quase sinônimos” parece indicar não tanto uma diversidade de modelos teóricos de referência ou de preferências terminológicas, mas sim uma imprecisão na identificação conceitual do fenômeno que se quer compreender.

Por outro lado, os estudos sobre o *ethos* humano conduzidos pela professora Sandra Patrício assumem, como hipótese de trabalho, a concepção que ela professou e defendeu em sua tese de Livre Docência: “o *ethos* é uma relação natural (como quê) de moldagem, contínua e recíproca entre um lugar e a vida de seus habitantes”, ou mais especificamente, “é a moldagem recíproca e contínua entre (...) o lugar, o comportamento, a subjetividade” (Ribeiro, 2018, p. 12).

Como a autora destaca ao longo de sua tese, o termo *ethos* possui inúmeras

possibilidades de compreensão. É uma palavra polissêmica e, atualmente, bastante esvaziada de muitos dos significados que expressou, original e historicamente. Por tal motivo, buscar seu sentido ou sentidos mais primitivos se faz importante. Não como forma de tão somente resgatar um passado, mas de compreender a origem de um termo muito utilizado e que oferece possibilidades de significados que por inúmeros fatores não temos acesso ou uma clara compreensão.

Nesta perspectiva, subjetividade, comportamento e lugar formam um caminho investigativo, buscando a compreensão do *ethos* humano como um nível de estruturação específico, subjacente às realidades humanas concretas. Para usar as palavras da própria autora, o estudo deste suposto nível ético, ou seja, o nível das relações que constituem o *ethos*, envolveria desafios muito estritos, posto tratar-se de:

Um nível de realidade no qual são indiscerníveis a natureza e cultura, o organismo e o ambiente, o indivíduo e o coletivo, o corpo e a mente, a razão e o motivo, a alma e o espírito, a ontogenia e a filogenia, o mítico e o histórico (Ribeiro, 2018, p.15).

Tal proposta vem de encontro com a minha busca, desde os tempos de graduação, movido por uma expectativa de investigar alguns temas em psicologia tentando escapar, ou ao menos, ver além das dicotomias que normalmente têm caracterizado os processos investigativos em nossa disciplina. Neste sentido, as proposições de Ribeiro (2018) me aproximam da possibilidade de compreensão das realidades urbanas concretas, nas quais atuo há longos anos, como um caso particular do *ethos* humano.

Os objetivos

À vista de todo o exposto, me pareceu apropriado que, antes de assumir uma definição dada ao “apego ao lugar” e tentar a aplicação dessa forma de compreensão em uma situação concreta, seria necessário proceder ao reexame dos significados dos termos e conceitos envolvidos, tal como se apresentam na literatura pertinente, bem como integrá-los convenientemente ao conceito de *ethos*. Nesta direção, embora meu objetivo mais geral seja, há muito tempo, aprofundar a compreensão da relação, construída ao longo do tempo, entre moradores e seu local de moradia e convívio cotidianos (particularmente no caso do Jd. Helena-Itaim Paulista, onde atuo profissionalmente), minha pesquisa de doutoramento pautou-se por objetivos específicos mais pontuais, a saber:

1. Empreender uma revisão teórica narrativa-integrativa acerca do conceito de “Apego ao Lugar”, buscando explicitar as articulações que mantém com o conceito de “Ethos Humano”;
2. Explorar as potencialidades e limitações na aplicação do conceito de “Apego ao Lugar”, bem como de alguns instrumentos construídos com o intento de mensurá-lo, numa situação concreta problemática, como é o caso dos moradores do Jd. Helena-Itaim Paulista.

Sobre a busca por alcançar o primeiro objetivo, cumpre dizer que, devido à complexidade dos conceitos visados, busquei revisar as proposições de alguns autores que, desde a década de 1960, vêm oferecendo definições, métodos investigativos e aplicações do conceito de Apego ao Lugar, tentando integrar tais contribuições às proposições de Ribeiro (2018) sobre o Ethos Humano. Tal integração, porém, exigiu também a revisão de aspectos implicados nessa forma particular de compreender o *ethos*, retomando considerações de alguns outros autores que têm oferecido contribuições para a compreensão de temas ligados ao comportamento, a subjetividade e ao lugar. Isso, de certo modo, cria um delineamento ao trabalho, já que outros autores poderiam ser utilizados para compreensão do tema e que seguramente despertariam discussões ainda mais diversas. Mas, evidentemente não se trata de “explicar” ou “esgotar” nem o “apego ao lugar”, nem o que é subjetividade, lugar e comportamento. Não foi essa a proposta. Busquei discorrer a partir de alguns autores porque eles, contribuindo para elucidar esses temas, ajudam a clarificar uma compreensão sobre o *ethos* humano na realidade psicossocial visada pelo trabalho. Assim, a revisão bibliográfica que sustenta o presente trabalho partiu da consideração de estudiosos que se dedicaram à compreensão dos significados e dimensões relativos às noções de “apego”, de “lugar” e de “apego ao lugar”. Em seguida, e partindo dessa análise referente aos aspectos do lugar que têm importância para a minha questão de pesquisa, procurei explicitar algumas possibilidades de dialogar com a proposta do *ethos* conforme aqui descrita, discorrendo sobre o comportamento e a subjetividade. Em resumo, quanto ao primeiro objetivo procedeu-se uma revisão teórica narrativa-integrativa em Psicologia em relação aos conceitos envolvidos na definição adotada quanto ao apego ao lugar e ao ethos humano, cujos resultados constituem a primeira parte da presente Tese de Doutorado, seus quatro capítulos iniciais. Os capítulos 1 e 2 apresentam a revisão empreendida, respectivamente, sobre os termos “Apego” e “Lugar”; o capítulo 3 revisa e discute em maior detalhe o desenvolvimento do conceito de “Apego ao Lugar”; o capítulo 4 apresenta minha proposta de circunscrever o

conceito de Apego ao Lugar ao campo das relações éticas, integrando-o à formulação dada por Ribeiro (2018).

O capítulo 5 relata a busca por alcançar o segundo objetivo, em vista do qual realizei breves estudos empíricos, em caráter piloto, de modo a testar a aplicabilidade ao caso do Jd. Helena-Itaim Paulista do conceito de Apego Adulto, Apego ao Lugar e Apego à Moradia, e de alguns dos correlativos instrumentos propostos na literatura para a sua mensuração.

No capítulo final (6) busca-se estabelecer as conclusões permitidas pela integração da revisão bibliográfica e dos estudos empíricos, sobre as possíveis articulações entre os conceitos de Apego ao Lugar e Ethos Humano, bem como se busca identificar questões não respondidas que indicam a necessidade de novas investigações, assinalar as dificuldades metodológicas encontradas e não inteiramente superadas no decorrer da investigação e sugerir possíveis estratégias para o seu enfrentamento futuro.

Capítulo 1: O APEGO

Segundo Main (2000), o estudo da Teoria do Apego (TA) pode ser organizado em três fases principais: a primeira decorre dos estudos de Bowlby sobre crianças com histórico de algum tipo de separação de suas figuras parentais; a segunda decorre dos estudos observacionais de Ainsworth, realizados com crianças e suas mães tanto nos lares das díades mãe-bebê quanto em laboratório; e a terceira decorre de um deslocamento do foco da TA para um nível mais representacional, o que foi iniciado pelo estudo de Main.

Neste trabalho, o foco estará nas contribuições de John Bowlby, embora haja uma constante correlação as contribuições de Ainsworth e posteriormente ao desenvolvimento proporcionado por Main.

1.1 – *O percurso investigativo de John Bowlby (1907 – 1990)*

Bowlby estudou ciências naturais e psicologia na Universidade de Cambridge e Medicina na Escola de Medicina da Universidade College, em Londres, se dedicando de forma concomitante aos estudos da psicanálise (Ainsworth, 1992). A princípio sua obra teve relevante influência de Melaine Klein, tendo sido por ela analisado.

Entre 1936 e 1940, Bowlby passou a trabalhar na *London Child Guidance Clinic*, voltada principalmente para o cuidado de jovens delinquentes. Com isso, suas primeiras investigações têm como foco a questão da delinquência juvenil. Nestes estudos, vai percebendo evidências que ligam o alto número de crianças e adolescentes envolvidos com roubos e a separação prematura com um dos pais (principalmente a mãe), ou de crianças que moram em lares instáveis: “se certos fatores hostis ao desenvolvimento normal de uma relação de objetos não existissem, algumas crianças não se tornariam delinquentes” (Bowlby, 1944, p.53, tradução nossa); essa evidência, de modo particular, ele descreve como parte de um estudo que conduziu com 44 crianças dessa mesma instituição e 44 de um grupo de controle. ¹

Em 1950, é convidado para assessorar a Organização Mundial da Saúde - OMS - na área de saúde mental. Tal convite lhe possibilitou desenvolver pesquisas relacionadas às crianças sem lar. É justamente aqui onde suas principais ideias referentes a privação da mãe na primeira infância e seus efeitos na constituição da personalidade começam a ter mais clareza.

Ainda na OMS, Bowlby produz relatórios que influenciaram de modo relevante

¹

Forty-Four Juvenile Thieves: their characters and home-life.

inúmeras políticas públicas sobre o atendimento com crianças principalmente em instituições. Em um desses relatórios, estabelece críticas à separação de crianças que possuem irmãos(ãs) na mesma instituição para adoção; questiona as instituições que mantem muitas crianças juntas demonstrando a ineficiência desse método e desenvolve uma análise sobre as crianças que estão em lares provisórios. Partindo de suas investigações, oferece contribuições para pais adotivos como também para os profissionais inseridos na tarefa de cuidar de crianças sem lar. Em cada um desses contributos, ressalta a importância do vínculo inicial da criança com a sua mãe demonstrando a necessidade da criança, principalmente na primeira infância, de sentir-se segura, de receber afeto e obter a necessária atenção familiar. Bowlby foca na prevenção, vista por ele como a melhor ação possível assim como já acontece, em sua visão, com a vacinação que protegia de muitas enfermidades: “crianças carentes, em suas casas ou fora dela é algo grave. Ações preventivas podem contribuir para que esse número diminua, tal como é feito em ações preventivas que diminuam diversas doenças” (Bowlby, 1989. p. 157).

Após terminar o compromisso de 4 anos com a OMS, Bowlby serve como psiquiatra durante a II guerra mundial. Ao fim, torna-se diretor do departamento de crianças e famílias na Tavistock Clinic em Londres, no qual continua afiliado até a sua morte (Ainsworth, 1992).

Partindo de sua prática, Bowlby passa a questionar de modo mais contundente os modelos que não favorecem ao conhecimento empírico da realidade e se baseiam tão somente no chamado mundo subjetivo. Em *The Nature of the Child's Tie To His Mother*, ele expressa: “minha razão é que a teoria psicanalítica tem se tornado fixada na oralidade e é uma proposta principal desse artigo libertá-la para um desenvolvimento mais amplo” (Bowlby, 1958 p.369, tradução nossa). É também neste artigo que surge, de modo mais claro, o termo “apego” para sintetizar essa relação entre a criança e sua mãe.

Embora ele tenha assumido a importância da psicanálise, principalmente no contexto clínico, considerava faltar-lhe disciplina científica:

Como alguém que se esforça por ser um clínico e um cientista, tenho sido agudamente sensível a esse conflito. Como clínico, considero a abordagem de Freud a mais recompensadora; não só ela atraiu a atenção para problemas psicológicos de importância clínica imediata, como também a sua série de conceitos invocadores de um inconsciente dinâmico que constitui na prática um modo útil de ordenação de dados. Entretanto, como cientista, sinto-me muitas vezes contrafeito em face do status precário de muitas de nossas observações, da obscuridade de muitas de nossas hipóteses e, sobretudo, da ausência de qualquer tradição que exija que nossas hipóteses sejam testadas. Esses defeitos são responsáveis, creio eu, pelas controvérsias – com excessiva frequência acaloradas e estéreis – que tem caracterizado a história psicanalítica. Tenho perguntado a muitos colegas como poderemos submeter a

psicanálise a uma maior disciplina científica, sem sacrificar as suas inigualáveis contribuições (Bowlby, 2006, p.45).

Bowlby não chega a romper completamente com as contribuições da psicanálise que revisitara durante toda sua obra e dará algumas contribuições para que ela se torne cada vez mais “científica”. Exemplo disso está contido em seu artigo *Psychoanalysis as a Natural Science* (1984) onde demonstra em diversos pontos seu respeito e admiração pela teoria desenvolvida por Freud e cita, ainda que por vezes em tons de questionamento, autores como Melaine Klein, Winnicott, Margareth Mahler, entre outros. O que faz é ressaltar a necessidade do desenvolvimento de investigações que possuam uma empiria, um dado demonstrável e até mesmo manipulável. Outra crítica contundente está no fato da psicanálise buscar compreender a criança sobre a ótica do adulto, sem levar em conta a criança em seus próprios termos. Neste sentido, sua teoria é evolutiva e não retrospectiva. Tendo a mãe como a figura central na vida da criança, Bowlby, neste mesmo artigo apresenta algumas contribuições das teorias da aprendizagem, da chamada escola húngara e da etologia, declarando seu compartilhamento da visão etológica e sua aproximação às teorias de Darwin (Bowlby, 1958 p.359). Nesta perspectiva, Bowlby decide ampliar a forma como realiza pesquisas abrindo-se inúmeras possibilidades a partir de investigações conduzidas pelas ciências humanas e em especial pela etologia. Isso lhe permite realizar investigações fundadas em dados empíricos com melhor reconhecimento e validade científica.

Já sob forte influência da visão etológica, Bowlby reconhece que o desenvolvimento do apego não é algo exclusivo da espécie humana. Em seu trabalho, recebe duas grandes contribuições: um filme desenvolvido por Rene Spitz (*A Peril in Infancy, 1947*) e as investigações de Mary Ainsworth. O filme de Spitz, demonstra uma relação controlada em que os experimentadores observam a reação de crianças hospitalizadas durante a ausência da mãe e em seu reencontro. Durante o experimento observou-se que, na ausência da mãe, a criança se tornava muito mais apática e indiferente aos estímulos da equipe da enfermagem. No momento de retorno de suas mães, as crianças demonstravam alegria e respondiam muito melhor às interações propostas.

Já com relação a Ainsworth, pode-se dizer que se trata de uma parceria singular. Ela foi sua colega de trabalho por 4 anos na Tavistovk Clinic em Londres (1950-1954) e posteriormente desenvolveu um estudo longitudinal em Uganda, continente Africano, e que envolvia crianças que estavam separadas de suas famílias. Tornou-se uma grande e fundamental contribuidora para o aperfeiçoamento da teoria do apego.

Entretanto, mesmo com os estudos etológicos que possibilitavam toda a empiria que Bowlby buscava em suas investigações, ele deixa claro que não se trata de traduzir tais experiências necessariamente e de forma automática à realidade humana: “todo etólogo sabe que, por mais valioso que seja o conhecimento de espécies afins na indicação do que procurar e esperar na investigação de uma nova espécie, nunca é permissível extrapolar de uma espécie para outra” (Bowlby, 2002, p. 8). E continua:

O homem não é um macaco nem um rato branco, muito menos um canário ou um peixe ciclídeo. O homem é uma espécie perfeitamente distinta, com certas características incomuns. Pode ser, portanto, que nenhuma das ideias provenientes de estudos de espécies inferiores seja relevante (Bowlby, 2002, p.8).

De fato, há diferenças culturais e também de indivíduo para indivíduo na forma como lidam com o apego. Para Bowlby, contudo, o comportamento do homem, embora muito variável, não o é de um modo infinito e, embora as diferenças culturais sejam grandes, também é possível discernir certas características comuns. O apego é justamente um exemplo disso – uma característica humana comum, universal e constituída na primeira infância. Trata-se de uma disposição natural, onde o apego é parte da forma como o indivíduo se relaciona com determinadas figuras do seu mundo, é uma necessidade humana. Deste modo, Bowlby reconhece a importância e relevância da psicanálise ou, como ele denomina, do método histórico (aquele que leva em conta a história vivida do indivíduo), ao mesmo tempo também está interessado no comportamento humano observável e, ademais, no lastro filogenético revelado pelos estudos etológicos. Ao longo desse percurso, o apego, que iniciou sendo uma hipótese para Bowlby, vai se constituindo como algo fundante de acordo com os resultados que se acumulam ao longo de suas pesquisas.

Percebe-se que mesmo os resultados, e muitos deles impressionantes, que Bowlby encontra em diversos estudos etológicos relacionados principalmente ao apego, embora sejam de grande relevância, precisam ainda passar pelo filtro da experiência humana. Há muito em comum entre o homem em outras espécies, mas há muito de específico. De qualquer modo, a riqueza de detalhes que Bowlby obtém aliando seu conhecimento psicanalítico aos estudos etológicos permite compreender o apego de uma perspectiva mais ampla e diversa, estabelecendo bases firmes para as investigações sobre o tema que, desde então, se seguiram.

1.2 - *A teoria do apego*

Então, unindo sua formação inicial psicanalítica às contribuições da etologia, Bowlby começa a formular a teoria do apego. Freud se ocupou em compreender a constituição humana partindo da análise do que ocorre no interior do ser, em seu inconsciente, e as formas como se manifesta (sonhos, ato falho, recalques); Bowlby parte de outra premissa: passa a observar a criança e, conseqüentemente, a ligação existente entre ela e sua mãe desde o nascimento, uma ligação que vai iniciando a formação da personalidade da criança.

A preocupação de Bowlby neste início não está em compreender o que constitui o comportamento da criança com base em respostas normalmente desenvolvidas na psicologia, que pairam em torno de considerações sobre o ambiente ou o inconsciente; seu esforço está em observar diretamente a relação mãe/criança e, unido a contribuição de resultados de outras pesquisas sobre o tema, formular alguns tópicos do que foi encontrando. O primeiro ponto notado é que a criança tem, comparativamente, um comportamento diferente, mais temeroso e esquivo, quando está sozinha do que quando está junto à sua mãe. Essa reação é ainda mais notável quando um estranho se aproxima da criança, estando ela separada da mãe. Essa reação é algo tão inerente ao ser humano que pode oferecer contribuições diante das próprias alterações ambientais: “sem dúvida, um ambiente estranho implica certas conseqüências, mas o que importa muito mais para uma criança é se a mãe está presente ou ausente” (Bowlby, 2002, p. 35). A essa ligação, que começa a se constituir desde o nascimento, Bowlby denomina “apego”.

A criança começa a constituir essa ligação desde o nascimento, mas não se trata ainda do apego em si. O que há neste início é uma dependência: a criança depende da mãe ou de um cuidador para tudo. Ainda nessa fase inicial, o comportamento da criança possui alguns padrões fixos que formarão a interação com a sua mãe: focinhar, agarrar, chorar e sorrir são alguns exemplos. De acordo com Bowlby, todos eles irão desempenhar um importante papel nas fases iniciais da interação social (Bowlby, 2002, p. 79). São esses comportamentos que iniciarão a comunicação da criança com o seu meio, inclusive para obter a atenção da sua mãe. Dentro de uma perspectiva de desenvolvimento humano orgânico considerada como natural, notaremos que tais comportamentos constituem padrões fixos, inerentes a qualquer criança saudável.

Mas, se neste início os padrões fixos de comportamento podem ser considerados universais, as contingências ambientais podem apresentar grande variabilidade. Assim, inicia-se a constituição por parte da criança dos modelos de operação, onde esses padrões passam a ser, pouco a pouco, exercitados, modificados e organizados de acordo com suas necessidades e desejos, em relação ao meio circundante.

Dessa interrelação comportamental que vai se intensificando e também se complexando,

é que a criança passa a notar a *quem* ela pode dirigir seus anseios; sua atenção passa a ser mais direcionada a uma pessoa em particular. Tendo como base o estudo de Ainsworth em crianças de Uganda, Bowlby cita que, naquele caso, o apego está nitidamente presente por volta dos 6 meses. Foi aproximadamente nesta idade que se notou o comportamento das crianças direcionado de um modo específico para a mãe: o choro quando ela se afasta e os sorrisos, agitações e fisionomia de prazer quando ela regressa (Bowlby, 2002, p. 248).

De acordo com Bowlby, aproximadamente entre os nove e dezoito meses, os quatro comportamentos aqui citados (sugar, seguir, chorar e sorrir) passam a ser incorporados a sistemas, muito mais refinados, corrigidos para a meta (Bowlby, 2002, p. 223). “Passam a ser ativados de tal modo que a criança tende a manter-se em proximidade com a sua mãe” (Bowlby, 2002, p. 223). Como se percebe, o apego vai se constituindo de forma lenta no ser humano e de modo extremamente complexo, sendo que há variação de criança para criança na forma como se constitui: “não há outra espécie em que o comportamento de apego leve tanto tempo a aparecer” (Bowlby, 2002, p. 226). Neste modelo, o “comportamento de apego” é qualquer forma de comportamento que resulta na consecução ou conservação, por uma pessoa, da proximidade de alguma outra pessoa diferenciada e preferida junto à qual ela vai estar e se sentir mais segura, a chamada “figura de apego”, que normalmente é alguém que desempenha o comportamento complementar de “cuidado”. Trata-se, portanto, de uma classe de comportamento que se desenvolve desde os primeiros meses de vida, como derivação de um sistema comportamental inato, cuja função é a segurança e proteção frente aos perigos externos. Enquanto a figura de apego continua acessível e receptiva, o comportamento pode consistir em pouco mais do que uma verificação, visual ou auditiva, da localização da figura, e em troca de olhares e cumprimentos ocasionais. Em certas circunstâncias, porém, pode ocorrer o acompanhamento ou agarramento da figura de apego, e os chamamentos e o choro, capazes de provocar sua atenção (Bowlby, 2004).

Em resumo, o comportamento de apego descrito por Bowlby, representa uma classe comportamental cuja função é garantir a proximidade da chamada figura de apego e, ao mesmo tempo, a proteção contra perigos externos. A criança forma e estabelece uma ligação com alguém familiar, conhecido e geralmente protetor, que se torna uma referência para ela, ou seja, em direção a quem ela vai voltar sua atenção e a quem vai se dirigir em diversas situações de excitação, principalmente na aflição. Esse é um dos motivos pelo qual Bowlby considera que o comportamento de apego constitui uma classe de comportamento social de importância crucial para a vida dos seres humanos, equivalente à do comportamento de acasalamento e do parental (Bowlby, 2002, p. 222).

Deste modo, sendo o apego uma classe comportamental, seu desenvolvimento acontece no transcorrer das interações organismo-ambiente, num processo complexo que modifica tanto o ambiente quanto o organismo e seu repertório comportamental.

1.3 - *O ambiente*

Se há algo que terá relevância na forma como a personalidade vai se desenvolvendo é justamente a inerente e constante interação estabelecida entre o ser humano e o seu ambiente. Nessa interação desenvolve-se o apego e, uma vez estabelecido, desempenha nela um papel fundamental:

Ao chegar a decisão de utilizar certas ações em vez de outras, supõe-se que o sistema de apego recorra a representações simbólicas ou modelos funcionais da figura de apego, do ambiente geral e do eu, que já se acham armazenados e disponíveis para o sistema (Bowlby, 2002, p. 464).

Esse repertório comportamental é formado na interação organismo- ambiente que se estabelece mesmo antes do nascimento e que, naturalmente, se intensifica desde então. A criança vai constituindo um mundo de representações a partir do ambiente em que habita e, assim, vai formando as bases de seu modo de ser e agir no mundo. A maneira pela qual a pessoa responde a eventos adversos subsequentes, entre os quais rejeições, separações e perdas, alguns dos mais importantes, depende da forma como sua personalidade se estruturou. Essa estruturação dependerá da interação pessoa- ambiente. Com isso, quando se considera a estrutura de qualquer sistema comportamental, o meio ambiente em que ele funciona deve ser considerado simultaneamente. Este ambiente para Bowlby pode ser caracterizado como estável ou instável, sendo que “qualquer caráter biológico que, em seu desenvolvimento é pouco influenciado pelas variações do meio ambiente é denominado ambientalmente estável”; e aquele que em seu desenvolvimento é muito influenciado por tais variações é designado como “ambiente instável” (Bowlby, 2002).

O modo como esse ambiente atuará no organismo humano dependerá do processo de feedback. Um processo pelo qual os efeitos reais do desempenho são continuamente devolvidos a um aparelho regulador central no organismo. O modelo do feedback confere atenção tanto às condições que finalizam um ato quanto àquelas que o iniciam. A finalidade do feedback é, deste modo, manter uma condição; uma espécie de regulação e troca contínua entre ambiente e organismo.

É diante deste ambiente estável ou instável e por meio do feedback que o homem

encontrará modos de viver em relativo equilíbrio neste meio, mediante processos de adaptabilidade e modificação. O processo de adaptabilidade refere-se a uma mudança de estrutura no próprio organismo; já os termos “modificar” e modificação Bowlby utiliza em referência a qualquer mudança do meio ambiente, que seja feita para que um sistema possa funcionar eficientemente. Logo, existe um tipo particular de meio ambiente ao qual o sistema, seja criado pelo homem ou biológico, está adaptado; este é designado como meio ambiente de adaptabilidade do sistema.

Somente em seu meio ambiente de adaptabilidade se pode esperar que um sistema funcione eficientemente. Em qualquer outro meio ambiente não se pode esperar que isso aconteça. Em alguns desses casos um sistema poderá até funcionar razoavelmente bem; em outros, não funciona; e ainda em outros origina um comportamento que na melhor das hipóteses é incomum e, na pior, positivamente desfavorável à sobrevivência (Bowlby, 2002, p.53).

Diante da ênfase dada ao ambiente, Bowlby rejeita a antítese inato versus adquirido, classificando-a como irreal. “Todo e qualquer caráter biológico, seja ele morfológico, fisiológico ou comportamental “é um produto da interação de dotação genética com o meio ambiente”(Bowlby, 2002, p.43). Trata-se de mútua dependência integrante do desenvolvimento humano. No que ele chama de inato está a capacidade para desenvolver certos comportamentos, mas não o comportamento inato e pronto por si mesmo sem a necessidade de interação. O comportamento inato possui relação com o ambiente para o seu desenvolvimento e o mesmo pode-se dizer do comportamento instintivo. Sobre isso, Bowlby menciona:

O comportamento instintivo não é herdado, o que é herdado é um potencial para desenvolver certos tipos de sistemas, aqui denominados sistemas comportamentais, cuja natureza e forma diferem, em certa medida, de acordo com o meio ambiente particular em que o desenvolvimento ocorre (Bowlby, 2002, p.51).

Deste modo, o potencial para o desenvolvimento não é a mesma coisa que o comportamento propriamente dito, o qual apenas se estabelecerá na interação organismo-ambiente.

1.4 - *O comportamento de apego*

Como visto, a teoria do apego de Bowlby tem como premissa uma disposição biológica presente em todo ser humano, cuja função principal seria garantir segurança e conforto para a

criança, sendo que sua ontogênese estaria patente desde o nascimento do bebê.

Para exemplificar essa situação, há um clássico experimento que ajuda a ilustrar esse ponto de sua teoria. Trata-se da experiência com filhotes de macacos Rhesus conduzida por Harry Harlow (1961 *apud* Bowlby, 2004, p.167). O estudo foi bastante claro naquele que foi seu principal objetivo: analisar a teoria do apego conforme descrita por Bowlby. No experimento, um filhote de macaco foi colocado em um ambiente compostos de duas gaiolas, em cada uma das quais se encontrava um objeto, uma “boneca”, de formas e proporções semelhantes ao corpo de uma macaca adulta; numa das gaiolas, uma “boneca” feita de arame na qual se acoplava uma mamadeira que visava fornecer alimentação adequada, na outra gaiola, uma “boneca” de pelúcia sem mamadeira, que não fornecia para o filhote nenhum tipo de alimentação. Embora se alimentasse junto à “mãe de arame”, o filhote passou muito mais tempo ao lado da boneca de pelúcia e, em situações de medo, a ela se agarrava. Na variação experimental em que apenas uma das bonecas era acessível ao filhote, constatou-se que apenas quando a “mãe de pano” estava acessível o macaquinho mostrava segurança para explorar objetos e brinquedos novos colocados no ambiente, mesmo diante do medo; tipicamente, ele intercalava comportamentos de aproximação e exploração do objeto com o agarrar-se à “mãe de pano” durante algum tempo, até se acalmar novamente e poder voltar à exploração. Já quando apenas a “mãe de arame” estava acessível, o macaquinho só se aproximava dela para alimentar-se, e nunca quando estava alarmado. Nesta situação, se um objeto novo fosse introduzido no ambiente o filhote mostrava-se apavorado e era incapaz de aproximar-se dele e o explorar (Bowlby, 2004a).

No experimento, nota-se que o filhote, estando próximo à “mãe de pano”, é capaz de explorar o local e tentar compreender o que está ocorrendo ao seu redor, mesmo manifestando sinais inequívocos de medo. O comportamento do macaquinho indica que a proximidade da sua figura de apego (mãe de pano), permitindo que ele possa recorrer ao agarramento a ela como primeira ação diante do medo, era capaz de “inspirar-lhe coragem” para o comportamento exploratório mesmo não sendo “ela” quem fornecia o necessário alimento. Aliás, cabe dizer que, embora o desenvolvimento do apego se inicie ainda na primeira infância, uma fase marcada pela dependência alimentar do bebê humano em relação à sua mãe, Bowlby concebe o comportamento de apego como algo que se desenvolve independente do alimento, embora não independentemente da sucção (Bowlby, 2002, p. 271). Portanto, diz ele, deve-se distinguir dependência de apego:

Concluimos que enquanto a dependência é máxima no nascimento e diminui

de um modo mais ou menos uniforme até ser atingida a maturidade, o apego está inteiramente ausente no nascimento e só se evidencia substancialmente depois que a criança completou seis meses. Assim, as duas palavras estão longe de ser sinônimos (Bowlby, 2002 p. 283).

Essa citação de Bowlby possui elementos fundamentais para diversos pontos de sua teoria. A diferença logo ao nascimento entre dependência e apego toma centralidade. A criança precisa necessariamente de alguém que lhe forneça alimentação. Logo, ela possui forte dependência dos provedores de alimento. Mas Bowlby não vê conexão entre essa relação de dependência e a relação de apego, referindo-se, aliás, ao fato de que chamar alguém de dependente em suas relações pessoais é, usualmente, um tanto depreciativo, enquanto dizer que alguém é apegado a outrem nada tem de depreciativo (Bowlby, 2002, p.284).

Um outro estudo, elaborado por Ainsworth e equipe (Ainsworth *et al*,1978) e denominado de *Strange-Situation*, exemplifica de um modo didático a ligação típica do apego. Trata-se de um experimento controlado onde se observava a reação de crianças diante a separação da mãe, em breves momentos de stress. No experimento, uma mãe é colocada em uma sala junto com seu filho; logo depois, adentra a sala uma terceira pessoa que a criança não conhece. Quando a mãe se retira e a criança fica sozinha com a pessoa estranha, ela demonstra muito mais medo do que quando sua mãe estava presente (Bowlby, 2002). Pode-se inferir que enquanto a mãe estava na sala a criança sentia-se mais segura, e que a ausência dela provoca o predomínio do medo e o conseqüente comprometimento da possibilidade de exploração do ambiente pela criança. Este experimento conduzido por Ainsworth e sua equipe, serviu para demonstrar em uma situação controlada com humanos alguns aspectos centrais da teoria do apego; na maioria dos casos, apesar da frustração pela separação dos pais, alguns bebês procuravam ativamente os pais no reencontro e eram por eles consolados (representava 60% das crianças); outros, ao retorno dos pais manifestavam dificuldades em acalmar-se e exibiam comportamentos conflitantes (cerca de 20%); um terceiro padrão comportamental de crianças foi notado (20% das crianças) e neste caso, não pareciam muito angustiados e no reencontro evitavam o contato com os seus pais (Ainsworth *et al*, 1978).

Neste e em diversos outros estudos, com ou sem a participação de humanos, Bowlby e Ainsworth vão constatando que um sentimento de proteção parece estar na base do apego; um sentimento que, em algumas situações, possui um valor capaz de tornar mais suportáveis condições fisiológicas adversas como a fome, o medo, o pavor. Por isso mesmo, a relação de apego estabelecida de forma segura facilita a exploração do ambiente pela criança já que, desde que a requerida proximidade com a figura de apego possa ser mantida, qualquer sentimento

desagradável tenderá a ser mitigado, como se observou nos exemplos citados. Ao contrário, formas inseguras de apego dificultam geralmente o comportamento exploratório e as interações sociais da criança, como será detalhado no próximo tópico. Cabe dizer que Bowlby contribuiu, ainda, para a possibilidade de conceber o medo e a ansiedade ligadas ao apego como naturais, portanto, reações de saúde da criança e não sintomas patológicos.

A partir dos estudos acima mencionados, constata-se que, com a presença da mãe, a criança se ocupa de conhecer e explorar o ambiente, passando a ativar o chamado sistema comportamental exploratório. Mas, ao se instalar qualquer situação que atemorize a criança (aliás, com o desenvolvimento do apego, o mero distanciamento da mãe pode ser suficiente para despertar o medo), o sistema de exploração pode ser desativado e, automaticamente, o de apego passa a ser ativado. É neste sentido que Bowlby considera que o comportamento exploratório e o de apego são antagônicos. Uma vez ativado o sistema exploratório, o de apego fica automaticamente desativado, mas reativa-se diante de qualquer circunstância que represente um perigo real ou imaginado pela criança (Bowlby, 1977).

Todavia, entre a ativação e a desativação do comportamento de apego, há uma série de experiências e explorações que a criança fará entre a figura de apego e o seu ambiente. Dessa interação derivam aprendizagens que, por sua vez, modificam os limiares do medo da criança e seu potencial exploratório. É neste sentido que, para Bowlby, qualquer mudança no organismo ou no status do indivíduo (casamento, ter filhos, mudar de trabalho, a perda de alguém etc), provocará mudanças no seu ambiente, do mesmo modo que as mudanças ambientais podem alterar o organismo e seu posicionamento em relação ao seu entorno, posto que o cérebro constrói modelos operacionais de seu meio ambiente (Bowlby, 2002, p.84). Logo, qualquer alteração que ocorra como as que foram aqui citadas, poderão provocar alterações no modelo: *“organismo e ambiente não são duas coisas distintas, cada uma com suas características próprias, que se reúnem em inter-relação tão pouco essencial quanto a de uma peneira com os seixos nela atirados”* (Waddington, 1957 *apud* Bowlby, 2004, p.435).

1.5 – Formas diferenciais do comportamento de apego

O modo como o apego é desenvolvido terá influência no modo como nos comportamos enquanto adultos, mas este apego nem sempre se desenvolverá do mesmo modo. Bowlby, integrando as contribuições de Ainsworth, considera que a avaliação do apego exige que se atente a inúmeras dimensões, sendo uma das mais úteis a dimensão da segurança do apego da

criança à mãe (Bowlby, 2002; p. 418). Bowlby considera que o principal índice desta dimensão é o modo como a criança responde ao regresso da mãe após uma breve separação:

Uma criança segura mostra uma sequência organizada de comportamento corrigido para a meta; após saudar alegremente sua volta e aproximar-se da mãe, procura ser apanhada ao colo e agarrar-se a ela, ou permanece próximo a ela. As respostas manifestadas por outras crianças são de dois tipos principais: uma delas é um aparente desinteresse pelo regresso da mãe e/ou evitação; a outra é uma resposta ambivalente, ora querendo e ora resistindo à mãe. (Bowlby, 2002; p. 418)

A aplicação do critério de segurança, conforme acima, ao comportamento de crianças na situação de regresso da mãe após uma separação permitiu a Ainsworth, e aos pesquisadores que desde então se ocuparam do assunto, distinguir três padrões de apego, um deles caracterizado pela segurança, os outros dois pela ansiedade própria da insegurança. As principais características comportamentais destas três formas de apego, por volta de um ano de vida, são resumidas no quadro a seguir:

Figura 2 – Formas de Apego

Seguramente apegados (apego seguro)	A criança consegue fazer explorações com razoável liberdade numa situação estranha, tendo a mãe como base segura. Não se aflige com a chegada de um estranho, mostra estar ciente do paradeiro da mãe durante sua ausência e a acolhe efusivamente quando ela regressa (quer se mostre aflito com a ausência temporária da mãe ou enfrente breves períodos dessa ausência sem se perturbar).
Evitativo (inseguro)	Se mostram alarmados com estranhos, desmoronam no desamparo e na desorientação com a ausência da mãe e, quando ela regressa, não a acolhem com mostras de contentamento, ao contrário, tendem a evitá-la e chegam a mostrar-se mais amistosos com um estranho do que com a própria mãe.
Ambivalente/resistente (inseguro)	Oscilam entre a busca da proteção e do contato com a mãe e a resistência ao contato e à interação com ela. Em geral, tendem a ser coléricos, mas alguns mostram-se mais passivos.

Fonte: (Bowlby , 2002, p. 418;/ 2004a, p.265).

Esse quadro comportamental resume algumas características comportamentais observadas por Bowlby e Ainsworth em diversas crianças de aproximadamente um ano, indicando uma relação direta entre as formas modelares de apego e os comportamentos típicos das crianças observadas. Cabe destacar que as observações da vida cotidiana destas crianças indicaram um maior comportamento exploratório entre aquelas categorizadas como tendo desenvolvido um apego seguro, quando comparadas com crianças ansiosamente apegadas, sejam as de tipo esquivo, seja as de tipo resistente.

As observações que serviram de base a este modelo indicam que o ponto central para onde se direcionam os comportamentos e atitudes do bebê é a figura de apego ou de apoio. O apego seguro representa uma relação que se desenvolveu dentro de padrões onde a criança confia em sua figura de apego e sente que pode sempre contar com ela para garantir sua segurança. Bowlby confirma essa leitura quando diz que a dimensão segurança- insegurança do apego “parece referir-se claramente à mesma característica de infância que Benedek (1938) chama de ‘relação de confiança’, a que Klein (1948) se refere como ‘a introjeção do objeto bom’ e que Erikson (1950) chama de ‘confiança básica’” (Bowlby, 2002; p. 422).

A criança, confiante que sua figura de apego, consegue suportar melhor não somente as ausências temporárias desta figura, como também sente-se segura para explorar o ambiente sem tanto medo. Já no apego ansioso, conquanto uma figura, geralmente a mãe, tenha se tornado o foco central de atenção do bebê, a relação de confiança não se estabeleceu inteiramente; pode-se inferir que em tal caso a criança sinte-se permanentemente insegura, temerosa, daí que não possa explorar mais livremente seu ambiente e que manifeste comportamentos esquivos ou, ao menos, ambivalentes em relação às suas figuras de apego ou apoio.

Mais recentemente, Mary Main (2000) preconizou a existência de um quarto tipo de apego, o ‘desorganizado’.

Essa categoria foi desenvolvida durante a observação de algumas crianças no decorrer da “*strange situation*” e que demonstravam um comportamento marcadamente desorganizado e/ou desorientados (Main; Hesse, 1990); as crianças vivenciavam uma espécie de conflito e não conseguiam manter uma estratégia adequada para lidar com aquilo que as assustava; são crianças que durante o experimento, mesmo na presença dos cuidadores, exibiam comportamento desorientado e desorganizado (Main; Morgan, 1996); externavam ainda comportamento constante de impulsividade, que envolvia apreensão durante a interação, expressa por confusão facial e perturbações; em casos como este, onde a própria figura de apego pode representar algum tipo de ameaça, espera-se que a organização comportamental infantil

desmorone, podendo ocorrer o colapso das estratégias de atenção e também das comportamentais (Main; Morgan, 1996).

1.6 – *Sentimentos – emoção – afeto*

Aqui, é oportuno tecer uma breve observação sobre algumas características dos sentimentos, emoções e afetos dentro dessa teoria; Bowlby questiona a forma comumente utilizada para designá-los como algo distintos entre si ou como tentativa de coisificá-los. Embora reconhecidamente, seja por meio dessa interpretação sensível que nos expressamos: triste, feliz, com dor, frio, calor etc., Bowlby defende que essas expressões deveriam ser fases de avaliações internas de um indivíduo sobre seus próprios estados subjetivos e seus desejos para agir, ou sobre sua percepção da sucessão de condições ambientais em que ele se encontra; “o que é sentido é um reflexo de como ele está avaliando o mundo e a si mesmo, de como avalia determinadas situações e que tipos de comportamentos estão, de tempos em tempos, sendo ativados dentro dele” (Bowlby, 2002, p.149).

Em sua hipótese, o primeiro passo para análise dos sentimentos, emoção e afeto seria por meio das expressões corporais que são inerentes em todo este processo; eles são propriedades de certos processos ligados ao comportamento. Logo, analisar tais processos ficaria melhor entendido em três fases distintas: as mudanças ambientais e de estados do organismo; o monitoramento sobre como essas mudanças são sentidas; e o modo como são comunicadas aos outros. Para Bowlby, o processo é iniciado por meio das informações recebidas por duas classes de inputs sensoriais: do organismo e do ambiente; essas informações são avaliadas e interpretadas mediante a comparação aos padrões ou pontos de referências internos que estão constituídos no indivíduo e, deste processo, resultam a emoção, sentimento ou afeto expressos pela linguagem. A comunicação seria, portanto, o meio de acesso à experiência do indivíduo, que nos permitiria compreender justamente essa relação organismo/ambiente que está presente desde os primórdios da vida e que subjaz ao desenvolvimento do apego.

1.7 - *O apego adulto*

“Como velhos soldados, as respostas instintivas infantis nunca morrem” (Bowlby, 1958, p. 371).

Embora Bowlby e Ainsworth tenham focado na ontogênese do apego, há diversas considerações, principalmente em Bowlby, sobre o apego adulto. Em sua perspectiva, o apego

continua por toda a vida, embora haja alterações em seu direcionamento como para grupos e instituições fora da família (escolas, grupo de trabalho, religiosos, políticos etc.); Bowlby acreditava que o apego desenvolvido a esses grupos era ao menos inicialmente mediado “pelo relacionamento com uma pessoa que detém uma posição de destaque no grupo” (Bowlby, 2002, p.256).

Mas, de que maneira este apego desenvolvido na infância continua a atuar na fase adulta? Para além do que até aqui foi desenvolvido e que contribuiu para essa compreensão, como por exemplo a relação organismo/meio/input/feedback, é importante mencionar o que Bowlby denomina de modelo interno de funcionamento (*internal working model*), que seria capaz de integrar experiências passadas e presentes, como também esquemas cognitivos emocionais com tais experiências, formando uma espécie de mapa. O modelo interno é constituído a partir das primeiras experiências com a figura de apego, relacionando-se às experiências com essa figura, com o ambiente e consigo mesmo: “cada pessoa constrói modelos funcionais do mundo e de si própria nesse mundo” (Bowlby, 2004, p.254).

A variável mais importante para a constituição deste modelo é a disponibilidade da figura de apego; em seguida, a confiança, que tende a tornar-se a variante dominante a partir da adolescência. Bowlby (2004) acreditava que os modelos funcionais podem variar em muitas dimensões com simplicidade ou sofisticação, do outro ou do self.

Pelo prisma aqui adotado, a personalidade adulta é vista como produto das interações entre o indivíduo e certas figuras-chave, ocorridas em todos os anos de imaturidade, entre essas interações, particular realce é dado às que se processam com as figuras de apego (Bowlby, 2004, p.259).

À vista disso, o tipo de apego que a criança desenvolve influenciará também o modo como lidará com demais vínculos na fase adulta; o apego não cessa com o crescimento; continua a atuar (Bowlby, 2004b). Concisamente, o comportamento de apego que inicialmente está ligado a uma pessoa ou a um número muito restrito, inclina-se a ter outro alcance na fase adulta; mas ainda será a continuação direta do comportamento de apego desenvolvido na infância e ainda “mais facilmente eliciado” no adulto (Bowlby, 2002, p. 257).

No mesmo sentido, Daniel Stern (1985, p.168) menciona que, se inicialmente o apego era visto como tarefa particular de uma fase da vida, tornou-se hoje evidente que ele vai além do vínculo inicial mãe/bebê e se desenvolve por toda a infância, aplicando-se aos iguais assim como a mãe. O apego para Stern (1985) inicia-se então ao nascimento, ou até mesmo antes dele, sendo que seus efeitos seriam perduráveis.

1.8 – Outras teorias do apego adulto

Em uma revisão relacionada a evolução do apego adulto, Martínez e Santelices (2005) elaboraram um quadro capaz de sintetizar o avanço ocorrido partindo de duas importantes linhas de pesquisas relacionadas ao tema:

Figura 3 – Evolução do apego adulto

	SISTEMA REPRESENTACIONAL	SISTEMA COMPORTAMENTAL
ORIGEM	Psicologia evolutiva: Mary Ainsworth et al. (1978) Mary Main y cols. (1985,1992)	Psicologia Social: Hazan & Shaver (1987)
METODO DE AVALIAÇÃO	Entrevistas	Questionários de Autoretrato Entrevistas
DOMÍNIO OU FOCO DE ESTUDO	Estado mental com respeito a: Relação pais-filho Primeira Infância Perdas e separações	Sentimentos, condutas e cognições com respeito a: Relações de casais Relações interpessoais atuais
SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO	Categorial	Categorial Dimensional
PRINCIPAIS INSTRUMENTOS	<i>Adult Attachment Interview</i> (AAI) <i>Attachment Style Interview</i> (ASI) (Bifulco, Lilie, Ball & Moran, 1998)	<i>Adult Attachment Scale</i> (AAS) Collins & Read, 1990) <i>Relationship Scales Questionnaires</i> (RSQ) Bartholomew & Horowitz, 1991) <i>Experiences in Close Relationships</i> (ECR & ECR-R) (Brennan, Clark & Shaver, 1998; Fraley, Waller & Brennan, 2000)

Fonte: Martínez; Santelices (2005)

Como mostrado na figura, uma das primeiras contribuições no que diz respeito a compreensão do apego adulto provém dos estudos de Mary Main. Para ela, se no apego infantil o foco está na criança em relação a figura de apego, na fase adulta, seus estudos se interessam mais pelas diferenças individuais do estado do apego. Partindo dessa premissa, George, Kaplan e Main (1984) desenvolveram a *Adult Attachment Interview* (AAI). Trata-se de um protocolo semiestruturado, contendo 15 perguntas. O questionário está pautado em temas que buscam compreender a relação do adulto com os seus pais durante a infância e os efeitos que essa convivência proporciona atualmente. Main (2000) descreve a AAI como o movimento até o

nível da representação, identificando 3 categorias distintas: seguro-autônomo, desapegado-evitativo e preocupado, correspondentes, respectivamente, ao apego seguro, apego evitativo e apego ambivalente encontráveis nas crianças.

Main (2000) constatou que os adultos que foram englobados na categoria *seguro-autônoma* demonstravam uma clara valorização da figura de apego e das experiências infantis, positivas ou negativas, junto com uma objetividade aparente nas descrições e avaliações de relações particulares: “os discursos em muitas entrevistas eram surpreendentemente claros e originais” (Main, 2000, p.10, tradução nossa); suas explicações eram coerentes e passavam credibilidade. Na categoria *desapegado-evitativo*, muitos tendiam a não reconhecer, ou discutir, acontecimentos vitais negativos, enquanto outros discutiam tais acontecimentos mas afirmavam que isso apenas havia servido para fazê-los mais forte; já as descrições das reações infantis eram muito positivas, com uma idealização da infância que foram contraditadas ou não sustentadas por experiências contrastadas depois; responderam diversas vezes com “não me recordo” e suas respostas não raramente eram curtas; ocorria ainda respostas frias e com pouca emoção; havia ainda uma excessiva idealização dos pais, sem que soubessem mencionar situações concretas que sustentassem tais idealizações. Já na categoria *preocupado*, os sujeitos pareciam demasiadamente preocupados em descrever e avaliar as relações presentes ou as vividas na infância com seus próprios pais; muitos pareciam inquietos com as falhas de seus próprios pais, ocasionalmente convidando o entrevistador a colocar-se de acordo; uma forma de preocupação mais passiva foi identificada em discussões mais longas, que incluíam sutis confusões entre o self e o outro, termos inexatos ou sem sentido, e/ou sair do tema; demonstravam muita emoção ou ira direcionada aos pais (B).

Segundo Delgado (2004), diversos autores encontraram uma 4ª categoria de apego adulto, equivalente ao apego inseguro das crianças, denominada *apego desorganizado/desorientado*. Incluem-se aqui os sujeitos que, conquanto possuam características presentes nos três grupos anteriormente citados, demonstram lapsos significativos, além de desorientação e confusão, nos processos de raciocínio na hora de interpretar distintas experiências de perdas e traumas.

Cabe notar que os resultados encontrados por Mary Main basearam-se na análise realizada a partir das respostas obtidas com os questionários e dependia exclusivamente do estudo literal das transcrições (Main, 2000, p.10). Isso denota uma questão importante no estudo da relação de apego e que, de acordo com Main (2000), ainda não havia sido explorada, que é a relação entre apego e o uso da linguagem, o que aumenta a complexidade do instrumento elaborado. Main deixa claro que o que está se codificando com a AAI são diferenças

individuais no estado da mente com respeito à história global do apego, tal como se manifesta no contexto da entrevista. Buscava-se, em suas palavras, “surpreender o inconsciente” (Main, 2000, p.9); com isso, abria-se a possibilidade de analisar o grau de interação e de coerência entre as respostas.

Outra importante contribuição relacionada ao apego adulto encontra-se nos estudos de Hazan e Shaver (1987); a proposta dos autores era clara: explorar a possibilidade de que a teoria do apego, elaborada principalmente a partir da observação de bebês, pudesse oferecer algumas perspectivas sobre o amor romântico em adultos.

Lançados os pressupostos do trabalho, Hazan e Shaver (1987) conduziram dois estudos que visavam, em um primeiro momento, averiguar as hipóteses. O primeiro estudo consistiu em questionário lançado em um jornal de considerável circulação e o segundo com universitários. Era uma espécie de “questionário sobre o amor”. Em anexo, seguia-se um questionário simplificado com questões relacionadas à descrição dos relacionamentos da infância com os pais e dos pais entre si. É válido ressaltar que o segundo estudo (com universitários) foi motivado pelo receio dos autores de limitações no primeiro experimento. Após a análise das respostas, perceberam considerável similitudes nos resultados das duas pesquisas, que validavam a hipótese principal do trabalho (Hazan; Shaver, 1987).

Assim, partindo do arcabouço da teoria do apego, eles encontraram similaridades entre o apego desenvolvido na infância e o amor romântico do adulto. Em ambos, a proximidade da figura de apego está na base e como condição essencial de diversas emoções e comportamentos que poderão ocorrer. Como ponto divergente, citam a sexualidade (comportamento sexual) e o cuidado recíproco. Logo, no apego adulto, a sexualidade e o cuidado recíproco são conceitualizados dentro da etologia (portanto, de modo convergente com a Teoria do Apego), como sistemas independentes, cada um com sua própria função e prioridades, envolvendo e integrando três sistemas comportamentais distintos: apego, cuidado e união sexual. Diferentes relacionamentos amorosos envolvem diferentes misturas dos três e, em alguns casos, um ou outro componente pode estar ausente; de qualquer modo, tais sistemas comportamentais constituiriam o protótipo do amor romântico (Hazan; Shaver, 1988).

De acordo com os autores, os sujeitos que desenvolveram um apego seguro na infância descrevem seus relacionamentos amorosos em termos de felicidade, confiança, amizade. Já os ansiosos/ambivalentes, descrevem seus pais como imprevisíveis, injustos e intrusivos; demonstram pouca confiança nos relacionamentos amorosos, sendo propensos a se apaixonar com facilidade e rapidez; caracterizam as outras pessoas como não dispostas a se comprometerem em um relacionamento de longo prazo; descrevem seu relacionamento

amoroso mais importante em termos de ciúme, desejo de reciprocidade, altos e baixos emocionais e desejo sexual intenso. Já os sujeitos esquivos (3º grupo) descrevem seus pais como exigentes, desrespeitosos, críticos e indiferentes; eles se caracterizam como independentes e não gostam dos outros; com relação ao amor romântico, dizem que raramente dura e é difícil de encontrar; descrevem o relacionamento amoroso mais importante em termos de medo de proximidade, ciúme e falta de aceitação.

Outro resultado do estudo é a sugestão de que os relacionamentos de sujeitos seguros duram mais que o dobro em média, do que os de sujeitos inseguros, sendo que a taxa de divórcio é significativamente maior para este grupo (Hazan; Shaver, 1988). Tais achados levam os autores a questionar afirmações sobre a invenção do amor como algo de natureza estritamente histórico-cultural, como tem sido postulado por muitos; contrariando tais postulações, eles defendem que “o amor romântico corresponde ao processo de apego. Um processo biossocial pelo qual os laços afetivos são formados entre amantes adultos, assim como os laços afetivos são formados mais cedo na vida entre bebês e seus pais” (Hazan; Shaver, 1987, p.523, tradução nossa).

Hazan e Shaver (1987) evitam fazer afirmações categóricas sobre suas hipóteses e se contém em demonstrar as correlações encontradas. Ao mesmo tempo, afirmam: é “improvável que nossa medida de estilo de apego de item único meça exatamente a mesma coisa que Aisworth (1978); seria ingênuo pensar que um estilo adotado na infância permaneça inalterado ou não elaborado por toda vida (...), apenas inferimos que há uma conexão entre apego infantil e idade adulta” (Hazan; Shaver, 1987, p. 521). Deste modo, suas conclusões partem das evidências encontradas que denotam considerável correlação com a teoria do apego infantil ou, como mencionam Fraley e Shaver (2000, p.12): “na melhor das hipóteses, se relacionam moderadamente”.

Ainda sobre o apego adulto, cabe mencionar as contribuições de Bartholomew e Horowitz (1991), fundamentadas igualmente nas formulações de Bolwby referentes ao modelo interno de funcionamento. Se em Bolwby há um modelo interno de funcionamento de si e um modelo do outro, Bartholomew e Horowitz (1991) destacam quatro tipos de funcionamento interno: dois do self, (sendo um positivo e outro negativo) e dois modelos dos outros (um positivo e um negativo), cujas combinações resultariam em quatro padrões de apego:

- Apego Seguro – ideia positiva de si e dos outros;
- Apego Preocupado – ideia negativa de si e positiva dos outros;
- Apego Evitativo-Temeroso – ideia positiva de si e negativa dos outros;

- Apego Evitativo-Indiferente – ideia negativa de si e dos outros;

Em síntese, os autores consideram que o *apego seguro* é consistente com uma avaliação positiva, meritória, de si e dos outros; uma confiança básica na própria amabilidade e na amorosidade dos outros em relação a si. Já no *apego preocupado*, os autores perceberam um sentimento de indignidade própria (falta de amabilidade) combinado com uma avaliação positiva dos outros, o que levaria o indivíduo a buscar a auto-aceitação como meio de conquistar a aceitação dos outros (correspondendo ao apego *ambivalente* de Hazan e Shaver e ao *apego preocupado* de Main). O *apego evitativo-temeroso* indica também um sentimento de ser indigno de amor, mas combinado com uma expectativa de que os outros teriam uma disposição negativa, seriam não confiáveis e rejeitadores (corresponde, em parte, ao estilo *evitativo* de Hazan e Shaver). O apego evitativo-indiferente indica um senso positivo quanto à própria amabilidade, combinado com uma disposição negativa em relação aos outros, resultando numa atitude de auto-proteção, evitando relacionamentos íntimos e mantendo um forte senso de independência (corresponde conceitualmente ao desapego ou dispensa do apego descrito por Main). Em resumo, nos padrões de apego adulto *seguro* e *preocupado* encontram-se as pessoas que estão mais dispostas a relacionar-se; tanto no *evitativo-temeroso* quanto no *indiferente*, estão as que evitam a intimidade ou aproximação com os outros.

1.9 – Desapego

Ao fim dessa percorrida sobre os aspectos que constituem o apego para Bowlby, bem como algumas características do apego adulto, é válido acrescentar uma breve nota sobre o desapego. Bowlby (2004b) notou um comportamento de desapego em algumas crianças; consistia em uma quase total ausência de comportamento de apego quando essas crianças voltavam a encontrar sua mãe após um período de separação. Numa nota de rodapé, Bowlby alerta que seu emprego da palavra desapego difere radicalmente daquele dos autores que a empregam para referir-se seja a tendência da criança a fazer explorações distanciando-se da mãe, ou a crescente autoconfiança que mostra, à medida que fica mais velha. (Bowlby, 2004b, p.18). Em sua visão, o desapego é um processo defensivo, tal qual nossos sistemas de defesa atuam, conforme a teoria freudiana. Assim sendo, o desapego, que pode dar a impressão de ser algo relativamente adequado e necessário em muitas situações, a partir de Bowlby ganha contornos que inspiram atenção, principalmente quando perdura no tempo.

Capítulo 2: O LUGAR

Já dizia Milton Santos:

Um conceito elaborado por uma disciplina ou em uma área do saber para uma outra área do saber raramente é um conceito também. Na maioria das vezes um conceito elaborado em uma disciplina são metáforas para outras disciplinas. Neste sentido, essa apropriação precisa ser vista como uma tradução (Santos, 1995).

O trabalho aqui posto trata de considerar atentamente este alerta em relação ao termo “lugar”; principalmente porque, de algum modo, o lugar tem sido estudado na psicologia como parte de um ambiente, mas não como ponto analítico por si mesmo.

Etimologicamente “lugar” significa assento. Tanto a palavra “lugar” como “local” derivam do *lat. locālis, e 'de lugar, local', der. de lōcus, i 'lugar', pelo port.arc. logar*. Logo, ao empregar a palavra “lugar” posso me referir ao móvel onde deixo um livro, à poltrona do avião em que gosto de sentar durante uma longa viagem, ao edifício onde habito, onde trabalho; posso até mesmo falar da parte da cidade onde está o bairro que habito, do Estado onde a cidade se encontra, a região deste Estado no país, como norte, nordeste, sudeste etc.. A noção de lugar pode compreender então um micro ou um macro componente dentro de uma determinada localização espacial, dando-lhe uma certa precisão topográfica.

Este modo de se pensar o lugar possui importância para o nosso cotidiano. É graças a este conceito de um espaço abstrato, passível de representação nas coordenadas cartesianas, que há possibilidade, por exemplo, de nos movimentarmos em direção a lugares desconhecidos com muita precisão, baseando-se em coordenadas de geolocalização utilizadas pelos instrumentos de medição como o *Global Positioning System (GPS)*.

Algumas reflexões podem, todavia, permitir uma aproximação mais qualificada, ou profunda, do sentido do lugar. Este capítulo resenha brevemente o pensamento de dois autores que contribuem para tais reflexões, visando estabelecer um caminho compreensivo do papel desempenhado pelo lugar no ethos humano.

2.1 – O lugar como topofilia (Yi-Fu Tuan / 1930 -)

Em contraposição à apreensão meramente topográfica dos lugares, a obra de Yi-Fu Tuan faz uma extensa discussão sobre a topofilia, que em sua visão seria um conceito que incluiria todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente (Tuan, 1980, p.107). Para ele, os seres humanos têm buscado desde sempre o meio ambiente ideal. Nisso ele inclui os sentidos

humanos, os sentimentos, a história, a cultura, a arquitetura, as relações etc. Nesta perspectiva, o meio ambiente ideal não pode ser respondido simplesmente olhando *onde* se vive; o lugar para Tuan teria uma espécie de ligação com as pessoas.

Para Tuan, o lugar pode ser entendido como um certo “momento” no espaço: “se pensarmos o espaço como movimento, então o lugar é a pausa, cada pausa no movimento torna possível que a localização se transforme em lugar” (Tuan, 1983, p.6). Por outro lado, Tuan retoma a importância do lugar como palco das relações, e até mesmo da dependência que dele têm todos os seres vivos, inclusive os humanos: logo, os lugares íntimos são lugares onde encontramos carinho, onde nossas necessidades fundamentais são consideradas e merecem atenção, sem espalhafato. Deste modo, uma árvore pode ser um lugar, desde que ali se construam relações que adquirem importância e significado ou, como ele mesmo menciona: “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar” (Tuan, 1983, p.83). Ou seja, o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado (Tuan, 1983, p. 151). Em resumo, o lugar, em Tuan, pode ser definido de diversas maneiras, e uma delas é que o lugar é qualquer objeto estável que capta nossa atenção (Tuan, 1983, p. 179).

Este conceito de lugar se distancia em parte da concepção ancorada no modelo cartesiano e abre a possibilidade da relação existente entre um eu e o lugar. Mas, essa relação parece estar mais próxima de uma espécie de memorial consciente e valorizado; o lugar se aproxima daquilo que reconheço e dou o devido valor, possuindo deste modo um significado. O lugar adquire, assim, influências da cultura e da interação humana, uma vez que traz aspectos próprios da memória, das experiências subjetivas, dos sentidos atribuídos individual ou coletivamente.

2.2 – *O lugar como chôra (Augustin Berque / 1942 -)*

Augustin Berque (2012) demonstra a divergência existente entre a geometria (abstrata) e a topografia (concreta), uma divergência da qual, para ele, resulta a ambivalência do “lugar” na geografia. Berque considera que a noção de lugar está sustentada em bases inconscientes que foram estabelecidas por Platão e Aristóteles.

Na abertura do livro *Física*, Aristóteles (2001, p.113) diz: “o físico tem que estudar o lugar (topos) da mesma maneira que o infinito, a saber; se é ou não é, de que modo é e o que é”; embora admita também que o lugar é difícil de captar. Em uma de suas definições, Aristóteles considera o lugar como o limite do corpo continente que está em contato com o corpo contido, uma visão que tem predominado ainda hoje. No mesmo livro, ele propõe uma

analogia: “o lugar parece semelhante a um recipiente, o que é um lugar transportável, mas o recipiente não é uma parte do seu conteúdo” (Aristóteles, 2001, p. 121). Evidentemente, a idéia é que o lugar pareceria ser uma superfície, como se fora um recipiente para as coisas existentes. Uma idéia que, como se sabe, já estava presente no *Timeu* de Platão: o receptáculo do mundo sensível, que contém todas as coisas.

Platão, entretanto, neste diálogo, distingue um segundo aspecto, bastante desafiador, relativo ao lugar: a *chôra*, muitas vezes traduzida por “região”. O *Timeu*, de acordo com Mesquita (2009), é o diálogo no qual Platão mais se aproxima de clarificar a concepção de indivíduo e sua cosmovisão, onde ele próprio avança as estruturas conceptuais indispensáveis à sua sustentação. Para descrever a *chôra*, Platão participa e retoma uma discussão que estava de certo modo polarizada: *como podemos dizer que algo é?* é uma das perguntas que surgem como panorama para o diálogo. Partindo dessa questão, Platão oferece uma compreensão de como o mundo e as coisas foram formadas, baseando-se em boa parte em uma discussão que no remete a Heráclito e Parmênides. Para Heráclito há um fluxo, todas as coisas se movem e nada permanece; e que a sua causa e princípio condutor é o impulso para adiante. Deste modo, há uma certa possibilidade de mudança dentro de uma ordem cosmológica. Já em Parmênides essa mutação é ilusória. Só pode ser algo aquilo que é imutável. Algo que tem uma forma hoje e perde suas características com o tempo, não pode ser. No *Timeu* de Platão, a *chôra* intervém entre essas duas possibilidades. Intervém na relação entre o ser absoluto (eidos ou ideia), que revela o inteligível, e o ser relativo (gênesis), que revela o mundo sensível (cosmos). Deste modo, para Platão, o ser, o lugar e o devir são três coisas distintas, de três maneiras diversas e anteriores à geração do céu (Platão, 2019, 46013). Parafraseando Platão, Mesquita (2009) informa que a *chôra* é:

Tangível mas não por sensação; é pensável, mas apenas por uma “reflexão bastarda”, é, dir-se-á depois, exigível pelo imediato olhar, mas esse olhar ou essa exigência mesma são “um sonho”; é um gênero invisível, mas essa invisibilidade é a do que não tem como ser visto, porque está privado de forma; é participante do inteligível, mas essa participação é “o que há de mais aporético e mais difícil de compreender; e é, finalmente, *toutoe* não *toiouton*, mas esse “isto” não é o “isto” da determinação, senão o “isto” da “espacialidade”; quer dizer, do que em si mesmo se encontra desprovido de todas as determinações, do que em si mesmo é pura indeterminação. Ela é a ideia da não ideia, enquanto representa a pura indeterminação (Mesquita, 2009, p. 87).

De tais reflexões platônicas, Berque (2012, p. 34) destaca a importância do aspecto *chorético* para a compreensão do lugar (à par, é claro, do aspecto *tópico*, igualmente

considerado por Platão; já Aristóteles, aparentemente, teria focado unicamente o *topos* e negligenciado a *chôra*). A *chôra* é ao mesmo tempo marca e matriz daquilo que Platão denomina a *gênesis*, isto é, o devir dos seres do mundo sensível; a *chôra* não é nem o ser absoluto (o *onto*) nem o ser relativo (a *gênesis*): é um terceiro gênero. Isso significa que haveria, no mundo sensível, uma ligação ontológica indissolúvel entre os lugares e as coisas. Há, neste conceito, um terceiro gênero que é sempre o do lugar; não admite destruição e providencia uma localização a tudo quanto pertence ao devir.

Na condição de geógrafo, Berque procura extrair as implicações de uma tal visão cosmológica para o modo mais adequado de abordar as questões geográficas. Nessa direção, especula sobre grandes chuvas que provocam uma enchente na cidade de Sauternes:

Qual o verdadeiro lugar da chuva em questão? Ao mesmo tempo, o *topos* de uma precipitação, e a *chôra* de um desastre. Além disso, se a precipitação pode ser reduzida a uma altura d'água no "recipiente imóvel" chamado *topos*, a catástrofe é um processo na *chôra* que não para de expandir (Berque, 2003, p. 3).

Berque busca em Platão um conceito de lugar que foge de qualquer simplificação e as analogias utilizadas pelo filósofo atestam isso. A noção de lugar envolve um *topos*, mas envolve também uma *chôra*. Como considerar a ambos simultaneamente? Berque (apud Ribeiro e Bartalini 2019, p.65) considera que, no texto platônico, o *topos* responderia a questão "onde está?", ao passo que a *chôra* responderia a uma outra questão, talvez mais profunda, às vezes mais importante: "por que razão este onde?".

A contribuição mais interessante de Berque para a nossa discussão, porém, está em que ele prefere retornar aos significados corriqueiros que a palavra *chôra* tinha ao tempo de Platão, significados estes que, no *Timeu*, permanecem subjacentes às metáforas empregadas pelo filósofo para indicar seu sentido. De acordo com Berque (2012), revisando diversos dicionários escritos ao longo dos séculos, a *chôra* era uma das formas, em grego antigo, de se referir ao que hoje podemos chamar de "lugar" ou de "espaço". Em um de seus significados registrados, *chôra* era o nome dado a uma certa parte da Polis, especificadamente, uma parte rural, o campo. Seria como o cinturão verde formado pelos municípios da grande São Paulo que outrora, era presença nos livros didáticos de geografia como o local de produção dos alimentos (frutas, verduras e legumes) para abastecer a cidade. No mundo grego, era um lugar indispensável à sobrevivência, um espaço vital. Os estudos de Custódio e Hirata (2012), como também o de Florenzano (2018), demonstram a importância que tinha a *chôra* enquanto espaço dedicado ao provimento da polis, sendo inclusive centro de disputas entre colônias no mundo grego.

Capítulo 3: O APEGO AO LUGAR

Como foi dito, o termo “apego” para Bowlby se refere a um comportamento natural da criança em relação à sua mãe ou figura cuidadora, que se estabelece na primeira infância e que também está presente em outros animais. O apego está ligado à segurança, proteção, um certo amparo seguro no qual a criança possa confiar e do qual buscará manter proximidade. Desta relação de confiança e cuidado dependem as possibilidades de exploração ambiental pela criança. Quanto ao termo “lugar”, cabe sublinhar sua ambiguidade tão bem demarcada pelos autores acima mencionados, e sobretudo enfatizar a conotação de exterioridade sustentadora das nossas vivências, portanto, das possibilidades, significados e sentidos que orientam a vida humana.

Posso, agora, buscar aprofundar aquelas considerações preliminares que fiz na introdução deste relatório sobre o conceito de Apego ao Lugar. Ao reler o estudo de Marc Fried, logo percebemos que ele busca compreender o sentimento das pessoas que foram desapropriadas de suas casas. Este era o seu objeto de pesquisa, sua busca que já se apresenta no título de um de seus artigos: *Grieving for a Lost Home – Psychological Cost of Relocation*. É neste contexto que Fried se depara com situações comparáveis, de acordo com sua própria conclusão, com a experiência de luto relatada por muitos moradores que precisaram enfrentar uma realocação forçada: “se manifesta nos sentimentos de perda dolorosa, a contínua saudade, o tom depressivo geral, os sintomas frequentemente de sofrimento psicológico ou social e somático (Fried, 1968, p. 359, tradução nossa). Seus resultados indicam que, em comparação com a classe média, tais sentimentos de pesar são mais intensos na classe trabalhadora, provavelmente por se tratar de pessoas mais agudamente dependentes de uma rede de cooperação formada localmente por parentes, amigos e vizinhos, e também pela costumeira e necessária apropriação dos espaços circunvizinhos como uma extensão da moradia, por exemplo, como espaço para as crianças brincarem, algo menos comum para as pessoas da classe média.

Ao longo de sua obra, Fried está tentando compreender o que chamamos de lugar sempre de um modo mais global. Ele ressalta o apego ao lugar como algo que passou a ser utilizado e que reflete de um modo mais próximo o compromisso entre laços humanos e os locais de moradia. Ressalta ainda a diversidade conceitual propiciada pelo termo apego, anteriormente conhecido como satisfação com a comunidade. Mas, percebe nessa mudança algo mais conceitual que empírico. Deste modo, a ligação entre o apego e a satisfação ou experiência de comunidade pode ser analisada como uma possibilidade, ressaltando que “é importante estar

atento para a possibilidade dessa ligação não ser singular, podendo variar para diferentes subgrupos da população, assim como frente ou condições são variáveis” (Fried, 1984). Parece haver nessa frase um certo receio de Fried quanto ao “enfraquecimento” do termo comunidade em detrimento a algo mais individual. Questionava-se se essa satisfação com a comunidade poderia ser considerada como algo global ou a simples soma de satisfações individuais (Fried, 1984).

Pode-se dizer que a satisfação com a comunidade ocupa o centro de interesse dos estudos que elaborou. Em outras palavras, seu foco está no apego com a comunidade, distinto de outras formas de compromisso comunitário (Fried, 2000).

Ao mesmo tempo, Fried (2000, p.201) cita 4 fatores de satisfação na comunidade:

1. o ambiente residencial imediato da casa ou vizinhança;
2. a disponibilidade local e facilidade de acesso a recursos e serviços alternativos;
3. a interação interpessoal e local; e
4. o regime político, tanto no sentido de prestação de serviços quanto na capacidade de respostas ao cidadão.

Logo, uma vez observado esses fatores, é possível ir delineando os aspectos ligados ao apego. Deste modo, “o apego ao lugar requer uma consideração de todas essas quatro dimensões” (Fried, 1984, p.81). O apego, neste sentido, é um termo que reflete os esforços para focar em uma dimensão importante da experiência humana com o lugar.

Apesar deste cuidado terminológico, Fried reconheceu e estabeleceu a importância deste apego: “no extremo, as relações pessoa-lugar se manifestam na medida em que o profundo apego que as pessoas frequentemente desenvolvem com os lugares em que vivem, onde compartilham laços familiares comunitários e étnicos ou culturais com seus vizinhos”. (Fried, 2000, p.1. tradução nossa).

Contudo, dirá, seu foco está no apego à comunidade, distinto de outras formas relacionadas de compromisso comunitário. Reconhece, contudo que o apego é um sentimento primordial que serve a funções individuais e sociais de valor inestimável, alertando, porém, que este sentimento pode, em vários extremos, tornar-se disfuncional e desastroso. Para o autor, o significado do apego deriva de seu significado evidente no que diz respeito aos laços afetivos com os ambientes sociais (Fried, 2000, p. 194).

Fried retoma o apego conforme formulado por Bowlby e Ainsworth além do apego

adulto descrito por Weiss², reconhecendo seu significado potencial para o apego ao lugar:

“Os critérios, por exemplo, aqueles especificados por Weiss para o comportamento de apego adulto, são notavelmente aptos para o funcionamento da comunidade. O apego a comunidade frequentemente envolve esforços para permanecer dentro da faixa de proteção de lugares familiares. Uma vez que a segurança é promovida dentro da área local, um indicador importante de apego a comunidade é que ela incentiva uma maior liberdade de comportamento, exploração, confiança e capacidade de respostas efetivas dentro (mas não fora) da comunidade local. Este intervalo é reduzido pelo escopo e induz comportamento apegado em situações ameaçadoras. O mais impressionante para a integridade contínua da comunidade (Fried, 2000, p.1950).

Na presente análise, Fried recorre as contribuições do apego adulto, notando uma possibilidade de aproximação com o que está analisando no que se refere à comunidade. Contudo, a base para esse apego à comunidade emerge de um conjunto de experiências flexíveis de identidade espacial que seria para Fried (2000) a base psicológica para o apego à comunidade. Utilizando como exemplo o caso da realocação forçada de moradores de *West End* de Boston, ele menciona que “a perda de relações sociais que resultou da realocação residencial forçada foi empiricamente o fator mais potente para explicar a sensação generalizada de perda, bem como as variações na adaptação pós realocação” (Fried, 2000, p. 197). Ao mesmo tempo, a “satisfação da comunidade é uma condição necessária, mas não suficiente, para essa identidade espacial” (Fried, 2000, p. 197).

É possível dizer que Fried se orienta pelo senso de identidade socio- espacial, remetendo aos estudos de Erick Erikson sobre o sentido de identidade espacial do ego. Este sentido designa a dimensão física/geográfica dentro da qual casas, ruas, e até mesmo comunidades inteiras podem prosseguir, intensificar e fornecer um *locus* espacial para identificação e vínculo comunitário e, assim, para a identidade do grupo social (Fried, 2000, p.197).

Em suas contribuições, se evidencia que algumas formas e desejos de vida comunitária ainda persistem, mesmo que para alguns a comunidade seja um conceito ultrapassado. Para Fried, independente da classe social: “as comunidades continuam sendo formas da organização social dos desejos e necessidades humanas”. A ligação com esse lugar é o que Fried se preocupou em investigar.

² Weiss, R. (1994). Sociólogo da University of Massachusetts, Boston; desenvolveu pesquisas sobre o apego adulto na compreensão de temas como solidão, angústia da separação em divórcios e luto.

Ao mesmo tempo, também percebia uma certa ambivalência em alguns casos ligados ao apego a essa comunidade/lugar. Podem ocorrer benefícios mas também problemas, justamente pela possibilidade de continuidade no lugar ou medo de rupturas. Em suas palavras, as descontinuidades “podem ser experiências gratificantes de amadurecimento e realização ou uma superação mais tênue de graves dificuldade. No outro extremo, eles podem indicar uma submissão ao declínio e descompensação” (Fried, 2000, p.198).

No início deste trabalho, foram citadas algumas narrativas que são comuns na remoção de moradores de seus locais de moradia. O estudo de Fried e o que foi produzido por ele ao longo de seus mais de 40 anos investigando o tema, demonstra o quão complexo é o estudo e a compreensão desse tipo de situação, mesmo ancorando-se na variedade procedimental e no rigor metodológico que foi próprio de sua ação. Há algo que Fried se questionou e que de certo modo vem como panorama nos estudos relacionados ao apego ao lugar: o que leva pessoas que vivem em situações de moradias tão difíceis, complexas, insalubres, desumanas, a insistir em permanecer no local mesmo diante de possibilidades ou potencialidade de mudança? Dito em seus próprios termos:

O apego ao lugar, que se tornam intensos e exclusivos, podem impedir todas as alternativas ou mesmo informações sobre potenciais futuros alternativos. Assim, eles negam a interação dialética entre mudanças de necessidades, desejos, condições e transições abertas. Estes tornam-se disfuncionais quando se renuncia à adaptação a novas oportunidades de crescimento ou possibilidades de maior gratificação na vida pessoal ou comunitária. A forma mais familiar de tais falhas para se adaptar às descontinuidades ocorre quando novas condições surgem - com opções expandidas: aumento da renda, novas oportunidades de emprego, uma gama mais ampla de opções residenciais e interpessoais e maturidade pessoal. Apesar dessas descontinuidades que permitem a independência, na luta contra as escolhas, muitas pessoas continuam viciadas em formas abrangentes de continuidade que prontamente se tornam deletérias. Eles se apegam a apegos comunitários que permanecem significativos, embora limitantes, uma vez que não os exigem mais para se estabilizar na transição de recursos mais limitados para um mundo mais amplo (Fried, 2000, p. 202).

Neste sentido, Fried nota um aspecto problemático do apego ao lugar. Em sua visão, é o apego que retém em alguns casos, moradores que poderiam ter, em termos modernos, uma melhor qualidade de vida, mas em outro lugar. De acordo com o mencionado por Fried, o que os impede de seguir? Um certo apego disfuncional; há uma disfuncionalidade que pode estar presente no apego. O apego ao lugar pode se tornar disfuncional “se evitar mudanças e transições quando estas se tornarem necessárias ou desejáveis” (Fried, 2000, p.3).

Talvez eu tenha, no presente texto, focado em demasia sobre os aspectos levantados por

Fried e que já foram citados com certa frequência em estudos sobre o tema. Mas partir do próprio Fried pode ser importante, tanto por seu pioneirismo quanto porque seu trabalho reflete a correlação complexa, antes identificada por Bowlby, entre os sistemas comportamentais de apego e de exploração. Entretanto, Fried (como, aliás, alguns outros estudiosos do apego ao lugar) não aprofunda as possíveis relações entre o que ele está caracterizando como “*apegos intensos e exclusivos (...) que se tornam disfuncionais*” e os padrões de “apego inseguro” em crianças, identificados originalmente por Ainsworth (vide acima, capítulo 1, tópico 1.5) e depois largamente corroborado por diversos estudos no campo da psicologia do desenvolvimento.

Como já foi dito, Fried cunhou o termo “apego ao lugar” e, explicitamente, reportou-se aos trabalhos de Bowlby; o que explicaria então essa aparente superficialidade na consideração dos padrões inseguros de apego para a compreensão das disfuncionalidades que ele constata na relação das pessoas com os lugares em que vivem? Uma possível resposta a essa pergunta pode partir de Lewicka (2011), que percebe uma sobreposição entre os conceitos de “apego ao lugar”, conforme postulado por Fried, e de “apego à comunidade” – onde teria prevalecido o sentido deste último. De fato, em Fried se pode notar o estabelecimento do lugar “como” comunidade; o apego ao lugar se fundamentaria nos quatro pontos de satisfação com a comunidade. Nota-se, também, que para ele o desenvolvimento de segurança comunitária estaria correlacionado com uma maior circulação pelo local de moradia. Fried problematiza, porém, que isso mesmo se correlaciona com uma menor possibilidade de exploração de novos lugares, de novas condições de vida.

No entanto, esse problema é previsível quando se considera adequadamente a teoria do apego formulada por Bowlby e seus seguidores: o estabelecimento do apego seguro com a mãe (e demais possíveis figuras de apego) é uma condição necessária ao comportamento exploratório e, de resto, às adaptações bem-sucedidas em novas situações – o apego inseguro, ao contrário, tende a manter o indivíduo “orbitando” (circulando) em torno da figura à qual está inseguramente apegado e, portanto, a impedir a exploração do ambiente mais alargado em torno de si e a adaptação às condições mutáveis deste ambiente. O comportamento exploratório, que abrange toda a situação de vida do indivíduo, não pode ser confundido com a “exploração” (em sentido lato) da própria figura de apego.

Aparentemente, Fried não pretendeu avançar as propostas de alteração conceituais e metodológicas advindas do termo apego, conforme postulado por Bowlby. Percebeu no termo mais uma alteração de etiqueta do que de procedimentos e abstrações. Isso pode ter ocorrido, como hipótese, por seu receio de que esta perspectiva do apego, oriunda da psicologia

do desenvolvimento, conduziu a uma discussão muito individualista sobre o tema, em detrimento da comunidade que era o seu interesse de pesquisa. De qualquer modo, é a partir das investigações de Fried que se inicia o estudo propriamente dito sobre o apego ao lugar e a discussão alusiva ao papel que a teoria do apego de Bowlby e seguidores poderia ocupar no estudo deste tema.

3.1 - *A questão teórica*

Embora a teoria de Bowlby tenha sido, em diversas ocasiões, mencionada em estudos e investigações referente ao apego ao lugar, pairam alguns questionamentos referente à sua utilização. Afinal, o que é possível obter de contribuição da teoria do apego formulada por Bowlby para a compreensão do apego ao lugar?

Giuliani (2003) faz uma revisão da utilização do termo apego, conforme postulado por Bowlby, junto as definições utilizadas. Para ela, falar de vínculos afetivos com lugares no contexto da teoria do apego nos relacionamentos interpessoais poderia gerar mal-entendidos (Giuliani, 2003, p.139). Isso porque o termo conforme postulado por Bowlby refletia a relação pessoa- pessoa, e, de modo mais específico a do bebê com a figura de apego. Não foi, portanto, desenvolvida com relação ao apego relacionado a lugares.

Uma diferença fundamental entre a teoria do apego conforme descrita por Bowlby e as várias abordagens seguidas ao lidar com as relações afetivas com o lugar é o arcabouço evolutivo adotado no primeiro, comparado a perspectiva sociocultural no segundo. A teoria do apego se concentrou principalmente na infância e na primeira infância e, com relação ao apego ao lugar, observa-se falta de hipóteses específicas sobre as possíveis relações entre experiências ambientais e a formação de padrões de apego (Giuliani, 1991 apud Giuliani, 2003, p.160).

Giuliani (2003) concorda que a primeira contribuição do conceito apego ao lugar na literatura tenha sido oriundo dos trabalhos de Marc Fried, ressaltando que neste caso a retirada dos moradores representavam a interrupção do senso de comunidade dos indivíduos, envolvendo a fragmentação tanto da identidade espacial quanto da identidade de grupo. Para ela, Fried passa posteriormente a utilizar o termo apego de modo genérico para significar satisfação com a vizinhança. Este modo particular de conceber o conceito se deslocou para inúmeros outros estudos e em diversos temas. Para além do estudo de Fried, Giuliani (2003) buscou outras definições disponíveis na literatura, entre elas menciona o apego ao lugar como o significado emocional que os espaços geográficos são capazes de assumir na experiência

humana que os transforma em lugares (Relph, 1976 *apud* Giuliani, 2003); como um vínculo afetivo positivo ou associação entre os indivíduos e seu ambiente residencial (Stokols; Shumaker, 1981 *apud* Giuliani, 2003); laços afetivos com os lugares da vida (Rubinstein; Parmalee, 1992 *apud* Giuliani, 2003); como sentimento de possessividade que um ocupante tem em relação a um determinado território por causa de suas associações com a auto-imagem e identidade social (Brower, 1980 *apud* Giuliani, 2003); um processo psicológico individual, incorporado dentro do ambiente doméstico, desenvolvido ao longo do tempo e envolvendo o afeto, cognição e comportamento (Harris; Brown; Werner, 1996 *apud* Giuliani, 2003).

Por este motivo, Giuliani (1991) já havia demonstrado uma falta de hipóteses específicas sobre as possíveis relações entre as experiências ambientais e a formação de padrões de apego. Já no estudo de 2003, ela conclui: na teoria do apego, o apego tem significado extremamente restrito em comparação com o conceito extremamente amplo de “apego ao lugar”. Embora a comparação com os laços interpessoais forneça uma contribuição útil, não se pode obter dele uma analogia exata (Giuliani, 2003, p. 161).

Ao mesmo tempo, há alguns estudos que apontam para uma direção que de certo modo reforçam a influência da teoria do apego de John Bowlby em temas sobre o lugar.

Morgan (2009) defende uma aproximação maior e intercolaboração entre os estudos relacionados com o apego ao lugar e a teoria do desenvolvimento. Para ele, os últimos anos tem sido de enorme avanço para a psicologia do desenvolvimento e a neurobiologia; enquanto os teóricos dos lugares têm falhado em capitalizar este progresso científico obtido mediante a teoria do apego. Em sua opinião, tanto a psicologia ambiental quanto os estudos sobre o apego poderiam se beneficiar de uma estreiteza de diálogo. Ao mesmo tempo, considera que a teoria do apego não oferece nenhum significado de desenvolvimento para a relação da criança com o lugar, no sentido de ambiente físico; para ele, o papel do lugar no processo do desenvolvimento parece ser largamente ignorado pelos teóricos do apego.

Tendo em vista esses posicionamentos, compreende-se o fato de que poucos estudos consideraram efetivamente a influência do apego infantil, enquanto sistema comportamental que vincula a criança às figuras familiares que dela cuidam, sobre o posterior vínculo que se estabelece entre as pessoas e seus lugares de moradia. Dentre esses poucos estudos, Hidalgo (2000) desenvolveu uma pesquisa partindo das três formas do apego adulto preconizadas por Hazan e Shaver (1987), o apego seguro, evitativo e o ansioso-ambivalente, as quais, como vimos, estão baseadas no apego infantil. A pesquisa conduzida por Hidalgo (2000) buscou averiguar se essas formas de apego adulto poderiam também referir-se ao apego ao lugar. Sobre o apego adulto, sua pesquisa confirmou a pertinência da classificação proposta por Hazan

e Shaver. Já com relação ao apego ao lugar, tal classificação em três termos não lhe pareceu adequada, sugerindo que os estímulos de apego ao lugar ficam melhor representados a partir de duas dimensões bipolares, definindo-as como seguro-evitativo e ansioso. Em outros termos, não encontrou correlação entre o apego adulto de estilo seguro com o apego seguro com relação a casa, bairro ou cidade; por outro lado, com relação ao estilo evitativo encontrou correlação entre o apego adulto e o apego ao lugar e o mesmo ocorreu com relação ao apego ansioso adulto. Deste modo, com relação ao lugar, Hidalgo reduz as possibilidades de apego a essas duas dimensões, onde os modos seguro e evitativo do apego aparecem como dois polos opostos da mesma dimensão, sendo a segunda dimensão constituída pelo apego ansioso (Hidalgo, 2000, p.70). Neste mesmo estudo, Hidalgo (2000) menciona que parece razoável admitir que o processo que nos leva a permanecer próximo das pessoas queridas é similar àquele outro que nos faz mantermos proximidade dos lugares mais significativos para nós mesmos.

Outro estudo que cabe aqui mencionar é o de Tartaglia (2005), que desenvolveu uma pesquisa de correlação utilizando a *The Measure of Attachment Qualities (MAQ)*. Trata-se de uma escala que avalia os padrões de apego adulto; possui itens separados que avaliam tendências de apego seguro e tendências de evitação, e duas escalas que refletem aspectos do padrão ansioso-ambivalente. Neste estudo, verificou-se que pessoas com apego inseguro foram associadas com baixos níveis de apego ao lugar. Contudo, cabe destacar que neste estudo o apego ao lugar é concebido como uma dimensão do senso de comunidade.

Uma outra proposta de análise foi desenvolvida por Scanell e Gifford (2014); nessa proposta, os autores mencionam que, além do apego pessoa- pessoa demonstrado por Bowlby e Ainsworth, as pessoas também desenvolvem uma ligação com lugares. Scanell e Gifford (2010) elaboraram uma estrutura que propõe compreender apego ao lugar como um conceito multidimensional, envolvendo três dimensões: pessoas, processos psicológicos e lugar. Resumem essas três dimensões na sigla PPP, do inglês, *Person, Psychological Process e Place*:

Figura 4– Place Attachment



Fonte: Scanell; Gifford (2010, p.2)

Para elaborar tal estrutura os autores recorreram a uma revisão de diversos estudos sobre apego ao lugar, visando mapear as multidensões do conceito. A primeira dimensão da estrutura se organiza em torno da *pessoa* cujo apego ao lugar se pretende focar. Quem está apegado? É uma pessoa ou um grupo? Já na segunda dimensão o foco está no processo: como o afeto, a cognição e o comportamento se influenciam mutuamente, na situação concreta vivida pela pessoa? E, na terceira dimensão, o objeto de apego, que inclui as características físicas e sociais do lugar (Scanell; Gifford, 2010). Essa estrutura dimensional do apego ao lugar organiza as principais definições da literatura e, à medida que aumenta o conhecimento sobre os níveis específicos dentro de cada uma dessas dimensões, espera-se que um entendimento abrangente do apego ao lugar seja alcançado (Scanell; Gifford, 2010). Os autores procuram demonstrar ainda que diversos estudos sobre apego ao lugar poderiam ter ganhos e benefícios ao adotar essa estrutura como base para a exploração da função de cada uma dessas dimensões (Scanell; Gifford, 2010, p.6).

Para Hidalgo (2013), o modelo PPP proposto por Scanell e Gifford (2010) é suficientemente flexível para ser adaptado a diferentes objetivos, interesses e significados apropriados, motivo pelo qual tem se transformado em um método de referência no estudo de apego ao lugar. Contudo, os próprios idealizadores da estrutura PPP veem com ressalvas tal possibilidade. Para Scanell e Gifford (2010), definições que enfatizam aspectos particulares do apego, por exemplo identificando-o ao comportamento que visa manter proximidade, tendem a gerar dificuldade para a adoção da estrutura PPP no planejamento de pesquisa; segundo os autores, por se tratar de uma estrutura abrangente e multidimensional, os pesquisadores precisam buscar derivar suas definições de apego ao lugar a partir dos tópicos de pesquisa sugeridos pela estrutura. Já Lewicka (2011) ao analisar os avanços tanto teóricos quanto metodológicos nos últimos 40 anos referente ao conceito de apego ao lugar e baseando-se na escola PPP, concluiu que há uma ênfase excessiva no estudo da dimensão pessoa, deixando as dimensões lugar e, sobretudo, processo psicológico em segundo plano; assim, acaba-se conhecendo bastante sobre “quem” e “quando”, ou seja, sobre as pessoas que estão apegadas, muito pouco sobre os lugares e menos ainda sobre os processos que geram este apego. Para a autora, o processo tem sido negligenciado nas pesquisas sobre Apego ao Lugar.

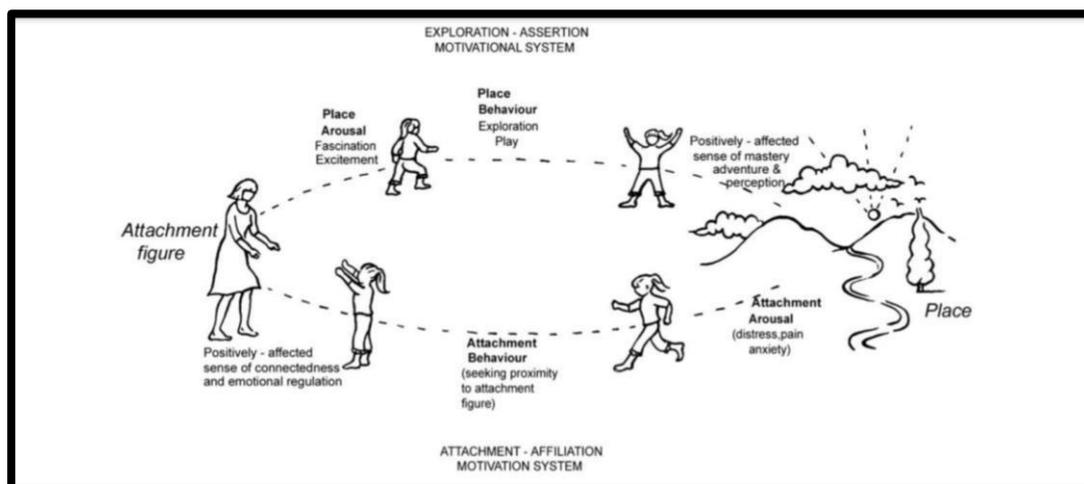
Outro ponto de questionamento do modelo PPP proposto por Scanell e Gifford (2010) foi levantado por Alves, Kuhlen e Cruz (2019). Na tentativa de construir uma escala de apego à moradia em áreas de risco, partiram do conceito PPP e discorreram sobre as dimensões Pessoa: aspectos culturais; Lugar: aspectos físicos; e Processo Psicológico: aspectos cognitivos. Os

autores apontaram muita semelhança e pouca especificidade entre os itens que compõe essas dimensões além de algumas características que se sobrepõem³

Numa perspectiva mais integrativa, que melhor se coaduna com a nossa própria, Morgan (2009), tendo como base pesquisas que de um modo mais qualitativo demonstravam a importância e significado que os lugares de infância assumem mais tarde na vida adulta, desenvolveu um estudo onde sugere uma integração maior entre as duas teorias (apego e lugar). Sua proposta deriva do *Circle of Security* (COS) de Marvin, Cooper, Hoffman e Powell (2002). Neste modelo, há uma integração entre ambiente físico e figura de apego, demonstrando as diversas experiências que resultam desta interação; propõe um desenvolvimento no qual o apego ao lugar emerge de uma sequência interacional criança-ambiente, tendo como base a figura de apego; portanto, para melhor compreender-se o chamado “apego ao lugar” seria necessário combinar os esforços teóricos que enfocam o lugar à teoria do desenvolvimento, à partir da primeira infância, do apego humano. Morgan sintetiza seu modelo de desenvolvimento integrado de apego humano e apego ao lugar em um diagrama, que cabe reproduzir aqui:

Figura: 5 – Sistema Motivacional

³ De fato, a distinção feita por Scanell e Gifford (2010) entre a dimensão Pessoa e Processo tende a gerar dificuldades. Apenas racionalmente, não empiricamente, se pode distinguir os processos da pessoa que os executa. A questão que se coloca aqui tem sido refletida por muitos pesquisadores em psicologia; recordemos, como exemplo, o modo como Jean Piaget respondia aos questionamentos com relação ao seu aparente “abandono” de conceitos como a emoção e afetos de um modo geral na formulação de sua teoria da inteligência, advertindo que tais conceitos não são distinguíveis para análise justamente por serem tópicos inseparáveis. Na análise feita por Ribeiro (2018) acerca do ethos humano (ver adiante), parece encontrar-se implícita uma perspectiva viável de enfrentamento desta questão. A autora (em comunicação pessoal) indica que a tríade Lugar – Subjetividade – Comportamento que ela própria vem utilizando na análise ética das situações humanas, e a tríade Lugar – Processo – Pessoa proposta por Scanell e Gifford para a análise do “apego ao lugar”, podem ser vistas como correlativas, conquanto não sejam exatamente sinonímicas. Ela faz notar que a noção de Pessoa corresponde, empiricamente, tanto a um conjunto de processos psíquicos e somáticos, resumidos pelo termo “subjetividade”, quanto a um conjunto de processos comportamentais observáveis direta ou indiretamente, ambos esses processos ocorrendo “em situação”, ou seja, em um lugar concreto e, portanto, em interação com o níveis individuais e coletivos, histórico- culturais, da vida humana.



Fonte: Morgan (2009)

O próprio autor explicita o padrão interacional sintetizado no diagrama:

O diagrama [figura reproduzida acima] delinea o padrão interacional que emerge da integração do sistema de apego e do sistema motivacional de exploração-afirmação. O arco superior do diagrama representa a ativação do sistema motivacional de exploração-afirmação. A exposição da criança ao ambiente físico provoca o despertar desse sistema motivacional, resultando em estados internos como fascínio ou excitação, e um conseqüente movimento de afastamento da figura de apego para interações de exploração e brincadeira com o ambiente. Essas interações com o lugar geram sentimentos positivamente afetados de maestria, aventura, liberdade e prazer sensorial. A parte inferior do diagrama representa o sistema motivacional de apego. Quando a interação com o ambiente externo provoca dor (através de lesão) ou ansiedade (através de ameaça percebida ou ausência prolongada da figura de apego), o sistema motivacional de apego é ativado, sobrepondo-se ao sistema de exploração. A criança busca proximidade e conforto da figura de apego. A interação com a figura de apego resulta na regulação da excitação emocional e em um sentimento de conexão positivamente afetado. Quando a necessidade de conexão e regulação da criança é satisfeita, as pistas ambientais estimulam o sistema motivacional de exploração fazendo com que ele se sobreponha ao sistema de apego, reiniciando o ciclo. Essa sequência resulta em um movimento de vai-e-vem entre a figura de apego e o ambiente, e um padrão cíclico de excitação emocional, interação e afeto positivo. [...] Um modelo de trabalho interno do relacionamento de apego se desenvolve a partir do padrão de repetidas interações positivamente afetadas com a figura de apego. Em um processo semelhante, o padrão cotidiano de exploração/brincadeira/domínio e as interações sensoriais de uma criança positivamente afetadas com seu ambiente são internalizadas em um modelo interno inconsciente de trabalho dessa relação. O vínculo afetivo de longo prazo conhecido como apego ao lugar é a manifestação subjetiva consciente desse modelo interno de trabalho. Este é o processo pelo qual o apego ao lugar se desenvolve. (Morgan, 2009; p. 5)

Já deve estar claro que a presente tese busca contribuir com o esforço integrativo preconizado por Paul Morgan. Mas, para concluir este tópico, cabe mencionar que no ano de 2014, Manzo e Devine-Wright (2014) lançaram um livro, denominado *de Place Attachment:*

advances in theory, methods and applications. Uma obra multidisciplinar que reuniu algumas recentes teorias referente ao tema. Alguns estudos e reflexões já foram mencionados aqui ao longo do texto. E, embora tenha ocorrido uma diversidade maior sobre a aplicabilidade do termo, as interpretações sobre o que é o apego ao lugar continuam diversas e ligadas a uma multiplicidade de equivalências.

3.2 - O avanço metodológico

Os já mencionados Alves, Kuhnen e Cruz (2019) elaboram uma pesquisa que abrangeu uma busca nos últimos dez anos nos portais da BVS- Psi (Brasil) e CAPES. O objetivo era encontrar instrumentos ou produção científica sobre instrumentos dedicada ao apego ao lugar; posteriormente, os autores buscaram desenvolver uma escala, denominada de Escala de Apego à moradia em área de risco.

É possível ainda citar outros estudos que buscaram o desenvolvimento ou escalas sobre o apego ao lugar. A escala desenvolvida por Breymann e Montenegro (2019) visou validar para a realidade latino-americana a Perceived Residential Environment Quality (PREQ 19). Trata-se de um instrumento elaborado principalmente a partir de vários estudos desenvolvidos em distintas cidades italianas desde a década de 1990. Há ainda a Escala de apego al lugar (Hidalgo; Hernández, 2001), o Quality of Urban Life (QOUL) desenvolvido por Marans (2012), Neighbourhood Attachment scale desenvolvida por Bonaiuto et al. (2003) e 19 itens do Sense of Community multidimensional scale (MTSOCS) de Prezza, Pacilli, Barbaranelli, and Zampatti (2009). Cada uma dessas escalas apresenta distintas formas de se pensar o lugar.

Já Alves (2018), realizou uma revisão integrativa da literatura apresentando uma questão problema e buscando respondê-la analisando os estudos com evidências de validade e precisão das medidas de apego ao lugar, disponíveis em portais de dados. Para tanto, foram analisados 18 estudos e destes, 17 apresentaram indícios de precisão. Dentre os artigos selecionados, nota-se que nenhum teve seu instrumento validado ou adaptado para o Brasil. De acordo com a autora isso ocorre “por escassa existência de artigos nacionais relativos ao construto de apego ao lugar; eles tampouco discorrem sobre instrumentos padronizados para mensuração deste fenômeno”; em consonância a este dado, acrescentaria o nível embrionário das pesquisas sobre apego ao lugar no Brasil.

Hernandez, Hidalgo e Ruis (2014) destacam a necessidade de que os estudos de apego ao lugar sejam fundamentados em uma definição precisa do conceito e em uma correspondência

consistente entre a teoria e os procedimentos de medição adotados.

Lewicka (2011) demonstra a acentuada produção sobre o apego ao lugar, detectando 400 artigos nos últimos 40 anos (1971-2011). Ao mesmo tempo, demonstra que se comparado com o desenvolvimento teórico de áreas como psicologia cognitiva ou neuropsicologia, o progresso nas chamadas “ciências do lugar” parece lento e com escassos resultados; atualmente, segundo a autora, pode ser comparado um progresso relativamente pequeno se comparado ao que foi feito a 30 ou 40 anos atrás.

Uma contribuição metodológica a destacar é a de Paul Morgan, no já mencionado estudo sobre o papel das experiências infantis com o lugar na formação do apego ao lugar, realizado através da coleta e análise de relatos de lembranças feitos por pessoas de meia-idade (Morgan, 2009). É lícito supor que, se utilizada em complemento às escalas de mensuração do apego ao lugar, procedimentos inspirados na metodologia empregada por Morgan podem contribuir para aprofundar a compreensão dos processos de desenvolvimento do apego ao lugar e, no mesmo passo, para clarificar sua conceituação. Antes, porém, de adentrar nossa proposta de investigação empírica, que poderá examinar e avaliar tal hipótese de trabalho, cabe ainda aprofundar a discussão do conceito de apego ao lugar tal como vem sendo empregado na literaturapertinente.

3.3 – *Discutindo o conceito de Apego ao Lugar*

Ao longo dessa revisão, foi possível retomar alguns conceitos básicos relacionados ao apego ao lugar; o termo *lugar* surge como equivalente a casa, rua, bairro, cidade; já o termo *apego* revela aspectos relacionado a ligação, possibilitando a compreensão do “apego ao lugar” como ligação com a vizinhança. Tudo isso contribui para que haja um grande leque de significados para o apego ao lugar, o que dificulta o avanço de investigações empíricas, e mesmo do diálogo entre os diferentes pesquisadores, sobre o tema. O que parece estar na base dessas dificuldades é, a meu ver, o afastamento do termo “apego” conforme postulado por Bowlby, além da imprecisão relacionada ao termo lugar.

Na busca de identificar as características do apego na vida adulta, nos deparamos com dificuldades naturais da proposta. O apego infantil foi constatado com base em diversas observações das interações criança- cuidadores, desenvolvidas em situações naturais e cotidianas e em situações controladas, incluindo experimentação em laboratórios. A compreensão do apego adulto tem como base principal questionários ou entrevistas abertas ou

semi-estruturadas. Se nos estudos de Bowlby e Ainsworth buscava-se classificar a categoria de apego das crianças por meio de seu comportamento observável, principalmente com relação a mãe, no apego adulto essa compreensão “exige” atenção ao desenvolvimento do apego na infância e à representação dele formada no psiquismo do sujeito adulto, conforme indicaram os estudos de Mary Main, Shaver e Hazan e Bartholomew e Horowitz em relação ao apego adulto, e de Paul Morgan em relação ao próprio apego ao lugar em pessoas de meia idade.

Com relação ao lugar o desafio não é menor principalmente por ser um termo que escapa as principais discussões em psicologia. Hidalgo e Hernandez (2001) citam que muitas vezes quando se fala de apego ao lugar o conceito de *lugar* que está sendo utilizado não é especificado; Giuliani (2003) também demonstra a dificuldade encontrada na área em se definir lugar; assim, Lewicka (2011, p.223) concluiu que “os estudos de apego ao lugar, precisam de uma teoria do lugar”.

As considerações sobre o lugar nesses estudos parecem se aproximar em sua maioria do conceito oferecido por Yu-Fu Tuan. Nele, “o lugar é a segurança e o espaço é a liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro” (Tuan, 1983, p.3); do mesmo modo e como foi possível revisar, o conceito de lugar pode ser ampliado de um modo a oferecer possibilidades de compreensão que tem sido pouco exploradas; a *chôra* em Platão, conforme retomada pelo geógrafo Berque e por outros pensadores contemporâneos, é um exemplo disso. De qualquer modo, não me parece possível definir *apego ao lugar* sem deixar claro o que significa *lugar* em nossas investigações.

O ser humano vive sobre a Terra há alguns milhares de anos. E, desde sua constituição enquanto ser, há informações seguras sobre a necessidade de abrigo, fato que nos remonta aos homens das cavernas e suas interações com o ambiente. E, ainda aí, em um ambiente a nós tão rústico, o homem deixou um pouco da constituição percebida e imaginada do seu meio, como por exemplo através da arte rupestre, dos objetos e dos instrumentos criados.

A necessidade de lugar é algo natural e universal; é parte deste arcabouço evolutivo; notavelmente enquanto humanos, ainda não desenvolvemos formas e maneiras de viver sem a necessidade de proteção frente as intempéries da natureza: sol, chuva, frio, ventos, calor, geadas. Em outras palavras, há uma dependência do lugar para a vida (bios), que passa a se desenvolver ao seu redor. Este talvez seja o sentido primeiro do lugar (abrigo); ou poderíamos considerá-lo como a perspectiva etológica do lugar que, se assim for e parafraseando Hazan e Shaver (1987), se enquadra, então, na perspectiva da Teoria do Apego; entretanto, se ao menos em um primeiro momento temos a dependência de um lugar, é preciso recordar a advertência de Bowlby (2002), de que dependência e apego estão longe de serem sinônimos. Aliás, a

dependência do lugar faz certa analogia com a mesma condição que tem o bebê com relação a sua mão ao nascer; não é possível deixar de lado que o apego já está constituído no adulto, e a forma como se conecta com a dependência que temos com relação ao lugar, pode ser de grande interesse para os estudos do AL.

Ao mesmo tempo, não há neutralidade de nossas experiências com relação ao lugar. Como mencionou Magnavita (2003), espaços construídos vão além de suas estruturas visíveis e funcionais; são “máquinas” enunciadoras; em espécies não humanas, o lugar exercerá seu papel determinante na sobrevivência da espécie de uma maneira muito mais estrita e crucial. Vale recordar um exemplo que temos da borboleta Monarca: há algo instintivo que conduz anualmente essas borboletas a uma migração que exige dois meses de voo durante o inverno, do Canadá ao México. De seres solitários, as borboletas passam, durante este período, a se reunir em torno de um lugar determinado, que lhes permite a continuidade e a multiplicação da espécie; é possível dizer que o ser humano possui este lugar? Como diria o poeta e aviador americano Richard Bach, “os questionamentos mais simples são os mais profundos: aonde vais? Onde fica teu lar? O que fazes? Faz as mesmas perguntas de tempos em tempos e observa como mudam as tuas resoluções”.

Por consequência, se o apego se inicia ao nascimento e acompanha o ser humano durante toda a vida, é lícito esperar que ele seja suscetível de aplicar-se também aos lugares, de forma análoga ao que acontece em relação às figuras de cujos cuidados o bebê depende para sobreviver e para levar uma vida saudável. Isto posto, me parece útil e necessário para compreensão do apego ao lugar, a retomada (ou tomada) do sentido do apego conforme elaborado pela Teoria do Apego. Ademais, sem essa preocupação, que a meu ver é essencial, o termo *apego* passa a ser empregado num sentido metafórico, com consequências que mais dificultam do que promovem o conhecimento das relações existentes entre as pessoas e os lugares onde elas vivem e convivem.

Por fim, gostaria de destacar outros dois aspectos que se evidenciam como lacuna nos estudos relacionados ao apego ao lugar: a segurança e o comportamento exploratório. Bowlby e muitos outros observaram que quando é ativado o comportamento de exploração, o de apego torna-se inativo. A relação de apego é o que dá a confiança necessária para o distanciamento da figura de apego; portanto apego pressupõe confiança e segurança, não dependência. Aliás, a palavra *segurança* que, de acordo com Mary Main, era algo que fazia gosto a Mary Ainsworth devido à sua etimologia (Main, 2000): segurança deriva da expressão latina *Sine Cura* – *sine* = sem preocupação, desprovido de; *cura* = cuidado; significaria algo como sem cuidados,

garantido. E, de fato, a palavra em si demonstra todo o sentido que é retratado pelo apego na infância. A criança quando sente ameaça ou medo, busca a segurança de seu cuidador; além do mais, Bowlby demonstra que é graças a essa segurança que a criança consegue, por exemplo, passar ou suportar por medos que de outro modo lhe causaria certa paralisia; é justamente a segurança provida pelos cuidados dispensados à criança por sua figura de apego que lhe possibilita explorar o ambiente. Já com relação a esta exploração ambiental, diria que a tendência nos estudos sobre Apego ao Lugar tem sido a de diagnosticar e analisar o vínculo de apego partindo do que as pessoas relatam, declaram, acerca dos seus próprios sentimentos em relação ao seu lugar. Neste sentido, é preciso fazer uma distinção conceitual: no apego, as “sensações”, “sentimentos”, são os sinais, indícios, indicativos; são elementos que constituem o apego, mas não o apego em si; essa sensibilidade para Bowlby constitui uma fase no processo de análise (Bowlby, 2002, p.142). É a segurança, no sentido grifado por Mary Ainsworth, que constitui a base fundamental do apego, conferindo às pessoas a confiança necessária para a exploração; esse é o dinamismo que forma a base para o modelo interno de funcionamento e que seguramente exercerá uma função importante na vida adulta. Penso que, partindo dessas contribuições, tanto a fixação rígida a um lugar, quanto o distanciamento ou até mesmo a separação do lugar podem dar indicativos valiosos sobre as formas diferenciais de apego desenvolvidas pelas pessoas em situações concretas.

Capítulo 4: APEGO AO LUGAR, UM ELEMENTO DO ETHOS?

O presente capítulo se constitui como uma tentativa de integrar os conceitos de “Apego ao Lugar” e de “Ethos Humano”, visando contribuir com o aprimoramento da aplicabilidade de ambos em situações problemáticas concretas, típicas das grandes cidades contemporâneas.

Como destaca Ribeiro (2018), o termo *ethos* possui inúmeras possibilidades de compreensão. Uma das contribuições que temos para compreensão do *ethos*, pode ser obtida no trabalho de Gilberto Safra; Tendo como referência a prática clínica, Safra (2017a) recorre ao *ethos* como morada e pátria. Neste sentido, a “fragmentação do *ethos*-morada leva a um tipo de sofrimento que, apesar de alcançar os registros psíquicos, não tem sua origem no psíquico. São sofrimentos que acontecem no registro ontológico” (Safra, 2017a, p.27).

Safra chega a essa reflexão acerca do *ethos* humano partindo de anos de experiência clínica junto a seus pacientes. Nota, a partir da prática psicanalítica, o elo existente, a ligação ontiga, que está na raiz das rupturas que impossibilitam muitos pacientes de encontrar um self. Safra retoma uma contribuição para a compreensão e formulação do *ethos* partindo de pensadores russos e da ideia contida na aldeia primitiva, que, em língua local, denominava-se *mir*. Mas, ao longo do tempo a palavra passou a designar também mundo e paz. *Mir* é povoado, mundo e paz (Ssafra, 2017a, p. 29).

A interdependência entre os humanos e os homens e a terra é fundante. Assim, na concepção de vida russa é impossível se pensar no ser humano sem o enraizamento na terra, sem considerar a importância do trabalho que a transforma e faz surgir as coisas, sem a convivência com os outros humanos. O *ethos* humano acontece nessa interdependência profunda entre os homens, a terra e a coisa. O acontecimento nessas diversas facetas possibilita o *ethos*, possibilita o *mir*: mundo, aldeia. (Safra, 2017a, p.29).

É interessante notar que, parte do que Ribeiro vai constatando em seu trabalho em Psicologia Social, Safra igualmente encontra nos pacientes que atendeu. São contribuições que possuem uma dimensão de diálogo relevante principalmente pelos caminhos trilhados pelos dois autores.

Todavia, para pensar este *ethos* contemporâneo, partirei dos estudos que temos desenvolvido no Laboratório de Estudos em Psicologia Social e Mundo Contemporâneo: Paradigmas e Estratégias (Lapsi - IPUSP), do qual faço parte como estudante.

Como já foi dito, tais estudos assumem, como hipótese de trabalho, a concepção de *ethos* professada e defendida pela professora Sandra Patrício em sua tese de Livre Docência: “o *ethos*

é uma relação natural (como quê) de moldagem, contínua e recíproca existente entre o lugar, a subjetividade e o comportamento” (Ribeiro, 2018, p. 12)”. Cabe reiterar que, nesta perspectiva, subjetividade, comportamento e lugar formam um caminho investigativo, buscando a compreensão do *ethos* humano como um nível de estruturação específico, subjacente às realidades humanas concretas. Para usar as palavras da própria autora, o estudo deste suposto nível ético, ou seja, o nível das relações que constituem o *ethos*, envolveria desafios muito estritos, posto tratar-se de: “um nível de realidade no qual são indiscerníveis a natureza e cultura, o organismo e o ambiente, o indivíduo e o coletivo, o corpo e a mente, a razão e o motivo, a alma e o espírito, a ontogenia e a filogenia, o mítico e o histórico” (Ribeiro, 2018). Neste sentido, as proposições de Ribeiro (2018) orientam na busca de compreensão de uma realidade ética concreta, e isto constitui o cerne do presente trabalho, que tem em vista a relação ética dos moradores do Jd. Helena-Itaim Paulista como um caso particular do *ethos* humano.

Como já foram revisadas (no capítulo 2) as problematizações essenciais acerca da noção de lugar, as próximas páginas serão dedicadas a explicar as questões que envolvem o comportamento e a subjetividade. Estes dois termos referem-se a temas centrais de dois paradigmas teóricos em psicologia, o comportamentalismo e a psicanálise, que em inúmeras oportunidades se contrapõe. Apenas por essa premissa, é possível notar o tamanho do desafio em que está sentado este estudo. Contudo, não me parece possível compreender a ligação existente entre as pessoas e seus lugares de moradia sem levar em consideração também estes aspectos. A proposta antireducionista do *ethos* exige isso.

4.1 – *Comportamento*

Já aludimos sobre o que é o apego para Bowlby: um comportamento que busca proximidade com a figura de apego. No tocante ao *ethos*, o comportamento é também um fator constitutivo. Em se tratando de psicologia, conviria então outra questão. O que é comportamento?

Um dos principais nomes da psicologia que respondeu a essa pergunta foi sem dúvida alguma Burrhus Frederic Skinner; propôs o modelo explicativo de seleção por consequências; tal modelo específica três níveis de seleção comportamental: filogenia, ontogenia e cultura. (Baia *et al*, 2016). A filogenia diz respeito a história evolutiva da espécie, a ontogenia a história de vida do sujeito e a cultura seria a manutenção do ambiente social de um grupo (Todorov, 2012, p.183). Nesse sentido, comportamentos são selecionados por atender critérios sociais de reforçamento e punição estabelecidos por um dado grupo de indivíduos (Baia *et al*, 2016).

Há outras definições para comportamento; entre elas, parece-me particularmente oportuno mencionar a que foi desenvolvida por Albert Bandura. A teoria de Bandura possui três eixos principais: modelação social, a perspectiva de agências e a reciprocidade triádica. Contudo, cada um desses eixos se desdobra em conceitos de grande complexidade e, portanto, aqui se pode apenas apresentar uma introdução a tais ideias, visando não apenas mostrar o quão variado e complexo é o comportamento dentro dessa teoria, mas também extrair daí elementos que possam vir a ser operacionalizados na etapa empírica desta pesquisa.

4.1.1 - *As contribuições de Albert Bandura (1925 - 2021)*

Alguns conceitos apresentados por Bandura podem oferecer certa clareza principalmente com relação a alguns aspectos do modelo interno de funcionamento de Bowlby; embora o próprio Bowlby tenha explicado o que é e como se constitui, não chegou a aprofundar em discussões sobre alguns temas que são essenciais ao modelo interno como o afeto, a cognição, sentimentos; são temas que ele cita ter desenvolvido tão somente como um “esboço” (Bowlby, 2002, p.150); entretanto, partindo da possibilidade de pensar o apego ao lugar como uma faceta do *ethos*, me parece uma contribuição possível, principalmente diante do largo desenvolvimento que obteve a teoria de Bandura com relação ao comportamento humano.

Em sua obra, Bandura se ocupa de um processo em que Skinner apenas mencionou existir, mas que não chegou a dar a devida importância por não reconhecer ali algo que fosse relevante, que é justamente o que acontece no interior humano: "a objeção aos estados interiores

não é a de que eles não existem, mas a de que não são relevantes para uma análise funcional" (Skinner, 1970, p.28). Deste modo, Bandura, embora não aprofunde as ideias sobre o indivíduo por um caminho que já era percorrido pelas teorias psicodinâmicas, passa a revelar especial interesse pelos aspectos cognitivos do comportamento como a emoção, o pensamento, o sentimento, a motivação. Com essa formulação, inicia o que se denominou como psicologia da aprendizagem social sendo mais tarde atualizada com o nome de psicologia social cognitiva.

A compreensão do comportamento por Bandura, embora tenha pontos de concordância com o que havia sido demonstrado pelo behaviorismo radical, se distancia quando defende que é possível a aprendizagem sem que necessariamente aconteça o reforço comportamental pelas consequências. O modelo básico de Skinner da tríplice contingência (estímulo discriminativo (ED), resposta(R) e estímulo reforçador (SR)) é então questionado. Bandura, demonstra que é possível a aprendizagem a partir daquilo que é observado, mesmo que sem a experiência comportamental. Designa este processo de aprendizagem vicária. Aponta que: “apesar de, sem dúvida, muitas respostas emocionais são adquiridas a base da experiência direta, muito da aprendizagem humana resulta de um processo de condicionamento vicário”. (Bandura, 1979, p. 12). É um modo de aprendizagem que ocorre desde a primeira infância, tornando-se um processo contínuo durante a vida.

Um exemplo corriqueiro deste modelo é a observação de alguém ligando determinada máquina; a depender da complexidade é possível que aprendamos a ligá-la apenas observando. Da mesma maneira, podemos ver alguém levando um choque ao tocar um fio e aprendemos a evitá-lo. Em ambos os casos houve um modo de aprendizagem sem a necessidade da experiência direta ou verbalizada.

A teoria de Bandura não assume uma posição de negação da aprendizagem pela experiência. Paralelamente, reconhece que a aprendizagem vicária pode, em muitos aspectos, ser até mais eficiente. Como no exemplo a seguir:

Figura 6



Figura 7



Figura 8



Fonte: Filme animação: Meu malvado Favorito 2.

Este exemplo da animação Meu Malvado Favorito 2 demonstra um modelo de aprendizagem vicária. O primeiro personagem (El Macho) da figura 6 cria uma sequência de dados no chão que ao pisar abrirá a porta, uma espécie de passagem secreta. Mas é necessário pisar na sequência correta para que a porta se abra. Na figura 7 é possível notar o outro personagem (Gru) observar a sequência executada, aprendendo-a. Já na figura 8, o personagem reproduz os movimentos que aprendeu e, entre erros (que foram punidos) e acertos, conseguiu realizar os movimentos corretos e assim abrir a porta. Se não houvesse a observação, seguramente o personagem (Gru) poderia até intuir ou imaginar que seria necessário pisar em uma sequência correta para abertura da porta; o que poderia levar a aprendizagem a um tempo consideravelmente maior e, se ocorresse. Este me parece ser um clássico exemplo de aprendizagem vicária que, como se vê, não excluiu necessariamente a experiência. Outras questões podem ter influenciado neste processo; na animação aqui citada a motivação foi a necessidade do personagem descobrir a identidade do vilão e salvar o mundo de seu plano de domínio.

Para que essa forma de aprendizagem aconteça há três conjuntos de variáveis precedentes: as características do observador, contingências de reforçamento associadas com comportamento imitativo na situação particular e os atributos do modelo (Bandura, 1979, p. 114). Logo, a tríade observador - comportamento - modelo, formam os aspectos que precisam ser levados em consideração para a compreensão da aprendizagem por observação. Cada um desses aspectos possui particularidades complexas que precisam ser consideradas.

Há ainda outras quatro sub funções cognitivas que também estão envolvidas neste processo: atenção, representação, produção do comportamento e motivação. Essas sub funções funcionam de modo subsequente. Sem a atenção a dado modelo dificilmente haverá uma reprodução cognitiva do seu significado. Normalmente prestamos mais atenção ao que nos é importante ou que julgamos interessante. A representação é justamente o ato de recorrer ao que foi retido pela atenção: aspectos visuais, auditivos, cognitivos ou outros que são parte do modelo ou que o simbolizam. O comportamento se dá a partir da representação cognitiva feita a partir do modelo. Já a motivação revela o interesse por traz do comportamento, o que motiva a fazer novamente ou não.

Nota-se que a aprendizagem por observação não condiz com uma visão passiva do observador; não se tratando, portanto, de um processo imitativo. Há um sistema cognitivo complexo até a tomada de decisão que pode ensinar comportamentos a seguir ou a se evitar.

4.1.2- A modelação social

Um atributo importante da aprendizagem vicária é o que Bandura nomeia como modelação social. “A modelação social é uma capacidade humana universal” (Bandura, 2018). Dado sua universalidade a modelação passa a ser um processo possível a cada ser humano e em suas diversas formas de organização social. Contudo, é a sociedade ou meio cultural em que está inserido que influenciará nas escolhas de modelos adotadas, validando-os ou não. O que é modelado e como essa modelação é influenciada está socialmente estruturado, variando em diferentes meios culturais (Bandura, 2018, p. 132).

O chamado *saber fazer* (por exemplo, pesca artesanal, rendadeiras, costumes indígenas) une esses dois contextos. Demonstra a capacidade de aprender por observação, normalmente passada de geração para geração, mas que ao mesmo tempo o que será aprendido tem influência do contexto social inserido. Apesar disso, essa capacidade não significa um limite. É possível mesmo para quem ali nasceu não se interessar em nada que simbolize essa cultura ou despertar o interesse por modelos que não tem a ver com a região.

Isso pode acontecer porque as pessoas não saem reproduzindo absolutamente tudo o que veem. Para Bandura (1979, p.17) as repostas dos modelos são reforçadas diferencialmente, dependendo das pessoas para as quais o comportamento é dirigido e o contexto sociais nos quais são expressos: “a mudança do modelo ou modificação no status do modelo, por sua vez, podem afetar significativamente o desempenho de respostas equivalentes por parte dos observadores” (Bandura, 1979, p.7).

A criança por exemplo, quer ser o super-herói que vê em seu programa predileto. Mas ela não quer ser todo super-herói que aparece. Ela seleciona alguns de acordos com suas características e preferências, passando a tê-lo como referência até que surjam outros. É possível dizer o mesmo com relação a cantores, atores, apresentadores e qualquer outra pessoa que, de maneira direta ou indireta, seja considerado como modelo para o expectador.

A essa altura, é importante distinguir na teoria de Bandura os termos modelagem e modelação. Modelagem seria um processo de feedback ou retroalimentação enquanto modelação é o comportamento propriamente dito, aprendido ou evitado. Em suas palavras:

Os observadores raramente criam seus padrões de comportamento com base em uma única fonte e não adotam todos os atributos, mesmo de seus modelos preferidos. Pelo contrário, os observadores combinam diversos aspectos de diferentes modelos em novos amalgamas que diferem das fontes modeladas por um modelo individual (Bandura, 2005, p.19).

Esse argumento Bandura (2018) utiliza para se contrapor aos que acreditam que sua teoria não favoreça a criatividade ou que baseie em um processo imitativo, como se fosse um mimetismo. Ele acredita que a *exposição e* a influência de modelação é um meio extremamente eficiente de transmitir e modificar o comportamento social e conceitual.

Por certo, diariamente estamos expostos a diversos modelos que envolvem aspectos que vão desde as formas de se comportar diante de um grupo, das etiquetas ou costumes que nos ensinam. Modelos que desenvolvem modos comportamentais, de ser, de viver, ter ou estar. De acordo com Bandura (2018) no cotidiano e na mídia de massas difundida, os modelos exibem atitudes, valores, estratégias de enfrentamento e estilos do comportamento. Tais modelos são representados por celebridades, personalidades, família, grupos, influencers, intelectuais, sistemas religiosos e tantos outros que vão formando padrões de comportamento que podem influenciar seus seguidores.

As pessoas são mais frequentemente recompensadas por imitar o comportamento de modelos que são inteligentes, que possuem certas competências sociais e técnicas, que desfrutam de poder social e que, em virtude de sua habilidade, ocupam posição altas em diversas hierarquias e status (Bandura, 1979 p. 114).

Há outras inúmeras variáveis que influenciam nessa modelagem como por exemplo as características dos modelos como idade, sexo, semelhança, status e prestígio bem como o tipo de comportamento praticado. Para Bandura, as pessoas que possuem baixa autoestima por exemplo são mais propensas a imitar modelos, assim como as que serão reforçadas por seu comportamento. O modelo pode reforçar positivamente, negativamente ou até mesmo contribuir para a extinção da aprendizagem, como ficou patenteado no célebre “experimento do João bobo”. Em muitas entrevistas que concedeu, Bandura menciona que apesar de ter vasta produção científica, é ainda conhecido por muitos por seu mais expoente experimento realizado com um boneco inflável e que simboliza esse processo de modelagem a partir do reforço vicário: a aprendizagem do comportamento agressivo a partir da observação.

Neste experimento, os sujeitos eram 36 meninos e 36 meninas. A média de idade das crianças era de 4 anos. Foram separadas em 2 grupos: um grupo de controle e um grupo de tratamento. As crianças assistiram a um filme em que um adulto dirigia ações agressivas contra um boneco inflável conhecido como João bobo; essas agressões físicas eram sempre acompanhadas por palavras hostis. Já o grupo de controle fez outras atividades lúdicas que não continha conteúdos agressivos. No filme, a modelo batia no boneco com uma espécie de marreta e o atirava para o alto, além de chutá-lo várias vezes, derrubando-o ao chão. Após a exibição, o

grupo de tratamento reproduziu alguns comportamentos que acompanharam no filme; nesse experimento, Bandura percebeu que ver as cenas de violência despertou em algumas crianças um efeito catártico: estimulou por exemplo a atração por armas mesmo que elas não tenham sido modeladas nesse sentido. As ações hostis ao modelo também foram grandes. A sala em que as crianças estavam continham vários brinquedos, alguns deles ligados a violência e que foram amplamente escolhidos pelo grupo que assistiu o filme. Já para as crianças que não foram expostas ao filme as armas foram bem menos atrativas, além de não demonstrar comportamento agressivos.

Os indivíduos na condição de agressão reproduziram uma boa quantidade de comportamento agressivo físico e verbal semelhante ao dos modelos, e suas pontuações médias diferiram acentuadamente dos indivíduos nos grupos não agressivo e controle que não exibiram praticamente nenhuma agressão imitativa (Bandura; Ross; Rossi, 1961, p. 577).

Neste experimento realizado ainda na década de 60 do século passado, vemos de forma prática um aspecto da aprendizagem social por modelagem que naquele momento Bandura começava a desenvolver. O modelo exerceu forte influência para aprendizagem do comportamento agressivo por parte das crianças expostas a tal condição. Outros estudos foram realizados por Bandura e colaboradores onde, em um dos exemplos, o modelo era punido por seu comportamento agressivo, o que diminuía a aprendizagem por parte dos observadores (Bandura, 1979). Em outros, houve a eliminação do comportamento de esquiva em crianças e adultos por meio de breve modelação simbólica (Bandura, 1979, p. 105).

Um ponto importante a frisar é que na aprendizagem social não se admite que o comportamento seja determinado exclusivamente por variáveis psicológicas. Há outras variáveis que podem influenciar nesse processo de modelação. Um exemplo seria a variável neurológica de alguns indivíduos (Bandura, 1979 p. 39).

Bandura é chamado por muitos como um autor que pensa a partir do self. De fato, o self, em Bandura, possui características particulares no que diz respeito a sua formação e possibilidade. É uma concepção de self que possui a capacidade de aprender com o seu ambiente, mas ao mesmo tempo a potência de criar contingências que irão influenciar na própria aprendizagem.

Isso pode ocorrer porque o ser humano é, para Bandura, capaz de produzir a chamada autorregulação. Para exemplificar a autorregulação ele utiliza um exemplo biográfico. Menciona que quando ainda criança, habitava em uma região do Canadá em um contexto rural. Seus pais não tiveram acesso a uma educação formal e, tal educação, naquela região era extremamente escassa. Deste modo, relata que seu processo de aprendizagem para chegar ao

ponto que almejou foi praticamente autodirigido (Bandura, 2018). Revela a partir deste exemplo que, contingencialmente, estava em um caminho facilitador para continuar as atividades do campo; que diferia do que ele buscava.

Assim, foi necessário desenvolver métodos e criar contingências para chegar ao que buscava. Traçar caminhos, metas e motivações. Nessa linha, temos a capacidade de um autodesenvolvimento que pode “ajudar as pessoas a moldarem as circunstâncias de suas vidas” (Bandura, 2005, p.26). Existe a capacidade de cada um em criar suas próprias contingências e tornar-se um agente ativo de sua história. Os modelos estão envolvidos nesse processo.

Neste sentido, os modelos sociais podem fornecer diversas variáveis ao indivíduo, servindo como parâmetros para, por exemplo, o auto reforçamento, um comportamento tipicamente humano. No auto reforçamento está contido a capacidade que a própria pessoa possui para, a partir de uma meta auto imposta conquistada ou não, se recompensar ou punir dependendo do resultado. De acordo com Bandura (1979, p.18) as pessoas tipicamente se impõem auto padrões de comportamento e se auto aplicam consequências recompensadoras ou punitivas dependendo de se os seus desempenhos são inferiores, equivalente ou excedem as suas exigências auto impostas. Normalmente as pessoas adotam os padrões de auto reforçamento exibidos pelo modelo exemplo.

4.1.3 - *A perspectiva da agência*

Ainda no que diz respeito a capacidade humana de um self criador, um dos conceitos de maior relevância na obra de Bandura e, sob a qual a teoria social cognitiva está postulada, é a perspectiva de agência (Bandura, 2018). O conceito de agência revela o amadurecimento da ideia já apresentada sobre a capacidade do ser humano de exercer controle sobre a sua própria vida, de gerenciá-la de modo intencional. As pessoas formam intenções que incluem planos e estratégias de ações para realizá-las (Bandura, 2005 p.15). Nela os indivíduos são dotados da capacidade de autodesenvolvimento, adaptação e mudança; o ser humano possui a capacidade de se orientar e tomar as medidas necessárias para a melhora que almejam (Bandura, 2019, p.12). Esse conceito retira definitivamente qualquer possibilidade de passividade humana.

Contudo, essa mudança não depende necessariamente de uma espécie de autoajuda ou do chamado pensamento positivo. Está mais ligada a ações que envolvem três principais propriedades que se manifestam nessa porção agêntica, são elas: antecipação, auto reação e autorreflexão (Bandura, 2018).

- Antecipação (forethought) demonstra como as pessoas são motivadas e guiam a si

próprias a agir a partir de planos criados, adotando metas e visualizando os resultados de suas ações. Se regula o presente para realizar um desejo futuro;

- Por auto reatividade se entende a capacidade de autorregular as atividades realizadas. Nele, os indivíduos dirigem seus comportamentos por auto sanções dentro de um sistema de autogoverno (Bandura, 2018);
- E, por fim, vemos a autorreflexão. As pessoas não apenas autorregulam o seu comportamento, mas também autoexaminam o seu funcionamento (Bandura, 2018).
- Retrata a análise da eficácia das escolhas realizadas, a solides de seus valores, significados, ações. A autorreflexão é a capacidade de avaliar as nossas motivações, raciocínios, ideias. Forma o nível mais abstrato dessa agência (Bandura, 2017). É na autorreflexão que podemos mencionar algumas características da chamada autoeficácia.

Autoeficácia é outro conceito trabalhado por Bandura que significa justamente o sentimento de eficácia que sente o sujeito para lidar com a própria vida. Não se trata de uma característica global, mas de um conjunto diferenciado de autoconfiança para diferentes domínios de funcionamento (Bandura, 2018, p.133). A autoeficácia envolve a aquisição de desempenho, as experiências vicariantes, persuasão verbal, estimulação visual ou fisiológica. Bandura (1983. p. 467) demonstra que há uma diferença marcante entre possuir habilidades constituintes e ser capaz de usá-las bem em diversas circunstâncias.

Em suma a autoeficácia percebida não se preocupa com o que se tem, mas com o julgamento sobre o que se pode fazer com o que se tem (Bandura, 1983, p 467). Trata-se de, a partir da realidade vivenciada e percebida, elaborar uma estratégia com o que é possível no momento. Se as pessoas acreditam que elas podem controlar a ocorrência de eventos que podem ser prejudiciais, elas não têm medo deles (Bandura, 1983).

O conceito de agência se contrapõe ao determinismo ambiental. Ao mesmo tempo em que não abre possibilidades ilimitadas ao indivíduo de forma independente ao ambiente. Propõe uma verdadeira projeção para conseguir com isso as bases comportamentais para os objetivos propostos e realizando uma reavaliação constante dessas ações por meio da cognição. Como exemplo, um adolescente que almeja cursar a universidade, vai precisar terminar o ensino médio. Para terminar o ensino médio, pode ser que ele precise encarar uma rotina de estudos e trabalho de forma concomitante. Precisa analisar suas condições, se aceita o esforço e se está disposto a tal empreitada. Inúmeras outras situações podem ocorrer neste processo que lhe exija uma análise.

Em artigo publicado em 2018, Bandura (2018) menciona que sua conotação de

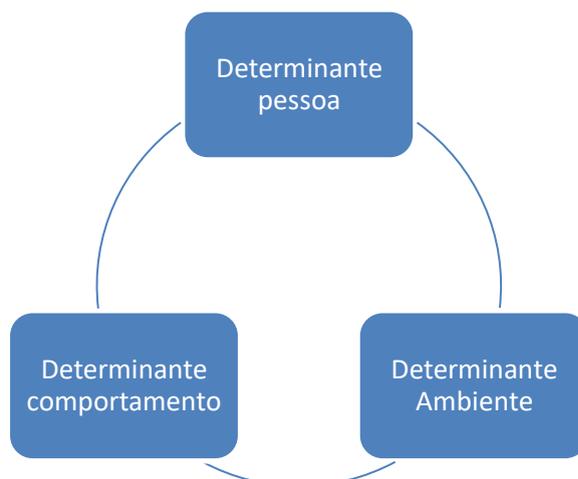
perspectiva de agência humana estava centrada quase que exclusivamente no exercício individual. E, amplia essa teoria para incluir três diferentes modos de agência: individual, por procuração e coletiva. O modo individual diz respeito as atividades que a pessoa tem controle, que ela sabe que consegue realizar. Contudo, se há alguma situação em que o indivíduo não tem o conhecimento para fazer ou resolver, pode vir a agir pela agência de procuração que é justamente quando, alguém se dá conta de que não tem a capacidade técnica ou o conhecimento para solucionar, mas sabe de alguém que consegue resolver determinada situação obtendo assim o resultado que deseja. E, na agência coletiva, onde algumas pessoas conseguem sentir-se realizadas apenas a partir de conquistas coletivas. Representa um esforço comum para uma finalidade (Bandura, 2018, p. 131). Nessa ampliação, percebemos que a agência por procuração e a coletiva passam a fazer parte do conceito agência humana.

Há um reconhecimento na obra de Bandura de que o funcionamento humano está enraizado em sistemas sociais. Portanto, a agência pessoa opera dentro de uma ampla rede de influências socio estruturais (Bandura, 2005). Ao reconhecer tais influências, Bandura abre possibilidade para uma compreensão mais ampla dos determinantes do comportamento humano.

4.1.4 - *A reciprocidade triádica*

A partir dessa noção de agência, o comportamento em Bandura não pode ser definido como tendo apenas uma fonte interna (indivíduo), ou aquele que poderia ser visto como o seu natural antagonismo, uma origem externa (ambiente). Sua teoria nos apresenta uma tríade onde as ações humanas decorrem da interação que acontece entre três vias distintas: o ambiente, o comportamento e a pessoa (cognição). A essa complexa relação Bandura nomeou de determinismo recíproco ou reciprocidade triádica. Neste modelo, acontece uma interação entre comportamento, ambiente e fatores interpessoais que se influenciam e são influenciados de forma mútua

Figura 9 – Reciprocidade triádica



Fonte: Bandura (2018 p.131).

Em diferentes momentos, um determinante pode exercer mais influência que outro. Não se trata de uma relação harmônica ou linear. É dinâmica e complexa.

Dentro dos fatores pessoais por exemplo podemos encontrar aspectos biológicos, cognitivos e afetivos; as ideias, emoções, simbolização, pensamentos são alguns exemplos, assim como também a fome, a saciedade, as moléstias orgânicas etc. Tudo o que acontece no indivíduo diz respeito ao determinante pessoal. Nos determinantes ambientais, Bandura considera que é possível encontrar três distintas formas: as impostas, as selecionadas e as criadas (Bandura, 2005 p.33).

Nas impostas, há um ambiente físico que é imposto sobre as pessoas, gostem elas ou não. As pessoas não têm muito controle sobre sua presença, mas tem liberdade na maneira como o interpretam e reagem a ele (Bandura, 2005, p. 24). Diferente é uma contingência selecionada, o ambiente não existe até ser selecionado e ativado por ações adequadas (Bandura, 2005, p.24). Em um mesmo ambiente um indivíduo pode encontrar oportunidade, outros, apenas problemas. Neste sentido a autoeficácias, como um exemplo, tornar-se útil para a forma como tal ambiente é concebido. E, por fim, o ambiente criado, ele não existe como potencialidade, esperando ser selecionado e ativado. Pelo contrário, as pessoas criam a natureza de suas condições para servir a seus propósitos (Bandura, 2005). Este ambiente criado me fez recordar das estratégias contidas nos chamados exercícios espirituais de Santo Inácio de Loyola e realizado no cotidiano ainda hoje pelos Jesuítas e outras congregações religiosas. Nestes exercícios, antes da “criatura” entrar em contato com o seu “criador” é altamente recomendável a preparação do ambiente (ventilação adequada, vela, local confortável para meditação). A idéia é que o ambiente se torne confortável e acolhedor para que o encontro aconteça, criador-criatura. Não significa que que

sem essa preparação o encontro não ocorrerá, mas, o ambiente torna-se um facilitador.

Em sua forma de compreender o ambiente, Bandura demonstra que ele não é monolítico imposto de forma unidirecional sobre os indivíduos (Bandura, 2005 p. 24); age sobre as ações dos indivíduos minimamente por meio dessas três formas citadas e de diferentes modos.

Na relação triádica há ainda a determinante comportamento. Que é justamente a ação observável de cada indivíduo sobre o ambiente. Como já visto, esse comportamento pode ser aprendido por meio da experiência vicária ou da experiência direta. Os processos de controle aversivo, controle positivo e extinção assim como os contra condicionamentos estão presentes na forma como o comportamento é concebido por Bandura.

Deste modo, na relação triádica, as ações de um indivíduo resultam de sua relação entre ambiente, comportamento e cognição. São partes indissociáveis de uma ação. Todavia, não ocorrem juntas: “na causação recíproca triádica, as influências mútuas e seus efeitos não ocorrem ao mesmo instante a semelhança de uma interação holística simultânea” (Bandura, 1984). Seus efeitos mútuos são trabalhados de forma sequencial.

Em resumo, pode-se dizer que tudo que acontece no interior humano é considerado dentro do determinante *pessoa*; o que ocorre no exterior é considerado *ambiente*; e a ação observada é considerada *comportamento*⁴.

O modelo de reciprocidade demonstra a complexa relação existente no comportamento humano. Sua elasticidade, variabilidade e de certo modo a imprevisibilidade. O comportamento normalmente está ligado a um ato visível, observável. Contudo, onde se origina ou o que influencia o comportamento é algo que essa afirmação não responde. O que observamos é o comportamento. Ao mesmo tempo, se em Skinner ele se reproduz a partir dos estímulos do ambiente, em Bandura é a relação triádica que irá constitui-lo.

⁴ Novamente (cf. nota 3, supra), deve-se sublinhar que esta tríade proposta por Bandura, Pessoa – Ambiente – Comportamento pode ser correlacionada à tríade proposta por Ribeiro (2018), Subjetividade – Lugar – Comportamento, ressaltando-se, porém, que não se trata de mera sinonímia.

4.2 – *Subjetividade*

4.2.1 – *Abordagens descritivas da subjetividade*

Partindo da reciprocidade triádica, é preciso constatar que considerações sobre o ambiente e o comportamento foram em parte desenvolvidas neste trabalho, quer seja partindo das contribuições de Bowlby ou do próprio Bandura. Logo, nessa relação, vejo a necessidade de destacar o determinante pessoal conforme postulado por Bandura. Este determinante representa um dos principais pontos de ruptura na compreensão de comportamento entre as teorias de Skinner e Bandura, além de trazer inúmeros aspectos que favorecem a um fértil diálogo com as contribuições de Bowlby; e, ao mesmo tempo, entra em aspectos do que podemos chamar de interior humano ou subjetividade. Sabemos que autores como Skinner consideram tais aspectos como “comportamentos encobertos” ou “comportamentos privados”, cujos princípios elementares não seriam diferentes daqueles que regulam o comportamento observável, objetivo. Bandura os considerou como aspectos do “interior humano”, mas de um modo sobretudo ligado à cognição. Esta mesma abordagem descritiva sobre o debate interior *versus* exterior, objetivo *versus* subjetivo, foi adotada por Arno Engelmann (1931-2017):

O indivíduo encontra uma bipartição da pele percebida, de tal maneira que apenas dois estados podem ocorrer: o estado externo ou objetivo fora da pele percebida e o estado interno ou subjetivo dentro da pele percebida (Engelmann, 2002; p. 399 apud Ribeiro; Tassara, 2019; p. 99).

Parece-me que, de certo modo, o determinante *pessoa* postulado por Bandura pode ser compreendido como correspondente ao estado interno ou subjetivo de Engelmann. Cabe, porém, ressaltar duas questões pertinentes, que não serão aprofundadas aqui: primeiramente, há que se distinguir as elaborações sobre a noção de *pessoa* aqui apresentadas, de tipo mais “descritiva”, de apreensões de tipo mais “compreensiva”, tal como, por exemplo, a apresentada por Luís Cláudio Figueiredo (1995), em que a noção de *pessoa* define-se em termos predominantemente posicionais em relação ao(s) grupo(s) de pertencimento do indivíduo (englobando, portanto, um caráter também objetivo); a segunda questão diz respeito ao caráter privado, não diretamente observável, dos estados internos ou subjetivos, aos quais o pesquisador pode ter apenas um acesso indireto, através de relatos do sujeito, com todos os limites de pesquisa implicados nesta condição, os quais foram extensamente analisados por Engelmann.

De certo modo, a construção da Psicanálise pode ser entendida como um esforço

para acessar, indiretamente através da linguagem, o “estado subjetivo” da pessoa e, a partir daí, reconstituir a construção de sua subjetividade e as suas potencialidades de relacionamentos intersubjetivos satisfatórios. Como é sabido, cada uma das “escolas” psicanalíticas apresenta um modo particular de compreender a subjetividade ou os conteúdos que a constitui; possuem entre si correspondências, mas também pontos de distanciamentos. Aqui, darei destaque às contribuições de Donald W. Winnicott (1896-1971) quanto ao tema, dentre outras razões, pelo fato de seu trabalho e suas elaborações teóricas encontrarem-se em linha de continuidade com as postulações de John Bowlby sobre o Apego.

4.2.2 – *A compreensão de Donald W. Winnicott (1896 – 1971)*

Para Winnicott, subjetividade é um processo de reconhecimento do outro como indivíduo; o termo representa a vida psíquica do ser humano. O comportamento observado é, deste modo, uma resposta oriunda dessa subjetividade. É a vida psíquica não observável, mas que pode ser compreendida.

Se Freud compreendia o mundo da criança a partir do relato dos adultos, Winnicott altera essa postura: busca compreender a criança a partir de sua realidade; ressignifica o pensamento sobre a criança desde o seu nascimento. De certa forma, Winnicott inicia uma psicologia voltado ao bebê recém-nascido, tendo a relação com seu ambiente (mãe) como referência (Loparic, 2001).

Fulgêncio (2010) menciona algumas reformulações freudianas propostas por Winnicott: a expansão do conceito de inconsciente dinâmico, redefinição do valor e da importância da sexualidade, destituição do princípio de prazer como um princípio básico do funcionamento psíquico, reformulação do lugar do complexo de Édipo, ampliação de transferência e resistência, aprofundamento na concepção de realidade psíquica.

De acordo com Fulgêncio, há outras questões que, entre Freud e Winnicott, não estão em paralelo:

A necessidade de ser, a tendência inata à integração, a solidão essencial, o verdadeiro e falso si mesmo, o elemento feminino puro (relacionado ao SER) e o masculino puro (relacionado ao FAZER), a noção de elaboração imaginativa, o alojamento da psique no corpo, a sua concepção de que a mente é um tipo de especialização da psique, a área de ilusão, a noção de objeto subjetivo, a maneira como ele concebe a importância do ambiente, os objetos e fenômenos transicionais, a noção de espaço potencial, a concepção de mãe-ambiente e mãe-objeto, a afirmação de que a gênese da psicose está numa falha do ambiente, a teoria da privação e da atitude anti-social, a regressão à

dependência, a fase do uso do objeto etc (Fulgêncio, 2010, p.115).

As questões levantadas por Fulgêncio, tanto no que diz respeito às reformulações das teorias freudianas elaboradas por Winnicott quanto de suas próprias contribuições a psicanálise de um modo mais autoral, formam um panorama das potencialidades da teoria winnicottiana; cada um desses tópicos são muitas vezes, de modo isolado ou em conjunto, temas de dissertações, teses, artigos e livros que buscam discutir em profundidade tais contribuições.

Winnicott realizava atendimentos em crianças no Paddington Green Children's Hospital em Londres do qual era pediatra; mais tarde, passou a atuar com crianças refugiadas da guerra (2º guerra mundial) em lares provisórios espalhados pelo país (Inglaterra); a partir do atendimento com essas crianças, foi percebendo que as tópicas defendidas pelo método freudiano, embora não descartáveis, não poderiam significar a explicação plena de todos os casos que surgiam; sua prática começava a questionar alguns pontos da teoria que carregava. Esse questionamento o faz rever a própria teoria.

No entanto, inúmeros relatos de casos mostravam-me que as crianças que sofriam de distúrbios psiconeuróticos, psicóticos, psicossomáticos ou antissociais apresentavam dificuldades em seu desenvolvimento emocional já na primeira infância, enquanto ainda bebês. [...] Alguma coisa estava errada em algum lugar (Winnicott, 1965 apud Loparic, 2001, p.32).

Se em Freud o complexo de Édipo ocorria por volta dos quatro anos de idade, Winnicott se perguntava então sobre o que ocorreria com a criança antes dessa idade. E mais: tal complexo, que ele não nega, mas ressignifica, ocorria a partir de uma narrativa que lhe parecia ser estranha a criança.

Essa concepção do relacionamento dual inicial mãe-bebê permitiu a Winnicott chegar a uma formulação mais precisa do problema paradigmático, que foi o seu ponto de partida: as crianças estão sujeitas, no início, a ansiedades que não devem ser concebidas como produtos de supostas forças e mecanismos mentais inatos, mas como consequências da ação de um fator externo, a primitiva falha da mãe em fornecer um ambiente suficientemente bom (Loparic, 2001, p.40).

A partir dessa perspectiva, há uma alteração considerável na forma de lidar com as possibilidades de compreensão do que acontece no psiquismo infantil. Consequentemente, isso provoca alterações no modo como se descreve essa constituição subjetiva desde o nascimento. Contudo, no início da vida, o bebê não é capaz de perceber um mundo exterior; não consegue distinguir um outro como não sendo ele; nas palavras de Winnicott “há deste modo, no início,

um complexo anatômico e fisiológico, e, junto a isso, um potencial para o desenvolvimento de uma personalidade humana” (Winnicott, 1999, p. 79).

Na visão Winnicotiana, o bebê ao nascer não tem noção do ambiente que o rodeia; também não se percebe como sendo distinto da mãe; há uma espécie de identificação cruzada: a criança é a mãe e a mãe é a criança; por esse motivo não pode ser dito que há um self. Consequentemente, não é possível falar nessa fase de um inconsciente. Em Winnicott, os bebês ainda não possuem a maturidade para as representações mentais justamente por não diferenciarem entre o eu-não eu; há uma dependência absoluta de um outro que o acolha.

Nessa dependência o bebê vai tendo aprendizados, o que torna fundamental que encontre em seu caminho o que Winnicott chama de um ambiente suficientemente bom. Trata-se de um ambiente facilitador que contribua para que ele se desenvolva; o ideal é que este ambiente facilite o seu crescimento individual sem desconsiderar as tendências herdadas onde estão contidas suas capacidades fisiológicas para o desenvolvimento. Este ambiente é primordialmente a mãe, mas também pode ser o pai ou outro cuidador que venha a executar a função. A mãe suficientemente boa é aquela que irá prover as necessidades do bebê, dando-lhe o necessário sempre que for preciso; com o crescimento, há uma tendência que a criança abandone suas bases seguras e a mãe precisa facilitar esse processo; a criança vai percebendo que ela e a mãe são distintas; deste modo, este ambiente, a mãe, será para a criança o que Winnicott chama de *holding*; aquela que acolhe, sustenta, fornece bases de segurança e de conforto. A perda desse *holding* pode favorecer no indivíduo o adoecimento. De acordo com Safra (2017b) o *holding* é o sustentar da criança, tanto corporalmente, quanto no tempo. É a função que possibilita o estabelecimento da integração do self.

De acordo com Winnicott, com o passar dos meses, o bebê vai deixando uma dependência absoluta para uma dependência chamada de relativa; fase essa que precisa ser acompanhada por seus cuidadores; o bebê começa a se constituir e se reconhecer como uma pessoa própria, singular, no mundo. Logo, vai tendo conhecimento e contato com a realidade que o cerca; é apresentado a essa realidade.

Desde os atendimentos pediátricos no hospital infantil, Winnicott buscou favorecer um tipo de atendimento onde as crianças tinham uma livre manifestação de seus desejos a partir de suas realidades. Tinham voz ativa e algo a dizer, mesmo que de um modo que lhe seja particular. Um exemplo foi o jogo dos rabiscos. Nada mais era que um risco que ele próprio, enquanto médico, fazia em uma folha de papel. Depois pedia para que a criança criasse algo a partir deste risco inicial. Uma breve conversa sobre o desenho poderia ocorrer. Esse modelo quase que de uma anamnese proposto por Winnicott poderia contribuir na compreensão de algumas

características da criança e de seu ambiente ou ser um ponto de partida para um atendimento focado no que ali foi expresso ou notado.

Foi deste modo, a partir da experiência infantil, que ele foi estabelecendo as bases teóricas de seu pensamento, onde a realidade vivenciada (externa) e a realidade interna possuem entre si uma área intermediária da experiência. Ou seja, elas não estão isoladas uma da outra e tampouco são entre si neutras. Em síntese, entre essas duas realidades, interna e externa existe para Winnicott uma zona chamada de área intermediária da experiência, também denominado de espaço potencial. É o espaço da liberdade real. Quem vê uma criança brincando facilmente poderá compreender o porquê leva esse nome. Poucos acontecimentos são tão livres e autênticos quanto este momento.

Esse espaço possui importância fundamental na constituição do Self Winnicotiano. Ele possibilita o início dessa compreensão entre o eu-não eu. Contém a capacidade de potencializar a realização humana de uma forma própria, autêntica e não imposta; de acordo com Davis e Wallbridge (1982, p.139) é este espaço que permite que o indivíduo se comunique simultaneamente direta e indiretamente, isto é, que descubra o eu, incluindo-se o potencial inato e todo o sentido de 'real' e estar em contato com o que é "outro- além-de-mim"; o acesso a esse campo espacial se desenvolve com os chamados objetos e fenômenos transicionais. É a área intermediária da experiência (Winnicott, 1975, p.14).

Embora o objeto transicional esteja contido no fenômeno transicional, podemos dizer que no fenômeno não está contemplado apenas objetos, mas também os comportamentos. O objeto transicional não é escolhido pelo adulto ou atribuído por ele. Trata-se de uma livre escolha da criança e de um tempo também determinado por ela de acordo com seus critérios. De acordo com Safra (2017b, p.22), Winnicott demonstra que:

Há inicialmente um self central, que é o potencial herdado da criança, a qual, com o favorecimento do meio ambiente, estará experimentando um senso de continuidade de ser e adquirindo, gradualmente, à sua maneira e em seu próprio ritmo, uma realidade psíquica e um corpo próprio. Esse período caracteriza-se pelo estabelecimento do self e do mundo subjetivo. Com o desenvolvimento do processo maturacional, há o aparecimento dos fenômenos e objetos transicionais.

Trabalhei muitos anos em um centro de educação infantil e, é notório o quanto esses objetos são parte de muitas crianças que ali chegavam. Tratava-se de panos, lençóis, fraldas, ursos e tantos outros itens que as crianças queriam ter com elas durante o tempo em que estavam na instituição. De acordo com Winnicott (1999, p.218), esses objetos são, ao mesmo tempo,

uma criação do próprio bebê e uma parte da realidade externa. Algumas crianças usam tais objetos para facilitar a transição da vigília para o sono (Winnicott, 1999, p.210).

O espaço potencial não se refere a um trajeto opcional. Assim como o brincar e a brincadeira, trata-se de um fenômeno universal característico do ser da criança. Tanto o objeto transicional quanto os fenômenos transicionais iniciam todos os seres humanos naquilo que sempre será importante para eles, isso é, uma área neutra de experiência que não será contestada (Winnicott, 1975, p.27); justamente por isso, as vivências dos fenômenos transicionais não são expoentes sintomáticos. Não estão à mercê das interpretações ou até mesmo contestações. Eles são isentos de uma possível explicação. Para Winnicott (1975, p. 142) “o espaço potencial entre o bebê e a mãe, entre a criança e a família, entre o indivíduo, a sociedade ou o mundo, depende da experiência que conduz confiança. Pode ser visto como sagrado ao indivíduo, porque é aí que o indivíduo experimenta o saber criativo”. E, como afirma Safra (2017b), partindo dessas contribuições, a criatividade jamais é destruída.

Para Winnicott há uma busca natural no indivíduo, uma tendência inata para a integração, e o espaço potencial possui importância fundamental nessa busca. Uma pessoa integrada a si mesma é alguém que encontrou a saúde. Trata-se de uma afirmação do indivíduo. De acordo com Loparic (2001), a teoria do desenvolvimento emocional situa-se no centro mesmo da matriz teórica de Winnicott, e representa uma de suas principais contribuições à psicanálise. São contribuições que conduzem a uma compreensão dos aspectos subjetivos que formam, a partir da possibilidade de integração, uma personalidade humana saudável, capaz de buscar cada vez mais “ser”. As possibilidades para que isso aconteça, como vimos, passa pelas condições ambientais e as características de holding que esse sujeito encontrará em seu caminho. Em cada uma dessas etapas vai se acrescentando algo a constituição do indivíduo enquanto sujeito em busca de uma autonomia, onde a dependência torna-se cada vez mais relativa.

Ao mesmo tempo, para que isso ocorra o ambiente em seu sentido mais amplo não pode ser ignorado. Já vimos em Winnicott uma estreita ligação da criança com seu ambiente primordial (mãe/cuidador), mas isso não significa indiferença ao ambiente em sentido lato (espaço, lugar) que o cerca; Winnicott (1968) apud Safra (2017b, p.39) menciona: “faz realmente diferença se o bebê nasce de uma beduína num local onde a areia é quente, de uma prisioneira política na Sibéria ou da esposa de um comerciante de uma região úmida da Inglaterra”. Deste modo, o ambiente como um todo não pode ser desconsiderado na constituição do self, na maneira de ser de uma pessoa. Para ele, há uma ligação recíproca, estreita e indissolúvel, entre mundo interno e externo.

4.3 – Apego ao Lugar e Ethos Humano

Algumas reflexões foram desenvolvidas ao longo deste trabalho. Aspectos como apego ao lugar representou o ponto de partida. Dentro dessa reflexão foi retomada os conceitos de apego e também de lugar. Em seguida, partindo da afirmação de Bowlby de que o apego é uma classe comportamental, passamos à compreensão de Bandura sobre o comportamento. Este, constituído por uma tríade – comportamento, pessoa, ambiente. Dentro dessa tríade, foquei no determinante pessoa, onde, partindo de uma reflexão sobre a objetividade x subjetividade lançamos algumas considerações sobre a subjetividade.

Assim, apego, lugar, apego ao lugar, comportamento, subjetividade são algumas das características que estão presente nos estudos relacionados a ligação entre as pessoas e os lugares. Dentre todas essas características é possível delimitar a proposta deste trabalho para a compreensão ética entre os moradores do Jd. Helena-Itaim Paulista dentro do conceito de ethos, que já foi apresentado brevemente. Pensar o *ethos* contemporâneo neste estudo significa estar atento as diversas contribuições, transdisciplinares e, buscar, tanto quanto possível, investigar a possibilidade de aplicação dessa forma de compreensão do ethos em uma situação concreta. Estudar os aspectos do ethos humano pode oferecer conseqüentemente contribuições para o estudo referente ao apego ao lugar.

Ribeiro (2018) se perguntava ao redigir sua tese: *poderiam as ciências humanas e sociais contribuir para uma redescoberta do sentido real do ethos?* (p. 67). Ela própria responde que sim, elencando uma série de recomendações sobre como enfrentar tal tarefa. A principal, a meu ver, é o abandono de uma *retórica idealista* (p. 89) e a observação sistemática da vida e do mundo humano, em busca de apreender as relações entre lugar, comportamento e subjetividade, tal como se dão em situações concretas.

Capítulo 5: ESTUDOS EMPÍRICOS

Os estudos que seguem relatados foram delineados em nível exploratório, com características de estudo piloto, visando sobretudo contribuir para a elaboração de protocolos de pesquisa futuros. Consistem tanto de observações assistemáticas junto àquela população, decorrente de minha proximidade e engajamento em ações assistenciais que ocorrem no local, quanto de procedimentos sistemáticos de aplicação da Escala de Apego Adulto, Escala de Apego ao Lugar e Escala de Apego à Moradia de Risco, a grupos de moradores do Jd. Helena-Itaim Paulista, planejadas com o intuito principal de testar a aplicabilidade dos instrumentos naquele contexto e, secundariamente, de explorar possíveis associações, aventadas na literatura, entre apego adulto e apego ao lugar, entre apego adulto e apego à moradia de risco, e entre apego ao lugar e apego à moradia de risco. Cabe ressaltar desde já que estas aplicações, por terem sido planejadas e executadas com fins exploratórios, não se pautaram estritamente pelo critério de aleatoriedade na composição das amostras; além disso, fatores locais determinaram que apenas uma pequena amostra de moradores tenha respondido às escalas de Apego Adulto e de Apego ao Lugar, tornando inconclusivos os resultados, conquanto tenham contribuído para a compreensão da temática e sugerido novas hipóteses para futuras pesquisas. No último tópico do presente capítulo, apresento algumas hipóteses e reflexões que, inobstante seu caráter inconclusivo, derivaram do estudo empreendido.

5.1 – Caracterização do Jd. Helena-Itaim Paulista

5.1.1 - *Topografia e dados sociodemográficos*

A área aqui denominada de Jd. Helena-Itaim Paulista é uma microrregião localizada na zona Leste da cidade de São Paulo, compondo-se de dois distritos que estão inseridos nos limites da cidade de São Paulo com alguns municípios que compõe a região denominada de Alto Tiete. No caso do distrito do Itaim Paulista, os limites são estabelecidos entre as cidades de Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba e Poá. Já o distrito Jardim Helena, avizinha-se com os municípios de Itaquaquecetuba e Guarulhos. Este faz parte da subprefeitura de São Miguel Paulista e aquele da subprefeitura do Itaim Paulista. Os dados sociodemográficos da região no Censo de 2010 são sumariados na Tabela abaixo:

Tabela 1 – Dados sociodemográficos

	Jd. Helena	Itaim Paulista
População	135.043	241.706
Área (km)	9,14	15,14
Densidade demográfica	14.840	18.673
Renda média	R\$ 870,00	R\$ 890,00
IDH	0,751 (médio) 91°	0,807 (médio) 89°

Fonte: IBGE 2010

A população do distrito Itaim Paulista é maior se comparada ao Jd. Helena, assim como também sua área territorial é consideravelmente mais extensa. A densidade demográfica nas duas regiões é considerada alta e a renda média é praticamente a mesma, assim como o IDH de ambos já que o Jd. Helena ocupa a posição 91 entre as 96 da cidade e o Itaim Paulista a posição 89; ambos possuem o IDH médio.

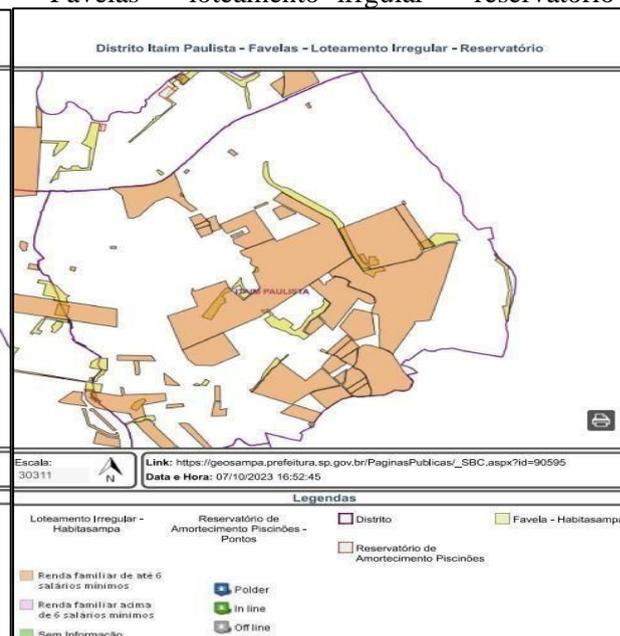
Se historicamente as pessoas que habitaram as duas regiões eram oriundas das regiões norte e nordeste do país, principalmente na década de 60 e 70, evidencia-se uma diferente realidade. Em ambos os distritos, mais de 70% dos moradores nasceram na cidade de São Paulo; predomina uma população que se denomina solteira, com ensino fundamental incompleto e que possuem em sua maioria renda de ½ a 2 salários-mínimos.

Mapa 1- Distrito Helena

Favelas – loteamento irregular – reservatorio

**Mapa 2 - Distrito Itaim Paulista**

Favelas – loteamento irregular – reservatorio

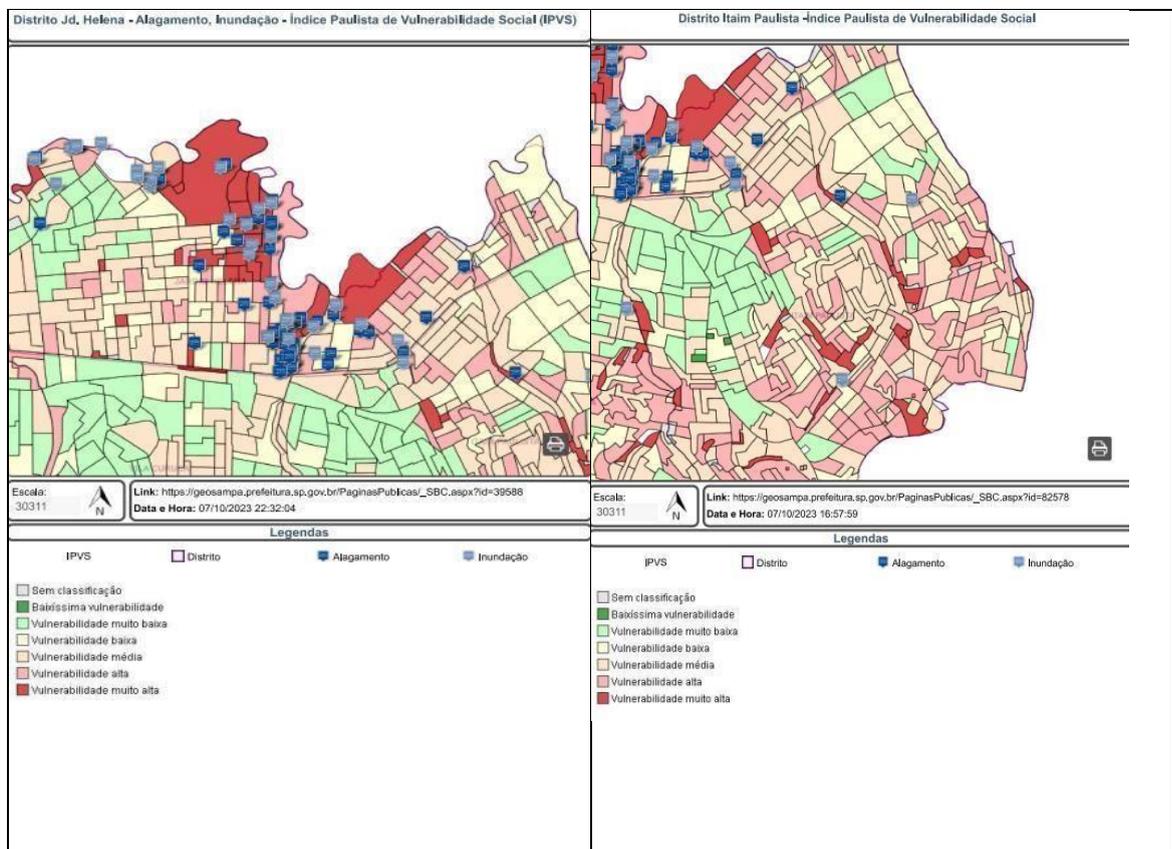


Fonte: São Paulo, 2023

No mapa 1, observa-se uma sinalização maior de áreas consideradas como “favelas” dentro do Jd Helena (sinalizada na cor amarela), além de substancial quantidade de loteamentos irregulares no Itaim Paulista. Com relação ao risco geológico, as duas regiões apresentam os mesmos índices, sempre ligados aos rios e córregos que cortam os distritos (Tiete, Itaquera-Itaqueruna, Água Vermelha, Lajeado, Itaim, Tijuco Preto e Três Pontes). Há um ponto de risco de deslizamento presente no distrito Itaim Paulista.

Mapa – 3
Alagamento Inundações
Índice de vulnerabilidade social

Mapa - 4
Alagamento Inundações
Índice de vulnerabilidade social



Fonte: São Paulo, 2023

No Mapa 3, nota-se que o Jd. Helena apresenta uma área que está mais sujeita a alagamentos e inundações, registrando também maior concentração de pessoas que se encontram em vulnerabilidade muito alta, enquanto no Itaim Paulista essa classificação está distribuída mais uniformemente pelo distrito. Os índices considerados como baixo, médio e alto encontram-se bem disseminados no mapa de ambas as localidades. Ao mesmo tempo, o índice que considera baixíssima vulnerabilidade social é maior no distrito Itaim Paulista, condensando-se

em uma região mais central do distrito se comparado aos extremos. Já com relação ao Helena, é possível perceber uma pequena região onde tais características se concentram, diferente do Itaim Paulista onde essa característica está propagada.

Um traço fixo que separa os distritos é a linha férrea da Companhia Paulista de trens Metropolitanos (CPTM-linha Safira). De acordo com os próprios funcionários da empresa, sempre que precisam mencionar algo no cotidiano (manutenção nas estações, atuações ou ocorrências), o lado “direito” (leste em sentido centro) é mencionado como lado bairro (Jd. Helena) e o lado “esquerdo” (oeste), Centro (Itaim Paulista). Essa visão ou di-visão, narrada no cotidiano da empresa que administra a linha férrea, é também presente nos discursos dos moradores das duas localidades; não necessariamente como centro e bairro, mas, como uma região mais precarizada (bairro) em detrimento de outra com melhores condições de moradia e segurança (centro). Como ponto de ligação, há dois viadutos (Viaduto do Itaim e Viaduto da China) que interligam pedestres e veículos entre os dois distritos, além de algumas passarelas exclusivas para pedestres.

5.2 - *Jardim Helena*

O distrito Helena é uma região que possui topografia com diferenças consideráveis em relação ao Itaim Paulista, apesar da proximidade. Suas ruas seguem uma delimitação de quadras que possuem longas retas, com curvas predominantemente em 180° graus e em uma região completamente plana (não há aclives ou declives na região). Possui, em síntese, algumas principais avenidas de grande fluxo – Av. Oliveira Freire, Erva de Santa Luzia, Cordão de São Francisco, José Artur da Nova.

No cotidiano do distrito há presença, histórica, de um grande grupo ligado a produção química – Empresa Nitro Química – que emprega hoje um número reduzido de funcionários, cerca 100, bem distante do grupo que originou diversas vilas na região empregando mais de 10 mil pessoas. Os principais estabelecimentos são supermercados, e grande presença de pequenas empresas como oficinas de carro, salão de cabeleireiros, consultórios odontológicos e escolas públicas e particulares, além de 3 unidades de saúde. Há apenas uma agência bancária na região.

O distrito é cercado de um lado pela linha de trem como já mencionado; na outra margem, o limite é o Rio Tiete. Com isso, torna-se uma região propícia a alagamentos principalmente nos períodos de chuva (janeiro a março). Os principais pontos de alagamento se concentram na região conhecida como Jardim Pantanal, Jardim Três Marias e Vila Itaim. Com exceção do Jardim Pantanal, o distrito é completamente pavimentado. São essas três

microrregiões (conhecidas como vilas) que concentram a maioria das chamadas invasões de terra no distrito, formando loteamentos clandestinos justamente em áreas concebidas como de proteção ambiental por compor as várzeas do Rio Tiete.

Há 3 estações de trem que servem a região (estação Jd. Helena, Itaim Paulista e Jardim Romano), o que agiliza o trânsito para outros distritos de São Paulo além de possuir dois acessos pela rodovia Ayrton Senna (KM 24 e KM 29). Há linhas de ônibus municipal e intermunicipal que percorrem as ruas do bairro.

O que predomina no Jd. Helena são residências, além do crescimento de alguns conjuntos habitacionais no formato de pequenos edifícios.

5.2.1 - *Itaim Paulista*

Diferente do Jd. Helena, o distrito Itaim Paulista possui uma topografia repleta de acidentes. Possui pontos de aclave e declive além de curvas em S. Constitui-se como limite territorial a linha férrea e, na outra margem, seus limites estão estipulados pelas cidades de Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba e Poá.

A região é movimentada, principalmente por ser alimentada pela Avenida Marechal Tito, uma das principais da região. Essa avenida é ainda denominada de modo usual pelos moradores mais antigos como São Paulo-Rio, por ser a primeira ligação entre o estado de São Paulo e o Rio de Janeiro que foi construída. Hoje, serve como ligação entre a cidade de São Paulo e os municípios do Alto Tiete.

No distrito há grandes lojas de departamentos; os principais bancos possuem agências na região além de agências dos correios. Hiper e supermercados, hospital geral além de uma grande variedade comercial colocam a região como o “centro” do Itaim Paulista.

De fato, há um status social valorizado em habitar o Itaim Paulista, principalmente sua região central, se comparado ao Jardim Helena. Particularmente, já atuei em inúmeras formações nos dois distritos, e é comum observar este tipo de resposta que está mais presente entre os moradores da região do que entre aqueles que conhecem superficialmente essas localidades. As justificativas para isso quase sempre estão no maior grau de periculosidade observado no distrito Helena se comparado ao Itaim Paulista, mesmo que isso não seja refletido plenamente nos dados oficiais.

5.2.2 – *Dinâmica social e urbanística*

Apesar das diferenças supracitadas, a dinâmica social e urbanística dos dois distritos pouco difere.

Cada distrito possui um Centro Unificado Educacional – CEU, que traz certo alento relacionado ao acesso à cultura na região, principalmente por serem equipamentos públicos que possuem a infraestrutura mínima necessária. No Itaim Paulista, ainda há existe a Fábrica de Cultura ligada ao governo do estado de São Paulo e a Casa de Cultura, pertencente a secretaria de cultura do município de São Paulo. Contudo, tais equipamentos, embora mais numerosos no Itaim Paulista, ainda são incipientes para garantir acesso aos moradores da região além de não conseguir incluir em sua programação as principais atrações disponíveis no âmbito cultural de uma cidade como São Paulo.

Não há salas de cinema nos dois distritos e as bibliotecas existentes estão dentro dos CEUs. Há ainda ausência de casas de shows, espetáculos, centro de exposições, museus...o que obriga necessariamente a locomoção para as regiões mais centrais da cidade de São Paulo. O que predomina na região são ações pontuais de grupos e coletivos, além de estabelecimentos comerciais como bares e pequenos restaurantes, que atraem e movimentam a dinâmica social dos dois distritos. Contudo, as festas realizadas nas ruas, quer seja com carros que possui alta capacidade sonora ou até mesmo caixas de som, ocupam relativo espaço na região. A dinâmica social é mais alimentada por algo privativo e organizado pelos moradores do que uma ação que parte de instituições governamentais ou até mesmo privadas.

Com relação a dinâmica urbanística, há pouca diferença entre os dois distritos. As duas regiões possuem ruas pavimentadas, com calçamento e iluminação pública de led. Com as alterações advindas da mudança de legislação do plano diretor municipal que ocorreu em 2014 e que passou por atualizações em 2023, houve a regularização de diversos loteamentos na região e a permissão para alteração do tipo de imóvel a ser construído, principalmente com o crescimento da habitação de interesse social – HIS e Habitação de Mercado Popular - HMP. Deste modo, as duas regiões passam por uma contundente transformação urbanística com a construção de edifícios e condomínios fechados na modalidade de pequenos sobrados. Tais iniciativas alteraram drasticamente o desenho urbano local, quer seja pela “novidade” representada pelo novo modelo de construção, quer seja pelo impacto provocado com aumento do trânsito local, pela atração de novos moradores e a necessidade de construções de equipamentos voltados a infraestrutura como escolas, centros e saúde, hospitais etc..

Essa alteração urbanística também promoveu uma certa reforma ou mudança de padrão visual de alguns estabelecimentos de caráter privado da região, como por exemplo padarias que

foram modernizadas visando atender essa nova “clientela”. Como alguém que nasceu nessa região, eu diria para resumir, que os dois distritos abrigam agora modelos arquitetônicos que outrora não eram vistos no local ou eram reconhecidos apenas em algumas regiões mais favorecidas economicamente da cidade. Ao mesmo tempo, isso não significa uma alteração de padrão financeiro como demonstrado pelo IBGE (2010), mas uma mudança no padrão de moradia, já que ela tem se tornado menor em termos de tamanho e mais cara em termos econômicos. De certo modo, o crescimento populacional e urbano, outrora impulsionado pelas invasões de terra em ambos os distritos, agora é proporcionado por certa verticalização de empreendimentos imobiliários na região.

5.3 – *Delineamentos e resultados dos estudos empíricos*

Primordialmente, projetou-se um estudo piloto visando verificar a aplicabilidade à população residente no Jardim Helena / Itaim Paulista de instrumentos presentes, de modo recorrente, nos estudos sobre apego adulto e apego ao lugar em distintas situações e regiões, bem como explorar as associações já aventadas na literatura entre apego adulto e apego ao lugar; este trabalho foi realizado em duas etapas, com uma pequena amostra de moradores do Jardim Helena e será relatado sob o título “Estudo 1: Explorando as relações entre Apego Adulto e Apego ao Lugar”.

Secundariamente, procedeu-se a aplicação de uma escala de apego à moradia de risco visando contribuir com seu desenvolvimento e, por outro lado, também explorar possíveis relações entre apego adulto, apego ao lugar e apego à moradia de risco; o trabalho empreendido nesta direção será apresentado sob o título “Estudo 2: Explorando as relações Apego ao Lugar X Apego Adulto X Apego à Moradia em Área de Risco”.

Para ambos os estudos, as amostragens foram feitas mediante a intermediação da organização socioassistencial “Associação Beneficente Irmã Idelfranca”, em núcleos denominados de Serviço de Atendimento Social à Família (SASF), a saber: SASF São José Operário, SASF Nossa Senhora de Fátima e SASF São Judas Tadeu. O Serviço de Atendimento Social a Família – SASF configura uma política pública socioassistencial oferecida pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) da Prefeitura Municipal da cidade de São Paulo mediante convênios com organizações assistenciais não governamentais; na região em questão está em vigor o convênio com a Associação Beneficente Irmã Idelfranca.

Em cada núcleo SASF opera uma equipe técnica composta de 1 psicólogo, 2 assistentes

sociais, 1 pedagogo e 1 gerente, além de 1 auxiliar operacional, 1 auxiliar de cozinha e 8 orientadores socioeducativos. Estes últimos, em dupla ou em conjunto com um membro da equipe técnica, são os responsáveis por visitar mensalmente cada família cadastrada. Além dessa visita domiciliar, que visa conhecer a situação familiar e identificar eventuais necessidades assistenciais, são oferecidas, no espaço do núcleo, diversas oficinas, tais como oficinas de corte de cabelo, confeitaria, maquiagem, empreendedorismo, que visam potencializar aptidões e contribuir para que a família consiga autonomia socioeconômica para sair da situação de vulnerabilidade social em que se encontra. De um modo geral, o SASF tem como objetivos:

- a) contribuir para a redução do descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa-Família e a prevenção do surgimento de novos casos;
- b) prevenir agravos que possam desencadear rompimento de vínculos familiares e sociais;
- c) identificar demandas de famílias e pessoas para o acesso a benefícios, programas de transferência de renda e inserção na rede de proteção social;
- d) oferecer possibilidades de desenvolvimento de habilidades e potencialidades, estímulo à participação cidadã e construção de contextos inclusivos;
- e) promover aquisições sociais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia de seus membros na comunidade;
- f) identificar, apoiar e acompanhar indivíduos e/ou famílias com idosos e pessoas com deficiência, na perspectiva de prevenir o confinamento e o abrigo institucional;
- g) sensibilizar grupos comunitários sobre direitos e necessidades de inclusão social de pessoas com deficiência e pessoas idosas, buscando a desconstrução de mitos e preconceitos;
- h) fomentar projetos de inclusão produtiva e de desenvolvimento local (SMADS; 2022).

Para inscrição neste serviço, as famílias interessadas precisam comparecer ao SASF local e preencher uma ficha sociodemográfica que contém dados como: nome, idade, sexo, escolaridade, renda, tipo de casa, tempo de moradia, local de nascimento e quantidade de pessoas que moram na residência. Os critérios para inclusão dessas famílias no SASF seguem os parâmetros definidos na política pública, a saber:

- famílias e/ou pessoas beneficiárias de Programas de Transferência de Renda, prioritariamente aquelas em descumprimento de condicionalidades e benefícios assistenciais;
- pessoas idosas e pessoas com deficiência que vivenciam situações de vulnerabilidade e

risco social, beneficiárias do Benefícios de Prestação Continuada - BPC;

- famílias e/ou pessoas com precário ou nulo acesso aos serviços públicos, fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade, ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social identificada no território e validada pelo CRAS

Precedendo a primeira etapa do estudo, foi realizada uma avaliação socioeconômica da população a ser pesquisada, com base nas fichas sociodemográficas das 788⁴ famílias atendidas pelo SASF na região. O conteúdo dessas fichas, de certo modo, caracteriza a situação sociodemográfica da população visada pelos dois estudos que serão relatados a seguir, concretizando de modo mais específico tal situação em relação aos dados distritais colhidos pelo IBGE. Contudo, é preciso destacar que as declarações dos moradores no preenchimento das referidas fichas ocorrem no contexto de busca por assistência e auxílio, e os dados estão sujeitos a maiores imprecisões do que aqueles colhidos por ocasião do Censo. Com essa ressalva, os resultados obtidos são apresentados no quadro abaixo:

Tabela – 2 – Caracterização Sociodemográfica

Caracterização sociodemográfica (n=788)	
Categorias	%
Responsável familiar	
Mulher	85
Homem	15
Idade Responsável familiar	
18 a 28 anos	16
29 a 39	23
40 a 50	23
51 a 61	26
62 ou mais	12
Escolaridade	
Não alfabetizado	2
Alfabetizado	11
Fundamental	25
Ensino Médio completo	49
Ensino Técnico ou Superior	13

⁴ O arquivo da organização continha 1.000 fichas sociodemográficas de famílias moradoras na região atendida; entretanto, a própria entidade estava, na ocasião, procedendo a uma revisão desse arquivo, o qual fora formado por outra entidade anteriormente e precisava ser atualizado com base nos critérios estipulados pela Prefeitura Municipal de São Paulo para a prestação do serviço assistencial. Cumpre notar que, no momento da seleção amostral, o convênio entre a Associação Beneficente Irmã Idelfranca e a Prefeitura era bastante recente, tendo sido celebrado cerca de seis meses antes. Como resultado dessa revisão, a Associação restringiu o universo a ser considerado ao total mencionado de 788 famílias, de modo que a avaliação sociodemográfica considerou apenas as correspondentes 788 fichas designadas pela entidade na ocasião.

Não informado	13
Rendimento Familiar Mensal	
Menos de 1 salário-mínimo (R\$1.039,00)	32
De 1 a 2 salários-mínimos (R\$1.039 a R\$2.078)	8
Não informado	60
Desemprego	
Mulher	30
Homem	15
Não informaram	55
Benefícios Sociais	
Não recebem	60
Recebem	30
Não Informaram	9
Dos que recebem benefícios	
Auxílio Brasil	74
BPC Idoso	5
BPC deficiente	14
Não informaram	7
Habitação	
Regular	13
Irregular	66
Não informaram	

Fonte: OSC Associação Idelfranca

Destaca-se a prevalência de mulheres que se identificam como responsável pelo lar (85%), tendo idades entre 18 e 65 anos; quase metade (49%) dos responsáveis familiares possui o 2º grau completo. Segundo esses registros, 30% das famílias recebem algum benefício governamental e a maioria das moradias (66%) encontra-se em situação reconhecidamente irregular. Sobre isso, cabe esclarecer que por “irregular” entende-se moradia localizada em área de Proteção Ambiental (APA) que corresponde a um espaço considerável dentro da região, formada em grande parte pela várzea do rio Tietê, sem documentação legal e, na maioria dos casos, implicando em ligações clandestinas dos serviços de água, esgoto e energia elétrica dessas moradias. Quanto aos 13% que declararam regularidade, trata-se de moradores que possuem a documentação da casa, com a devida ligação regular de água, esgoto e luz.

Destaca-se também que 60% das fichas não registraram a renda familiar. Dentre os que revelaram essa renda, 32% afirmaram receber até 1 salário- mínimo, aproximadamente o mesmo percentual (30%) dos que declararam receber benefícios sociais, indicando que a renda

familiar consistiria essencialmente de benefícios governamentais que estão à disposição para moradores que se enquadrem nos programas de transferência de renda do governo federal (à época, no valor de R\$ 400,00 mensais). Por outro lado, nota-se a coincidência também entre o percentual (60%) dos que não informaram a renda familiar e dos que declararam não receber benefícios sociais. Estes dados são sugestivos de uma atitude de reserva, senão de omissão, na prestação de informações relativas a emprego e renda por parte da população. Através do convívio no território e do diálogo com os moradores na informalidade do distrito e/ou em observações do cotidiano, compreende-se que, embora haja uma quantidade considerável de moradores com trabalhos que são considerados flexíveis e esporádicos, ou que não configuram certa estabilidade profissional (manicure, pedicure, limpeza, motorista de aplicativos, construção civil informal etc.), muitos deles optam por não declarar tais atividades remuneradas aos técnicos e gestores dos programas sociais em razão do temor quanto a perda de benefícios sociais de transferência de renda. Logo, serviços “informais” (que não se enquadram na categoria de Microempresário Individual) normalmente não são relatados, já que podem dificultar a contemplação para recebimento dos benefícios pleiteados.

5.3.2 - Estudo 1: Explorando as relações entre Apego Adulto e Apego ao Lugar

Este primeiro estudo foi realizado em duas etapas, junto a um total de 38 moradores do distrito Jardim Helena (18 moradores na primeira etapa e 20 moradores na segunda etapa). É importante ressaltar que a composição amostral esteve relativamente limitada por motivos de conveniência, tanto por parte da organização socioassistencial que intermediou o contato com os moradores e das características peculiares da situação, quanto das restrições de tempo para a realização das aplicações de questionários e entrevistas, em grande medida em razão das alterações do cronograma originalmente previsto para a pesquisa de doutoramento que foram determinadas pela pandemia de Covid-19. Tais circunstâncias implicaram que não fossem alcançados níveis ótimos de aleatoriedade e tamanho amostral, o que tornou parcialmente inconclusivos os resultados estatísticos.

O estudo consistiu na aplicação de duas escalas tipo Likert, a saber: a) Escala de Apego Adulto (EAA) de Collins e Read (1990) adaptada ao português por Teixeira, Ferreira e Rodrigues (2019) e b) Escala de Apego ao Lugar (EAL) de Hidalgo e Hernandez (2001), as quais foram respondidas por 18 pessoas na primeira etapa e 20 pessoas na segunda etapa, sendo

que nesta última etapa, complementarmente, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas cujo roteiro foi inspirado no modelo publicado por Morgan (2009). Cabe antecipar que posteriormente, 16 dentre estas 38 pessoas responderam também ao instrumento aplicado no Estudo 2, a Escala de Apego à Moradias em Áreas de Risco desenvolvida por Alves, Kuhnem e Cruz (2021), como se encontra detalhado mais abaixo.

Objetivos:

Ambas as etapas tiveram por objetivos: a) Verificar a aplicabilidade, junto à população amostral, da adaptação ao português, feita em 2019 por Teixeira et al., da Escala de Apego Adulto (EAA) de Collins e Read (1990); b) Adaptar ao português, bem como testar a aplicabilidade desta adaptação, a Escala de Apego ao Lugar (EAL) de Hidalgo e Hernandez (2001); e c) Verificar as possíveis associações entre apego adulto e apego ao lugar na população amostral. A realização da segunda etapa, mediante a composição amostral empregada, teve como objetivo adicional: d) Explorar, junto a moradores de áreas sujeitas a riscos, possíveis associações entre estilos de apego adulto e as tendências a manter, ou a mudar, o lugar de moradia.

Instrumentos:

Somadas as duas etapas deste estudo, foram utilizados três instrumentos, a saber:

5.3.2.1 **Escala de Apego Adulto – EAA** (Collins; Read, 1990), que avalia o apego na fase adulta através das dimensões proximidade, confiança e ansiedade por meio da pontuação de 18 itens em uma escala *Likert* de cinco pontos (1 = "não tem nada a ver comigo" e 5 = "tem muito a ver comigo"). Foram utilizados os 18 itens da escala original distribuídos em três subfatores propostos: proximidade (itens 1, 6, 8, 12, 13, 17); dependência (itens 2, 5, 7, 14, 16, 18); e ansiedade (itens 3, 4, 9, 10, 11, 15). Na versão original, os *alphas de Cronbach* para as três subescalas variaram entre 0,63 e 0,83.

5.3.2.2 **Escala de Apego ao Lugar (EAL)** de Hidalgo e Hernandez, consta de cinco itens *likert* (Hidalgo; Hernández, 2001). Possui dois subfatores: os itens de 1 a 8 referem-se ao Apego ao Lugar; os itens de 9 a 12 referem-se à Identidade de Lugar. A escala EAL foi traduzida do espanhol e adaptadas quanto à linguagem para o português pelo autor deste estudo.

5.3.2.3 **Entrevista Semiestruturada** teve seu roteiro inspirado no modelo publicado por Morgan (2009). Nele, o autor buscou averiguar se relatos qualitativos fornecem fundamentos para a proposição de que um vínculo afetivo de longo prazo com o lugar se desenvolve a partir de um padrão infantil de interações positivamente afetadas com o lugar. Neste sentido, a estudo de Morgan (2009) utilizou-se de análise qualitativa de entrevistas semiestruturadas de adultos para procurar indícios de um processo de internalização e generalização de experiências de lugar da infância positivamente afetadas em modelos internos de trabalho de relações de lugar da infância que se manifestam conscientemente como apego ao lugar. Morgan (2009) argumentava que relatos qualitativos de lembranças subjetivas de adultos de experiências de lugares da infância conterão temas comuns que refletem a influência de modelos internos de trabalho da experiência de lugares da infância na memória explícita.

Primeira etapa

Amostragem: a amostra foi constituída por 18 mulheres com idade entre 18 e 47 anos, moradoras do Jardim Helena e participantes do programa Criança Feliz, conduzido no SASF São Judas Tadeu. Cabe notar que a escolha deste grupo de moradoras foi sugerida pela equipe técnica do SASF, em razão da conveniência representada pela facilidade de contato com os participantes do programa Criança Feliz, ⁵ não se tratando, portanto, de uma amostragem aleatória.

Procedimentos: a aplicação ocorreu em grupo, nas instalações do SASF São Judas Tadeu, em data e horário previamente informados para as 100 famílias participantes do programa, das quais 18 (dezoito) compareceram. Após as explicações protocolares, as 18 mulheres responderam as duas escalas Likert propostas:

- 5.3.2.3.1 Escala de Apego Adulto (EAA) de Collins e Read (1990) adaptada ao português por Teixeira, Ferreira e Rodrigues (2019) – Anexo 1.
- 5.3.2.3.2 Escala de Apego ao Lugar (EAL) de Hidalgo e Hernandez (2001) – Anexo 2.

⁵ O “Criança Feliz” é um programa federal que busca orientar o público-alvo composto por mulheres gestantes e/ou famílias que possuam filhos com até 3 anos de idade, visando acompanhar e proteger a primeira infância mediante o fornecimento de condições e orientações para que a família proporcione à criança boas condições de vivência para o desenvolvimento, bem como o acompanhamento de vacinas, consultas etc. Essas famílias, ao contrário do “público geral”, são visitadas semanalmente, o que foi considerado pela equipe técnica como uma facilitação para o contato nesta primeira etapa da pesquisa.

Segunda Etapa

Cabe ressaltar que, além dos demais objetivos gerais do estudo, esta etapa também visou explorar, junto a moradores de áreas sujeitas a riscos, possíveis associações entre estilos de apego adulto e as tendências a manter, ou a mudar, o lugar de moradia. Considerou-se aqui a hipótese de que o estilo de Apego Adulto, em si correlacionável com o desenvolvimento de padrões de Apego na criança, poderia influenciar a atitude de maior resistência, ou de maior abertura, às prescrições dos técnicos e gestores públicos para sair de áreas de risco, mesmo quando fossem disponibilizados recursos financeiros e logísticos para tal. Evidentemente, essa hipótese deriva da dinâmica própria dos sistemas comportamentais do Apego-Exploração, tal como foram descritos por Bowlby e Ainsworth (vide capítulo 1 desta Tese). De certo modo, pode-se dizer que a relevância da formulação dessa hipótese e o esforço para investigá-la empiricamente encontra justificativa nas pertinentes observações anteriormente citadas sobre a carência de hipóteses específicas sobre as possíveis relações entre as experiências ambientais e a formação de padrões de apego (Giuliani, 1991) e sobre a necessidade, para avançar na compreensão do “Apego ao Lugar”, de se combinar os esforços teóricos que enfocam o lugar à teoria do desenvolvimento, desde a primeira infância, do apego humano (Morgan, 2009). Contudo, o reduzido tamanho da amostra que conseguimos estudar, além de outras limitações que poderão vir a ser superadas com a continuidade dos estudos, não permitiu resultados conclusivos; mesmo assim, acreditamos que este pequeno estudo piloto poderá servir como sugestão e estímulo para novas investigações.

Amostragem: a seleção amostral nesta segunda etapa teve como critério selecionar representantes de diferentes situações de moradores quanto à permanência no bairro, em relação com o oferecimento de auxílio governamental para a mudança:

- famílias realocadas por alguma política pública, mas que posteriormente voltaram a viver na região (grupo A);
- famílias que nunca receberam proposta para sair da região (grupo B);
- famílias que receberam proposta para sair da região, mas optaram por ficar (grupo C);
- famílias realocadas por alguma política pública e que não voltaram a morar na região do distrito Jardim Helena (grupo D).

Assim, o grupo A foi constituído de famílias que anteriormente haviam deixado a região e retornaram, ou seja, foram “contempladas” com alguma política pública que, uma vez identificada a moradia em área considerada imprópria ou de risco, contribuiu para que dali

saíssem, quer seja por meio do pagamento de um benefício aluguel (por tempo determinado) ou até mesmo a outorga de moradia própria e definitiva em outro lugar/região por parte do Estado; entretanto, após um tempo, decidiram retornar para o local da antiga habitação (alguns alugaram ou venderam a moradia adquirida). O grupo B foi formado por famílias que habitam na região a algum tempo, mas não foram selecionadas para a realocação, quer seja porque não moram em locais considerados de risco ou porque suas residências não se enquadram no grupo prioritário para as desapropriações. O grupo C foi constituído por famílias que foram indicadas para alguma política pública (aluguel ou apartamento) mas que preferiram continuar a morar na região, declinando da proposta oferecida pelo poder público. Por fim, o grupo D foi constituído por famílias que moravam na região, foram contempladas pelo auxílio aluguel ou apartamento e se mudaram, não voltando a viver na região, indicando que se “adaptaram” aos novos locais de moradia.

O recrutamento e seleção das amostras constituintes iniciou-se pela identificação de fichas de inscrição (as fichas sociodemográficas já referidas acima) cadastradas no SASF São Judas Tadeu que atendessem os critérios definidos. É importante registrar que as fichas de inscrição ficam arquivadas na referida entidade, que possui autorização para o desenvolvimento de estudos e pesquisa, inclusive direito de imagem dos participantes, conforme cláusula presente em seu estatuto e no termo de parceria firmado junto ao poder público. Esse procedimento permitiu identificar a quantidade de moradores enquadráveis nos grupos propostos: grupo A = 16 famílias; grupo B = 5 famílias; grupo C = 8 famílias e grupo D = 7 famílias. A partir daí, as famílias foram contactadas via chamada telefônica e/ou visitas domiciliares, convidadas a participar do estudo e esclarecidas quanto aos seus objetivos e procedimentos. Contudo, encontrou-se considerável dificuldade, principalmente para compor o grupo A; o índice de recusa em participar foi considerável mesmo após ampla explicação de que se tratava de um trabalho acadêmico, portanto, com garantia de sigilo. Ao final, apenas cinco pessoas (representando cinco famílias cadastradas) aceitaram participar do estudo. Este número serviu, então, como parâmetro para o tamanho dos demais grupos, sendo contactados e selecionados os cinco primeiros que aceitaram participar para cada grupo.

Assim, dos grupos A, B e C foram inteiramente formados seguindo-se os meios de contato registrados nas fichas sociodemográficas. Quanto ao grupo D, apenas duas entrevistas foram marcadas dessa maneira, a partir de fichas que estavam classificadas como pertencente a usuários que estavam desligados, uma vez que o SASF só pode atender residentes do distrito; as outras três entrevistas ocorreram por meio de encaminhamento dos próprios moradores sobre

pessoas conhecidas que anteriormente moravam em área de enchentes no Jardim Helena e que, tendo sido realocadas pela política pública, residiam agora em outras localidades.

Procedimentos: Após os contatos iniciais e agendamento, as aplicações ocorreram individualmente, na residência dos participantes. Depois das explicações e esclarecimentos protocolares, cada participante respondeu as mesmas duas escalas Likert utilizadas na etapa anterior:

1. Escala de Apego Adulto (EAA) de Collins e Read (1990) adaptada ao português por Teixeira, Ferreira e Rodrigues (2019)
2. Escala de Apego ao Lugar (EAL) de Hidalgo e Hernandez (2001)

Em seguida, conduziu-se as entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro prévio de nove itens, mas permitindo ao entrevistado que discorresse livremente a partir de cada pergunta.

O roteiro geral abrangia as seguintes perguntas:

1. Há quanto tempo mora na região?
2. Com quem você mora?
3. Onde você nasceu?
4. Fale um pouco de como foi sua infância e a relação com seus cuidadores (grupo familiar).
5. Quais eram suas diversões ou brincadeiras?
6. Hoje sua casa é própria, alugada ou cedida?
7. Como foi a história de escolha da sua moradia neste local?
8. Você já mudou ou já pensou em mudar da região? se sim, para onde?
9. O que acha de morar aqui?

Análises:

A análise estatística relativa às aplicações das escalas de apego utilizadas (em ambos os estudos) foi realizada pelo Centro de Estatística Aplicada – IME/USP, cujo relatório (Cavalcante *et al.*, 2023) serviu de referência para a apresentação dos resultados estatísticos dos estudos aqui relatados, e se encontra integralmente reproduzido no Anexo 4.

O registro e apresentação das entrevistas semiestruturadas (realizadas na segunda etapa) seguiram, em essência, as indicações contidas no “Manual de História Oral. Como fazer, como pensar”, de José Carlos Sebe Bom Meihy e Fabíola Holanda (2007), particularmente quanto à síntese do tom vital das entrevistas e sua textualização. A análise e a interpretação do material resultante foram baseadas tanto no trabalho de Morgan (2009) que inspirou o roteiro, quanto na revisão bibliográfica que compõe a primeira parte dessa Tese; por outro lado, também se valeu da longa experiência acumulada ao longo das minhas vivências e atuação profissional na região.

Resultados e discussão:

Tendo em vista os objetivos partilhados em ambas as etapas, constatou-se que, em relação à adaptação ao português, feita em 2019 por Teixeira et al., da Escala de Apego Adulto (EAA) de Collins e Read (1990), houve consideráveis dificuldades em compreensão de alguns temas, principalmente as perguntas 2, 5, e 12 da EAA. Algumas pesquisas têm sugerido alterações em algumas perguntas como por exemplo o estudo de Fernandez e Duvey (2015) que sugere a alterar a expressão “depende demais” por “conseguir ajuda dos demais”.

Foi realizada a adaptação ao português da Escala de Apego ao Lugar (EAL) de Hidalgo e Hernandez (2001), e a aplicação não revelou grandes dificuldades de compreensão, embora algumas perguntas tenham causado certo estranhamento aos participantes como por exemplo. “eu lamentaria ter que mudar para outro bairro” e “*este é o meu bairro favorito para viver*”.

Cabe notar que um dos aspectos que fez considerável falta ao presente estudo diz respeito aos aspectos qualitativos. Durante a aplicação, algumas famílias voluntariamente mencionavam o que desagradava no local de moradia (som alto, bagunça, desrespeito), aspectos estes que não são enfocados pelas escalas utilizadas. Em parte, procurou-se mitigar essa falta pela inclusão, na segunda etapa, da entrevista semiestruturada.

Na primeira etapa, constatou-se também que o fato de a coleta de dados ter sido realizada em grupo pode ter acarretado algum grau de comprometimento das respostas, principalmente pela dispersão provocada. Assim, a segunda etapa foi realizada em situação mais restrita, nas residências dos participantes.

Cabe destacar que a análise de agrupamento dos respondentes da Escala de Apego Adulto identificou os indivíduos da amostra com os tipos de apego “seguro”, “evitativo” e “ansioso”, como previsto pelo instrumento. Do mesmo modo, a análise de agrupamento dos respondentes da Escala de Apego ao Lugar identificou dois grupos, um com altos escores para Apego e Identidade, e outro com baixos escores para estes domínios.

Em relação às possíveis associações entre apego adulto e apego ao lugar na população amostral, a análise de correlação entre os domínios das respectivas escalas (EAA e EAL) resultou em coeficientes próximos a zero, indicando que os domínios Proximidade, Dependência e Ansiedade da Escala de Apego Adulto (EAA) e os domínios Apego e Identidade da Escala de Apego ao Lugar (EAL) não são correlacionados. Evidentemente, esse resultado não é conclusivo e, confrontado com os estudos revisados nos capítulos anteriores, permanece a necessidade de proceder a novas investigações.

Tabela 3- Coeficientes de correlação entre os domínios da Escala de Apego Adulto e domínios da Escala de Apego ao Lugar

e Apego ao Lugar	Escala de Apego Adulto		
	Proximidade	Dependência	Ansiedade
Apego	-0,06	-0,14	-0,03
Identidade	-0,05	0,07	-0,03

Fonte: CAVALCANTE, A.P.C; KIRA, E.; AUBIN, E.C.Q.; SAËTA, V.C. **Relatório de análise estatística sobre o projeto: “Ethos contemporâneo e apego ao lugar”**. São Paulo, IME- USP, 2023. (RAE-CEA-23P06) p. 27 (Vide: Anexo 4).

Quanto ao objetivo específico da segunda etapa, de explorar, junto a moradores de áreas sujeitas a riscos, possíveis associações entre estilos de apego adulto e as tendências a manter, ou a mudar, o lugar de moradia, a análise estatística dos dados esteve igualmente prejudicada pelo reduzido tamanho da amostra (20 indivíduos, distribuídos em quatro grupos conforme a variável de realocação habitacional, como descrito acima); entretanto, pode-se constatar (vide Tabela A.2, abaixo) que o grupo A (pessoas que aceitaram ser realocadas por alguma política pública e mudaram-se, mas que posteriormente voltaram a viver na região) há uma maior frequência de indivíduos que, considerando-se seus escores na Escala de Apego Adulto (EAA) de Collins e Read (1990), foram alocados no tipo de apego adulto “evitativo”.

Isso talvez possa ser compreendido com base na teoria do apego, posto que um estilo do tipo “evitativo”, à medida que pode traduzir tanto certa insegurança nas relações pessoais (e, por hipótese, nas relações com os lugares) quanto, simultaneamente, uma atitude desesperançada, de desconfiança ou indiferença nestas relações, tenda a favorecer as mudanças frequentes, seja ao aceitar a proposta de realocação, seja ao abandonar a nova moradia para retornar ao local anterior.

Outra indicação sugestiva resultante da aplicação da referida escala é que menos da metade dos participantes (7) enquadraram-se no tipo “seguro” de apego adulto, o restante enquadrando-se nos tipos “evitativo” (8) e “ansioso” (5). Conquanto o reduzido tamanho amostral restrinja a confiança nesses achados, eles parecem consistentes com a literatura pertinente, sendo esperado que estilos de apego não-seguros tendam a ser mais frequentes em ambientes marcados por precariedade e vulnerabilidade.

Tabela 4 - Distribuição de frequências conjunta entre apego adulto e realocação habitacional

Apego adulto	
--------------	--

Realocação habitacional	Seguro	Evitativo	Ansioso
Não foi oferecida (B)	2	1	2
Foi oferecida, mas não aceitou (C)	2	2	1
Foi oferecida, aceitou e retornou (A)	1	3	1
Foi oferecida, aceitou e não retornou (D)	2	2	1

Fonte: CAVALCANTE, A.P.C; KIRA, E.; AUBIN, E.C.Q.; SAËTA, V.C. **Relatório de análise estatística sobre o projeto: “Ethos contemporâneo e apego ao lugar”**. São Paulo, IME- USP, 2023. (RAE–CEA-23P06) p. 32 (Vide: Anexo 4).

Quanto aos resultados das entrevistas semiestruturadas, elas permitiram uma aproximação mais pessoal entre o pesquisador e os participantes e, de certo modo, deram indícios das relações entre as experiências de infância e os comportamentos adultos de apego ao lugar. Abaixo, são sumariados os conteúdos abordados nas entrevistas individuais, dando-se apenas o prenome dos entrevistados. Na medida do possível, a textualização dessas histórias de vida buscou preservar e transmitir os aspectos considerados mais importantes pelos entrevistados. O relato agrupa as entrevistas conforme a situação de realocação habitacional dos participantes.

Grupo A: famílias realocadas por alguma política pública, mas que posteriormente voltaram a viver na região

O grupo A foi constituído de duas pessoas que nasceram em SP (Neusa⁶ e Thamires), 2 no Paraná (Arlindo e Márcia) e uma no Ceará (Josefina). Deste grupo, duas pessoas relataram que receberam o apartamento para moradia por parte do governo, mas que resolveram vendê-lo e voltar a morar na região (Thamires e Arlindo); as outras três estão recebendo auxílio aluguel até que saia um apartamento ou indenização. Enquanto aguardam, decidiram alugar um imóvel na mesma região da desapropriação. No Caso de Dona Josefina há uma peculiaridade: ela foi desapropriada de uma casa que morava na margem do rio e alugou um imóvel na outra margem do mesmo rio, praticamente de frente de onde morava. Isso fez com que ela demonstrasse para mim em diversas oportunidades onde estava sua antiga casa, agora completamente destruída.

Neusa (que mais tarde descobri é filha de dona Josefina) e o s.r. Arlindo, relataram ter boas experiências da infância, falando dessa fase com alegria e saudosismo. Neusa, recorda das

⁶ Os nomes dos participantes foram alterados visando manutenção do sigilo.

músicas que escutava com os amigos em um parque de diversão na região além de várias brincadeiras na rua. Ela nasceu naquela região e cita como era o bairro em sua época de infância, com pouco movimento, muitos terrenos vazios que possibilitavam o “correr” além de quantidade muito menor de carros nas ruas o que possibilitava a diversão com os amigos. Menciona que assim foi sua infância, brincar na rua com os amigos e ficar em casa. Não consegue dizer de um lugar específico de diversão, pois a rua, como um todo, lhe traz essa sensação de lugar de diversão. Este é também seu local ideal de moradia e não sabe ainda o que fará quando sair o apartamento. Já com relação ao senhor Arlindo, cita que se lembra muito do trabalho na roça onde relata que até hoje sente o cheiro da erva doce: “pode ser em perfume, em chá, em plantação, a erva doce me faz lembrar lá do meu tempo de meninice”. Ao mesmo tempo, em um discurso tanto quanto ambíguo, relata não se lembrar quase nada de sua infância. Pontua que não tinha amigos e nem vizinhos porque era uma roça muito distante: “a brincadeira era mais trabalhar mesmo. Era muito gostoso, não tem do que reclamar, mas ficava mais em casa mesmo”. Sobre o local de moradia, menciona a região atual como a ideal para se morar, embora o S.r. Arlindo identifique também um local onde habitam alguns de seus parentes, no nordeste de Minas Gerais. A casa em que habita atualmente foi a que mais me chamou atenção entre as visitadas; fica alojada literalmente em cima do rio Tiete, é construída de madeira e possui dois pequenos cômodos. Possui ainda uma espécie de quintal que se estende pela margem do rio. Pode-se dizer que o limite deste “quintal” é literalmente as águas do rio. Ali, possui um cachorro, plantas e algumas galinhas. Ele, resumiu em uma frase o que seria a sua casa naquela região: “este é o meu cantinho”. Se houve uma particularidade nas entrevistas realizadas entre o S.r. Arlindo e Neusa foi o fato de a infância ser relatada como uma fase de “boas” experiências.

Já com relação a Josefina, Thamires e Márcia, as experiências da infância não foram satisfatórias de acordo com seus relatos.

Josefina fala de sua infância como algo muito boa, mas logo faz algumas ressalvas: “pensando bem não foi muito boa não”. Isso porque ela servia, de acordo com sua narrativa, como uma espécie de cuidadora. “Eu cuidava praticamente de todos os irmãos, um total de 8. Sentia que não tinha liberdade para absolutamente nada. Mesmo quando consegui um emprego, precisava trabalhar em casa e fora de casa. Não tinha total liberdade”, relata. Sua experiência lúdica por exemplo e amiga era com a madrinha de fogueira: “Não tinha amigos. Não tinha amizade. Só tinha uma amiga que era minha madrinha de fogueira e seguíamos para escola juntas”. Ali é também o seu local de desejo de permanência. Sua fala expressa constantemente saudade pela casa que foi destruída. Já Márcia, menciona não ter qualquer

lembrança de sua infância, diz: “fui abandonada pelos meus pais aos 4 anos e fui criada por estranhos”. Diante da situação, a mãe acabou fugindo de casa e ela ficou cuidando dos irmãos, sob supervisão da avó. Logo, a avó deu os irmãos, cada um para uma pessoa diferente o que gerou muitos conflitos. Ela acabou sendo criada por um casal, da qual ela se distanciou na adolescência porque também brigavam muito entre si. Com isso, foi uma infância norteadada por conflitos, dificuldades e falta de amigos. Depois que passa a morar e trabalhar em São Paulo, conquista um terreno na região, nunca mais saiu e passou a “viver de verdade”, de acordo com suas palavras. No caso de Thamires, relata ter poucas lembranças da infância, mas a maioria ligadas a abusos, traumas, brigas e episódios de violência. Isso foi durante toda a infância. Sua mãe fugiu de casa quando ela tinha 10 anos de idade. Em seguida, também o pai. Ela ficou cuidando de 4 irmãos. Logo, a avó materna entregou cada neto para que um filho cuidasse e ela passou a morar com um tio. Essa avó dizia que sua mãe havia morrido, mas, descobriu já na fase adulta que sua mãe havia fugido. A avó havia ocultado essa informação. A única cena que tem da infância e considera especial foi a de jogar confete na rua. Era algo que adorava fazer. Sobre um lugar ideal, menciona: “se tivesse condições mesmo de ir levar os filhos, netos iria para São Luís – Maranhão, ou Chapadeiro (uma cidade no Maranhão) porque lá tem uma família por parte do meu marido, amei o lugar, é lindo. Mas, fui a passeio, não sei como seria para morar. Mas achei o lugar lindo”. O tema dos apartamentos que foram vendidos ou locados é quase proibitivo na região. A maioria sabe quem vendeu, mas não aceitam falar sobre o assunto. É uma espécie de pacto de silêncio sobre o tema. No caso de Thamires, ela falou sem qualquer dificuldade: “eu amo morar aqui, gosto muito. Não penso em mudar daqui não. Fui uma das contempladas com o apartamento, mas não me adaptei. Além do tamanho e espaço limitado, havia o valor do condomínio, alto demais para as minhas condições. Com o valor da venda consegui deixar a casa do jeito que gostaria. E, tem as enchentes, mas que podem ser combatidas deste que o governo faça algo para que se evite”, conclui.

Nestes 3 casos, não houve de acordo com os relatos experiências lúdicas marcantes com amigos ou familiares ou experiências vistas como satisfatórias relacionadas a um lugar na infância.

Grupo B: famílias que nunca receberam proposta para sair da região

O grupo B foi constituído por Larissa, Renata, Amanda, Mônica e Eduarda. Com exceção de Eduarda, foi possível notar uma característica presente no grupo, que é a satisfação

e o contentamento com a infância; nasceram na região nordeste e cresceram em sítios, onde o espaço de brincar eram abundantes. As expressões recorrentes entre os participantes para citar sobre a infância versavam sobre “*o melhor impossível, foi maravilhoso ou foi excelente*” Um outro ponto de atenção nos relatos foi a convivência na infância com algum lugar que continha água, quer seja uma represa, rio, riacho ou praia. Em comum, mencionam a necessidade de ter que trabalhar duro desde cedo, mas que conseguiam aliar com as brincadeiras: “*a gente contava o rastro do gado...alguém avisava que a boiada estava vindo... daí a gente deixava o chão todo lisinho ...varria tudo e deixava tudo pronto pra boiada passar. A gente plainava todo o chão da terra...depois que eles passavam a gente ficava contando quantos pisadas eles deram... outros deitavam e se desenhavam o contorno do corpo no chão, daí depois que a boiada passava, contava quem foi mais pisado do que o outro*”, menciona Larissa.

Retomando uma vez mais o discurso de Larissa, menciona que ainda hoje quando está cavando para fazer a coluna de uma casa por exemplo (ela trabalha de pedreira) e sente o cheiro de terra molhada, se lembra automaticamente de lá, do sítio da mãe, daquela cidadezinha. Menciona que era um lugar em que se sentia muito realizada, feliz e que ainda hoje sente muita saudade; complementa: “muita saudade mesmo”. Já Amanda, relata que embora tenha saído de casa com 19 anos de idade, as fruteiras que cresciam no sítio de sua mãe nunca lhe saíram da cabeça: “*a época de frutas era um marco para gente porque é quando a gente sabia que tinha muita coisa pra fazer*”. Esta expressão “muita coisa para fazer” foi algo também próprio deste grupo para descrever a infância, sempre ligada ao trabalho de contribuição com a família e ligados a produção agrícola.

Há um outro ponto em comum entre os participantes deste grupo; embora realizados e satisfeitos com a infância, não tem vontade de voltar para sua moradia de origem. A justificativa é muito parecida: a família toda está aqui. A moradia em que habitam hoje, embora esteja em uma região concebida como de vulnerabilidade social, não estão localizadas em áreas de enchentes; a constituição de famílias na região (netos, noras,) aparece como um impeditivo para vislumbrar um possível retorno a um lugar visto como ideal para se viver.

A participante que diferenciou em resposta deste grupo foi Eduarda. Ela nasceu e cresceu em São Miguel Paulista, bairro próximo a região. Cita que teve um problema de memória na adolescência e “*lembra de pouca coisa*”. Após a perda do pai e de um filho, passou a morar no Distrito Jardim Helena com uma tia onde está buscando se recuperar de uma depressão. Participou da entrevista do seu jeito, relatando gostar do lugar, de morar na região, mas mencionando que a casa que gostaria de estar é a que fica em São Miguel, local onde nasceu, mas

não retorna porque ficou traumatizada desde a morte do pai.

Grupo C: famílias que receberam proposta para sair da região, mas optaram por ficar

O Grupo C foi constituído por Marcos, Roseli, Marcelo, Rudmila e Cátia. Este grupo apresentou particularidades que os distinguiu dos demais. A primeira é que todos nasceram em São Paulo ou muito próximo de São Paulo (exemplo a cidade de Guarulhos); foi também o grupo em que senti os participantes mais resistentes as perguntas, com respostas bem sintetizadas e não muito dispostos a permitir uma melhor compreensão do tema; ambos, moravam também próximos um do outro, diferente dos demais grupos que estavam mais distribuídos na região. Do ponto de vista narrativo, uma característica comum é que mesmo que tivessem condições financeiras para morar em outro lugar, gostariam de continuar morando onde estão hoje. Há uma satisfação com o lugar quer seja por ser uma casa própria quer seja pelos amigos da região além de uma forte identificação com o local. Rudmila, por exemplo, relata que “não sabe explicar o porquê, mas gosta muito”. Menciona que pode criar os filhos, os netos, sair, voltar, tem a sua casa e vive em paz. Marcela diz “o lugar quem faz é a gente”. E, deu alguns exemplos como: saber lidar com todo mundo, ser bom, amigável. Relata ainda que se tivesse condições financeira continuaria morando no bairro porque é muito bom. “Não é muito perigoso, as crianças podem brincar à vontade porque não é perigoso”. Então, o local ideal de morar seria lá mesmo. Menciona que é uma vida de 31 anos morando neste lugar justamente por ser especial. Já Cátia, classifica o local como bom e aconchegante e familiar de se morar”, não vendo justificativas para sair. Além disso, sinaliza que a maioria que foi morar nos apartamentos se arrependeu e voltaram a morar na região. Este tipo de relato foi o que predominou e por vezes com respostas um tanto quanto genéricas: “é bom, é legal, gosto de tudo, não tenho nada a reclamar”. Como a infância de praticamente todos eles se ocorreram naquela região, ali também se tornou o lugar de referência, de marcas e de retratos de fatos que ocorreram na infância.

Grupo D: famílias realocadas por alguma política pública e que não voltaram a morar na região do distrito Jardim Helena

O grupo D foi constituído por Cleunice, Diana, Flávia, Leandro, Lucas. Uma característica que me impressionou no grupo D é que, embora todos estejam morando em lugares que não mencionam ter queixas, ambos ocasionalmente mudariam de endereço em casos de necessidade; uma “nova” mudança não aparentou ser um problema ou dificuldade para

nenhum dos entrevistados. Alguns citaram: “se tivesse condições mudaria com certeza; gostaria de ir para um lugar mais próximo do trabalho; se tivesse condições sairia daqui”; estes locais “idealizados” próximos ao trabalho ou ao centro formam o local de ideal para moradia. Tiveram uma infância de relativa tranquilidade onde a rua era uma certa extensão de suas casas, sem tantas restrições quanto a periculosidade. As lembranças de infância que trazem estão ligadas ao quintal de casa, locais de ruas ou de amigos.

Interessante notar que a constituição dos 4 grupos apresentou perfis distintos de visão sobre o local de moradia e até mesmo sobre o modo de perceber a infância. O grupo A foi o que apresentou uma variabilidade maior em contraste com certa estabilidade dos demais grupos. Foi também o grupo onde a infância e as recordações relacionadas ao lugar se configuraram como mais restritas e apresentaram algumas dificuldades. O Grupo C, estão satisfeitos com o lugar a ponto de não vislumbrar uma outra possibilidade de moradia fora da região, optando por negar propostas de compra do imóvel e intervenções do poder público e; o grupo D, que parece aberto a negociar locais de moradia que lhe pareçam mais adequados se necessário for.

Nota-se que um vínculo forte com o local está predominantemente presente nos grupos B e C a partir de seus relatos. Contudo, o B mostrou-se mais vinculado a história familiar no local e utilizando tais fatores para justificar a continuidade na região enquanto o C trouxe à tona questões ligadas mais ao local enquanto comunidade, ressaltando aspectos como segurança, tranquilidade, o fato de conhecer muitas pessoas etc. Destaca-se que entre os indivíduos que receberam proposta de realocação, aceitaram e posteriormente retornaram à região da antiga habitação (grupo A), há mais indivíduos do tipo evitativo. É também o grupo que possui vínculos com o local próximos do observados pelo grupo B e C, mas sobressaindo em seus relatos as vivências traumáticas da infância ou a falta de vivências afetivas.

Outra importante característica está presente entre os moradores que vieram de regiões ligadas ao campo; relatam infâncias repleta de brincadeiras e espaços para correr e brincar, mas sempre aliada a muito trabalho e ligado a lavoura (roça). Tal realidade não foi narrada pelos que nasceram no estado de São Paulo.

Cabe destacar que encontrei extrema dificuldade em falar com moradores que alugaram ou venderam seus apartamentos e voltaram a morar na região (grupo A). A maioria não aceitou participar e relatava o medo de aquilo ser algum tipo de investigação ou informação que seria levada ao poder público. Mesmo com a intervenção de lideranças comunitárias mais próximas a esses moradores, a negativa da maioria em participar persistiu.

Apesar das limitações típicas de um estudo piloto, a entrevista semiestruturada parece um procedimento promissor, justamente pela possibilidade de aprofundamento em um tema que

não me pareceu propício de ser coletado por meio unicamente de instrumentos padronizados, como é o tema infância e as relações com o lugar. Neste estudo piloto, falar sobre tais temas exigiu certa reflexão dos participantes, com nítidas mudanças de expressão, humor, emoção. Quer seja para expressar sorrisos ou lágrimas, foi um tema em que alguns participantes entravam com certo cuidado, outros com uma nítida resistência que mantiveram até o fim em uma clara sinalização de não se sentir à vontade com o tema. Seja como for, a entrevista pareceu detectar ao menos uma correlação entre a restrição ao brincar/circulação e uma forte ligação com o lugar na fase adulta a ponto de resistir a dele sair mesmo enfrentando condições insalubres de moradia. Isso tudo parece corroborar a hipótese de Morgan (2009), da existência de forte relação entre as experiências infantis, a formação do apego, os estilos de apego adulto e o apego ao lugar; portanto, espera-se que a continuidade das investigações dessa hipótese, para o que as entrevistas podem contribuir enormemente, possam lançar luz sobre a questão do Apego ao Lugar.

5.3.3 - Estudo 2: Explorando as relações Apego ao Lugar, Apego Adulto e Apego à Moradia em Área de Risco

Por sugestão do professor Roberto Moraes Cruz, que foi membro da banca de Exame de Qualificação, realizou-se um estudo paralelo à pesquisa de doutoramento, procedendo-se então a aplicação de uma escala de apego à moradia de risco junto a um total de 507 moradores cadastrados nos Núcleos SASF - São José Operário e SASF – Nossa Senhora de Fátima, ambos no distrito Itaim Paulista, e SASF São Judas Tadeu, no Jardim Helena.

Objetivos

- a) Contribuir com o desenvolvimento da Escala de Apego à Moradias em Áreas de Risco (EAMAR), atualmente em desenvolvimento por Alves, Kuhnem e Cruz (2019);
- b) Explorar possíveis relações entre apego adulto, apego ao lugar e apego à moradia de risco.

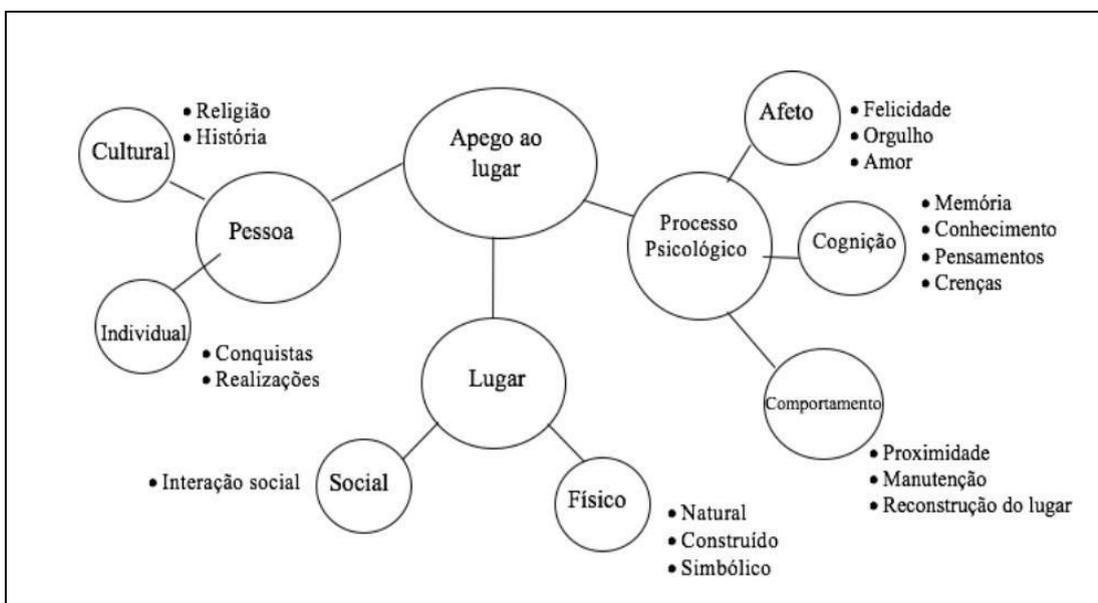
Instrumento

- Escala de Apego à Moradias em Áreas de Risco (EAMAR), de Alves, Kuhnem e Cruz (2019) – Anexo 3

É importante ressaltar que a Escala de Apego à Moradias em Áreas de Risco vem sendo elaborada por Alves, Kuhnem e Cruz, tendo sido fundamentada, em princípio, em um modelo

teórico tripartite proposto por Scannell e Gifford (2010). O Modelo Tripartite de Apego ao Lugar considera que o apego ao lugar é formado pelos fatores Pessoa, Lugar e Processo psicológico, conforme representado no diagrama abaixo:

Fig. 10. Modelo Tripartite de Apego ao Lugar, segundo Scannell e Gifford (2010)



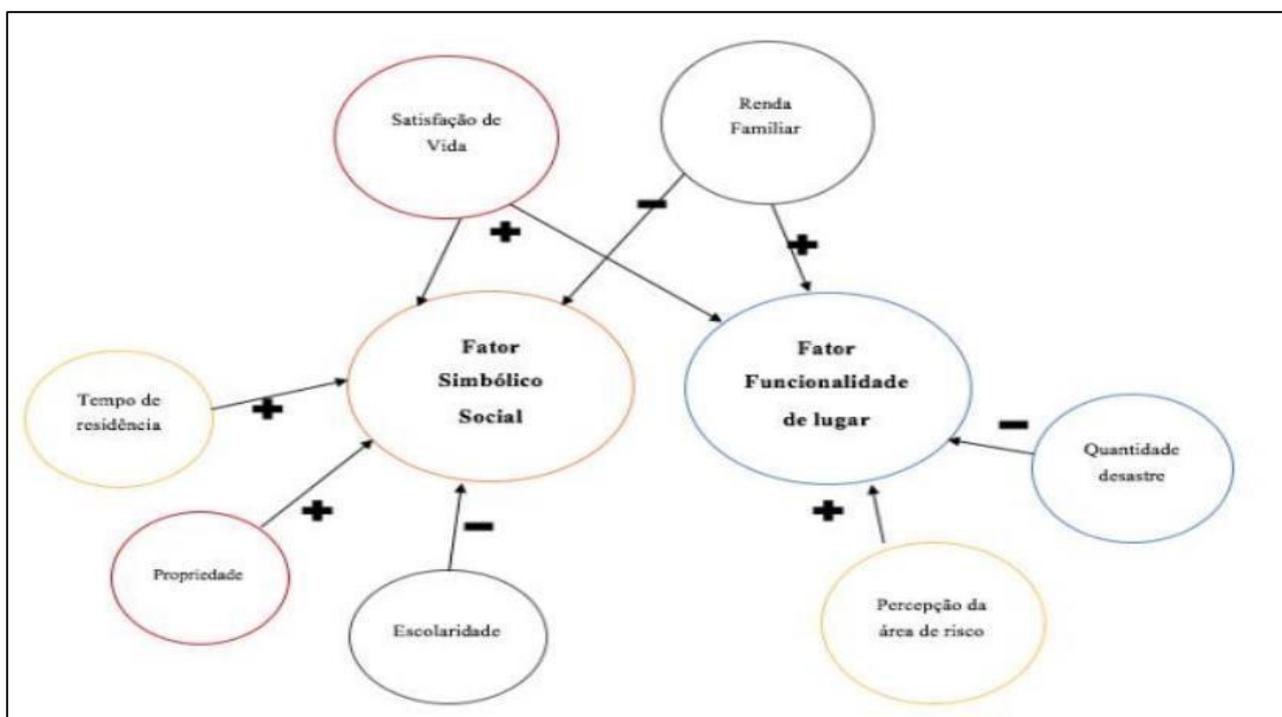
Fonte: Alves, R.B., 2018; p. 85.

Entretanto, os trabalhos de Alves (2018) e de Alves, Kuhnem e Cruz (2019) concluíram pela necessidade de aprimoramentos no Modelo Tripartite de Apego ao Lugar proposto por Scannell e Gifford (2010). Revisões bibliográficas e testagens empíricas realizadas pelos autores sugeriram o agrupamento dos atributos das dimensões das dimensões pessoa, lugar e processo psicológico em apenas dois fatores, “Simbólico Social” e “Funcionalidade de Lugar” (vide Fig.3), como elementos heurísticos para a construção de hipóteses sobre relações preditivas do apego ao lugar e, por derivação, à moradia e à moradia em áreas de risco. Para os autores citados, o conteúdo empírico de tais fatores seriam:

- [Fator Simbólico Social]: significados e sentimentos gerados pela interrelação da pessoa com a moradia e com a comunidade que reside neste entorno [possibilitando] o estabelecimento de vínculo, o sentimento de pertencimento e identificação com a moradia e com a comunidade [e refletindo] um sentimento de orgulho por ter esse lar, de falta quando não está perto e de sofrimento com a cogitação da possibilidade de ter que deixar esse lugar (Alves, 2018; p. 125);
- [Fator Funcionalidade de Lugar]: *aspectos de julgamento às características físicas da moradia frente à busca pela satisfação das necessidades e realização de atividades que*

a pessoa gosta, de modo a gerar sensação de segurança e sentimento de felicidade (Alves, 2018; p. 126).

Fig. 11. Hipótese das relações preditivas do apego à moradia



Fonte: Alves, R.B., 2018; p. 140.

Como resultante desses estudos, os autores propuseram uma Escala de Apego à Moradia, a qual tem sido testada em áreas de risco, composta de 20 itens, onde o fator 1 – simbólico social – corresponde aos itens 1,2,6,13,14,15,18,19 e o fator 2 – funcionalidade do lugar – refere-se aos itens 3,4,5,7,8,10,11,12,16,17,20. O formulário da referida Escala (Anexo 3) utilizado nas aplicações me foi enviado diretamente pela professora Roberta Borghetti Alves, proponente e uma das desenvolvedoras da escala.

Amostragem

No total, a escala foi aplicada a 491 moradores cadastrados nos Núcleos SASF - São José Operário (231 respondentes) e SASF – Nossa Senhora de Fátima (105 respondentes), ambos no distrito Itaim Paulista, e SASF São Judas Tadeu (171 respondentes), no Jardim Helena. Importa destacar que este último núcleo, que foi foco do Estudo 1 já relatado acima, caracteriza-se por apresentar maiores riscos de alagamento no período chuvoso. É importante também destacar que esta aplicação teve como seu principal objetivo tão somente contribuir com o

desenvolvimento da Escala de Apego à Moradias em Áreas de Risco (EAMAR).

Entretanto, considerou-se pertinente aproveitar as circunstâncias para também explorar, como um objetivo secundário, possíveis relações entre apego adulto, apego ao lugar e apego à moradia de risco. Nesta direção, intentou-se aplicar a Escala de Apego à Moradias em Áreas de Risco (EAMAR) também aos 20 moradores do Jardim Helena, cadastrados no SASF São Judas Tadeu, que haviam participado da segunda etapa do Estudo 1; por razões fortuitas, apenas conseguiu-se a participação de 16 respondentes nesta aplicação, que foi feita diretamente por mim, na residência deles. Os quais foram destacados da amostra geral para fins de comparações. Os dados colhidos junto a estes 16 moradores foram tabulados e analisados separadamente dos demais 491 que, não tendo participado do Estudo 1, responderam à Escala de Apego à Moradias em Áreas de Risco (EAMAR) no Estudo 2, que ora se relata.

Procedimentos

A aplicação foi realizada por funcionários do SASF que visitam periodicamente as famílias, sendo convidados os membros presentes por ocasião da visita, efetivando-se com os que aceitaram. Para a aplicação, ofereci a esses funcionários encontros formativos que totalizaram 20 horas, abordando os conceitos de apego e apego ao lugar, bem como estratégias de perguntas e formas de tomar nota das respostas, e orientando sobre a aplicação da escala e os objetivos do estudo. Os protocolos resultantes das aplicações foram arquivados pela Instituição responsável, nas dependências dos respectivos SASFs. Para o atual estudo, me foram concedidas cópias destes protocolos, após assinatura de termo de responsabilidade de uso e finalidade.

Análises

Tal como no Estudo 1, também neste Estudo 2 a análise estatística relativa à aplicação da Escala de Apego à Moradias em Áreas de Risco (EAMAR) foi realizada pelo Centro de Estatística Aplicada – IME/USP, cujo relatório (Cavalvante *et al.*, 2023) serviu de referência para a apresentação dos resultados estatísticos dos estudos aqui relatados, e se encontra integralmente reproduzido no Anexo 4.

Resultados e discussão

Antes de apresentar os resultados do estudo, é importante reiterar que seu principal objetivo foi tão somente contribuir com o desenvolvimento da Escala de Apego à Moradias em Áreas de Risco (EAMAR); entretanto, a discussão dos resultados obtidos na aplicação feita com os 491 moradores da região Jd. Helena/Itaim Paulista fugiria inteiramente ao escopo desta Tese, embora tenham sido objeto das análises estatísticas realizadas e, acredita-se, venham a contribuir para o processo de burilamento, validação e normatização da escala.

Sobre isso, destaca-se que a análise fatorial para a Escala de Apego à Moradia de Risco resultou na formação de três fatores, denominados de Apego físico, Comunidade e Bem-estar, diferindo assim tanto do esperado por Alves, Kuhnem e Cruz (2019), ou seja, os dois fatores Simbólico social e Funcionalidade do lugar, quanto do esperado por Scannell e Gifford (2010), ou seja, os três fatores Pessoa, Lugar e Processo psicológico:

A análise fatorial para a Escala de Apego à Moradia de Risco resultou na formação de três fatores, denominados de Apego físico, Comunidade e Bem-estar, que juntos explicam 45,1% da variância total. Ressalta-se que a Questão 1 obteve cargas fatoriais menores que 0,35 em todos os fatores e que a Questão 2 está fracamente correlacionada com as demais. Essa análise e resultados diferem um pouco dos obtidos por Alves et al. (2019), e podem representar uma contribuição para o desenvolvimento dessa escala (Cavalcante et al, 2023; p. 24).

Tais resultados indicam que ainda é necessário aprofundar a pesquisa a respeito dos conceitos envolvidos. Como já dito, a discussão pormenorizada deste achado, porém foge ao escopo desta Tese; por isso mesmo, a íntegra do relatório produzido pelo Centro de Estatística Aplicada – IME/USP encontra-se anexado a esta Tese (Anexo 4), para consulta dos interessados e como contributo para a continuidade da pesquisa. Aqui, importará discutir apenas aquilo que concerne ao objetivo secundário da aplicação, ou seja, à exploração das possíveis relações entre apego adulto, apego ao lugar e apego à moradia de risco. Nesta direção, cumpre destacar os resultados das comparações pertinentes entre os resultados obtidos nos diferentes grupos pesquisados e das averiguações acerca das possíveis correlações entre os resultados obtidos entre os Estudos 1 e 2.

Destaca-se a detecção de uma associação significativa entre os resultados dos 16 participantes que responderam Tanto à Escala de Apego ao Lugar (Estudo 1) quanto à Escala de Apego à Moradias em Áreas de Risco (Estudo 2), indicando a ambiguidade entre os dois

constructos:

Por fim, na Tabela (abaixo) é apresentada a distribuição de frequências conjunta entre os grupos de apego ao lugar e os grupos de apego à moradia de risco, sendo Grupo 1 referente a baixo apego e Grupo 2 referente a alto apego, em ambos os casos. O teste exato de Fisher indicou a existência de relação entre os grupos de apego ao lugar e os grupos de apego à moradia de risco (valor-p = 0,005). Isso indica que as duas escalas medem constructos muito similares e retornam resultados semelhantes (Cavalcante et al, 2023; p. 22).

Tabela 5. Distribuição de frequências conjunta entre apego ao lugar e apego à moradia de risco

Apego à moradia de risco	Apego ao lugar		Total
	Grupo 1	Grupo 2	
Grupo 1	5	0	5
Grupo 2	2	9	11
Total	7	9	16

Fonte: CAVALCANTE, A.P.C.; KIRA, E.; AUBIN, E.C.Q.; SAËTA, V.C. **Relatório de análise estatística sobre o projeto: “Ethos contemporâneo e apego ao lugar”**. São Paulo, IME-USP, 2023. (RAE-CEA-23P06) p. 32 (Vide: Anexo 4).

Cabe destacar também que o agrupamento dos 491 respondentes da Escala de Apego à Moradia de Risco a partir dos escores alcançados nos três fatores apontados pela análise fatorial (Apego físico, Comunidade e Bem-estar) resultou na identificação de dois grupos, o Grupo 1 caracterizado por baixo escore e o Grupo 2 caracterizado por alto escore em tais fatores.

Analizou-se a distribuição destes dois grupos nos três núcleos SASF que compuseram a amostra de 491 indivíduos, considerando-se as diferenças topográficas e sociodemográficas existentes entre estas localidades e, particularmente, o fato de que o Núcleo SASF São Judas Tadeu (Jd. Helena) encontra-se em área mais suscetível a enchentes do que os outros dois. Como resultado, verificou-se que o Núcleo SASF São Judas Tadeu apresentou clara predominância (86,5%) de indivíduos com alto escore para Apego físico, Comunidade e Bem-estar, bastante superior ao que foi encontrado nos demais núcleos, como apresenta-se na tabela abaixo:

Tabela 6. Distribuição de frequências conjunta dos núcleos e grupos de apego à moradia de risco

Núcleo	Agrupamento		Total
	Grupo 1	Grupo 2	

Nossa Senhora de Fátima	49 (46,7%)	56 (53,3%)	105 (100%)
São José Operário	103 (44,6%)	128 (55,4%)	231 (100%)
São Judas	21 (13,5%)	134 (86,5%)	155 (100%)
Total	173 (35,2%)	318 (64,8%)	491 (100%)

Fonte: CAVALCANTE, A.P.C.; KIRA, E.; AUBIN, E.C.Q.; SAÊTA, V.C. **Relatório de análise estatística sobre o projeto: “Ethos contemporâneo e apego ao lugar”**. São Paulo, IME-USP, 2023. (RAE-CEA-23P06) p. 30 (Vide: Anexo 4).

Cabe lembrar que na caracterização da região Helena/Itaim Paulista, acima, mencionei um certo consenso no território de uma representação bem consolidada: de que o distrito Jardim Helena, além da questão das enchentes, apresenta maior periculosidade e precariedade se comparado ao distrito Itaim Paulista; entretanto, no Núcleo SASF São Judas Tadeu se encontrou os maiores índices de Apego físico, Comunidade e Bem-estar, enquanto nos núcleos do Itaim Paulista (Núcleos SASF Nossa Senhora de Fátima e SASF São José Operário), conquanto apresentem índices de Bem-estar semelhantes, apresentam escores mais baixos para Apego físico e Comunidade (para detalhes, vide Anexo 4). Inicialmente, este resultado me surpreendeu, pois aparentemente o Apego à Moradia de Risco mostra-se maior, quanto mais arriscada é a área de moradia. Minha primeira hipótese explicativa foi que as pessoas, numa área de risco intenso, tenderiam a sobrevalorizar a própria moradia, representando-a como uma espécie de “refúgio seguro”.

Uma hipótese adicional me foi sugerida pela orientadora desta Tese, em comunicação pessoal: Sandra Patrício ressalta que a escala utilizada não permite distinguir os tipos de apego que vinculam os respondentes à sua moradia, permanecendo aberta a questão sobre a “qualidade” do apego à moradia em área de risco, cuja “quantidade” buscou-se mensurar através desta escala. Poder-se-ia hipotetizar, diz ela, que os escores indicam uma “alta quantidade” de apego à moradia de risco, porém não necessariamente se trata de um apego de tipo “seguro”. Ao contrário, o próprio risco ambiental que aparentemente favorece um alto apego à moradia, interferindo assim com a capacidade emocional de avaliar criticamente as atuais condições de moradia e com a exploração de outras possibilidades (o que seria consistente com a dinâmica antagônica dos sistemas comportamentais de apego e exploração, revisada no capítulo 1 desta tese) pode, ao mesmo tempo, estar condicionando estilos patológicos de apego, por exemplo, de natureza evitativa ou ansiosa. O fato de que menos da metade (7) dos 20 participantes reunidos segundo sua situação de realocação habitacional na segunda etapa do primeiro estudo enquadraram-se no tipo “seguro” de apego adulto, o restante enquadrando-se nos tipos “evitativo” (8) e “ansioso” (5), como já foi mencionado, tende a reforçar essa hipótese. Sandra Patrício ainda

ênfatisa a pertinência de se investigar tal hipótese, o que corresponderia a buscar integrar a teoria do desenvolvimento do Apego e a teoria do Apego ao Lugar, com possíveis contribuições para a necessária clarificação dos conceitos envolvidos e, talvez, também para a efetividade da teoria no manejo de situações problemáticas envolvendo populações residentes em áreas de risco.

Por outro lado, e ainda em relação com a hipótese sugerida nas linhas acima, é preciso ponderar que, na atual pesquisa, não se constatou relação entre os três tipos de apego adulto (seguro, evitativo e ansioso, segundo a Escala de Apego Adulto aplicada ao total de 38 indivíduos no primeiro estudo) e os dois grupos de apego à moradia de risco (baixo e alto escore para Bem-estar, Comunidade e Apego, derivados da análise fatorial dos dados obtidos dos 491 respondentes do segundo estudo). Entretanto, é preciso manter a ressalva quanto ao número reduzido de respondentes da Escala de Apego Adulto, indicando que esta não-correlação deve ser tomada como inconclusiva e não descarta, portanto, a hipótese sugerida. A investigação desta hipótese, porém, exige novas e continuadas pesquisas, teóricas e empíricas, para as quais esperamos estar contribuindo com estas reflexões.

Capítulo 6 – CONSIDERAÇÃO FINAIS

Antes de passar às minhas considerações finais, todas de caráter precário diante das limitações das pesquisas teóricas e empíricas que empreendi, caberá reiterar que, sendo eu próprio um morador e tendo atuado na região por longos anos, como representante da Sociedade de Ensino Profissional e Assistência Social – SEPAS em diversas investigações e ações sociais, de caráter tanto assistencial como de mobilização, organização e participação da população local, possuo, desde antes do processo de doutoramento, conhecimentos bastante profundos, tanto patentes quanto latentes, sobre essa população e suas condições de vida, seus modos de viver e conviver, seu cotidiano, as adversidades que enfrentam e suas aspirações. Procurei explicitar, tanto quanto possível, o recurso a tais conhecimentos nas minhas análises e interpretações do material recolhido nos estudos sistemáticos realizados durante o doutoramento.

Por outro lado, ao longo da pesquisa de doutoramento procurei restringir o meu foco ao tema do “apego ao lugar”, por ter surgido com maior relevância nas pesquisas que se ocupam da relação do humano em seu ambiente. Muitas das questões com as quais me deparei lá no início da pesquisa, por exemplo, quanto à terminologia empregada neste campo, continuam não completamente respondidas. Contudo, acredito que os estudos teóricos e empíricos ora relatados forneceram uma contribuição, mesmo que modesta, para que se possa chegar a formular mais claramente algumas questões de pesquisa.

Por ora, acho pertinente iniciar minhas considerações finais com uma imagem:

Fig. 12 - Uma cena do cotidiano



Fonte: Portal G1 – 19/02/2020 (<https://x.com/g1/status/1230121380810776577>)

Com a necessidade de concluir este trabalho, algumas lembranças ou memórias do tempo vivido na região parecem inevitáveis. A que penso ser a mais primitiva que tenho do local se assemelha muito a que está na imagem. Em algumas ocasiões, na adolescência, nos reuníamos com este teto de kombi para entrar na região alagada do jardim pantanal e ali prestar algum tipo de socorro; o objetivo era levar alimentação ou até mesmo ajudar na retirada de algum morador. Não participei muitas vezes destas ações, mas o suficiente para trazer à tona algumas lembranças. Na verdade, nunca morei muito longe dali, eram cerca de 3 km de distância que, embora relativamente curta, não facilitava a vivência naquele lugar. Mesmo para quem morasse nas proximidades como era o meu caso, era essa uma região que “aprendemos” a evitar. Quando voltei a região das enchentes após anos e enquanto profissional da assistência social, percebi que a situação pouco se alterou: continuavam as enchentes, uma grande quantidade de ligações clandestinas de luz, água e esgoto ao céu aberto. É bem verdade que algumas ruas já estavam pavimentadas e outras com o esgoto canalizado. Os tetos de kombi deram lugar a algumas canoas. Mas as escolas da região continuaram a formar os abrigos contra as inundações.

O quadro exposto no início da tese através da figura 1 expõe uma situação que é a rotina que escutei e ainda tenho escutado como referência para de certa forma justificar a situação vivenciada na região. É o discurso válido e que é prevalecente. Mas, não exatamente o discurso da população que na região reside. Me parece que é mais um discurso de acadêmicos, pesquisadores, políticos e lideranças comunitárias. Foi também o discurso que aprendi quando passei a experienciar a chamada abertura de consciência política. Estudei a região com este discurso aprendido; ouvi ele das lideranças que me receberam; algumas eu conhecia, outras não; também de alguns especialistas em políticas públicas, urbanistas e cientistas que se propõe a estudar as sociedades; escutei de políticos que de lá ou para lá discursam em época de campanha; mas não escutei da população residente no geral. Talvez, quando muito, de uma dezena de residentes. Isto tornou-se para mim o primeiro impacto no projeto de compreender o apego dos moradores com relação a este lugar.

Mas, de fato, essas propostas teóricas me ajudaram a melhor compreender o quadro verificado; cito como por exemplo as contribuições de Michel de Certeau (1998). Em sua obra, ele demonstrou o que chamou de bricolagem; trata-se de um comportamento que essas comunidades tendem a fazer perante a economia cultural dominante, usando inúmeras e infinitesimais metamorfoses da lei, segundo seus interesses próprios e suas próprias regras p. 40. Logo, Certeau (1998) não foca nas trajetórias dessas comunidades, mas no que ele denomina de táticas e estratégias (p.46). As táticas seriam um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A

tática só tem por lugar o do outro. Já estratégia, seria o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Neste interjogo, o que ele ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões” p. 41. Encontra consonância no pensamento de Bourdieu: “Pierre Bourdieu não se cansou de observar, o estado de permanente *précarité* — insegurança quanto à posição social, incerteza sobre o futuro da sobrevivência e a opressiva sensação de “não segurar o presente” — gera uma incapacidade de fazer planos e segui-los.

Contudo, embora a visão de Certeau forneça algumas pistas importantes para a compreensão das pessoas que habitam a região, ainda não é capaz de fornecer elementos que nos auxiliem a compreender o apego conforme aqui discutido; tampouco foi essa sua pretensão. Mas, trata-se de uma proposta que traz um certo cerne da modelagem conforme proposto no *ethos* contemporâneo.

A questão sobre apego ao lugar

No ano de 2023, visando aprofundar o que se discute sobre o apego em um contexto mundial e buscando interlocução com demais autores sobre o tema, participei de um evento patrocinado pela Asociación de Psicología Ambiental - Psicoambi, em Madrid-Espanha, onde estive com outros 20 pesquisadores de países como Colômbia, México, Portugal, Espanha, França e Itália. O objetivo era discutirmos temas, pesquisas e metodologias tendo como norte a psicologia ambiental que é onde normalmente se aloca as pesquisas sobre apego ao lugar. Contudo, de acordo com a exposição de encerramento, proferida pelo professor Giuseppe Carrus, professor da Universidade de Roma e Editor chefe do periódico *Frontiers in Psychology - Environmental Psychology*, as pesquisas sobre apego ao lugar são hoje praticamente inexistentes. De acordo com suas palavras:

As pesquisas sobre ao apego ao lugar foram importantes sobretudo na década de 60, durante a reconstrução da Europa devido a destruição oriunda da segunda guerra mundial. Então, essas pesquisas foram recorrentes e importantes nessa época. Contudo, atualmente, elas são praticamente inexistentes. O foco das pesquisas em psicologia ambiental está em meio ambiente, sustentabilidade e mudança climática (Carrus⁷, 2023).

⁷ Palestra ministrada por Giuseppe Carrus. IV Escuela de Verano – PSICOAMBI. 29 a 2 de septiembre, 2023 (Miraflores de la Sierra, Madrid).

A fala do professor Carrus (2023) tinha coerência com o que eu presenciava. Apesar de ser um encontro promovido por uma importante instituição da área e que contou com a presença de teóricos indiscutivelmente fundamentais para a psicologia ambiental, dos 20 participantes do evento, apenas o meu estudo tratava sobre apego ao lugar. A maioria, tratava de temas apontados pela narrativa do professor. Logo, ao menos em nível Europeu parece ser de fato uma discussão superada ou suprimida talvez pelo imperativo de discussão que se tornou esses outros temas em psicologia ambiental.

Obviamente que o evento em si não representa a totalidade envolto ao tema. Mas, me parece ser um indicativo que denota a dimensão em referência a discussão sobre apego ao lugar em psicologia. Essa constatação me causou surpresa. Se ela tem base (e ao menos me deu a impressão de que sim) as pesquisas sobre o tema foram perdendo volume, sem que tenhamos encontrado considerável avanço ou evoluído em termos de discussões teóricas. Caso tenha sido uma opinião isolada do professor, a ocasião não corroborou para o contrário.

De alguma forma as exposições me remeteram a uma cena do filme *Matriz*; nele, o agente Smith desenvolve um diálogo com Morfeu onde ele questiona e ao mesmo tempo afirma, que os seres humanos não são mamíferos. No diálogo segue: “todos os mamíferos do planeta instintivamente entram em equilíbrio com o meio ambiente. Mas os humanos não. Vocês vão para uma área e se multiplicam, até que todos os recursos naturais sejam consumidos. A única forma de sobreviverem é indo de uma área para outra”. Neste sentido ele equipara a raça humana com um vírus. Capaz de retirar o que é necessário para sua sobrevivência sem a preocupação com o equilíbrio com o meio.

Neste sentido, preocupar-se com o planeta é uma tarefa humana. Como apontou Hannah Arendt (2007), o ser humano está condicionado a viver neste planeta. Em “A condição humana”, Arendt descreveu que o que há de comum na humanidade é justamente o fato de habitarmos o planeta Terra. Trata-se de uma condição imposta ao ser humano e da qual partilhamos; ela dirá “a mudança mais radical da condição humana que podemos imaginar seria uma emigração dos homens da terra para algum outro planeta (Arendt, 2007, p. 18)”.

Arendt está preocupada com os aspectos humanos, com a ação humana ao longo da história; durante o seu diagnóstico das questões sobre a propriedade privada, Arendt (2007, p.74) prossegue: “não possuir um lugar próprio e privado (como no caso do escravo) significa deixar de ser humano p.74”. A autora aqui está discutindo a relação público/privado e evidenciando a importância do privado para a plena constituição do humano, diferente daquele que foca apenas no público e com isso terá uma vida superficial; ressalta a importância das

paredes como elemento que constitui um refúgio seguro contra o mundo público comum (81).

Contudo, porque este lugar, a casa, pode ser considerado seguro? Por que precisamos de um lugar seguro? Em Arendt, me parece que a resposta apropriada é a nossa condição. Em um comentário de nota de rodapé, deixa uma breve descrição sobre o significado das palavras gregas e latinas que designam o interior da casa – *megaron e atrium* – por ter forte conotação de sombra e treva (p.81). Tais elementos nos remonta as contribuições de Gaston Bachelard, que revelam a natureza psicológica dos aspectos ligados a casa. Em Bachelard, essa segurança é respondida por ser a casa o principalmente lugar para o devaneio humano. Ao mesmo tempo, do ponto de vista das pesquisas sobre apego ao lugar, este aspecto da casa parece estar mais ligado a identidade. Em outras palavras, este lugar seria o propício para a constituição de nossa identidade; compreendê-la seria entender a constituição do apego ao lugar.

A questão da identidade

Olhando de uma forma superficial, tem-se a impressão de que as pesquisas sobre apego ao lugar “abandonaram” algo universal, a vida e o planeta por exemplo, e focam em algo específico, a relação com determinado lugar. A identidade passa a ser o conceito privilegiado para tratar dessa relação.

Uma das escalas que utilizei neste estudo busca demonstrar o grau de identidade que o morador possui com o lugar. Contudo, a análise proposta pelo termo e consequentemente pela escala parece trazer algumas limitações. Como ilustração, trago a contribuição de Silva e Costa (2021) no qual afirmavam que as identidades se constituem como quimeras de lugares. E, ainda sim, como quimeras em permanente construção, nas quais a inserção de novas partes em meio quixotesco conjunto faz parte de sua essência. Os autores demonstram o entrelaçamento presente no termo identidade com referência aos lugares. AO mesmo tempo, formulam que sua constituição é formada por:

- Dialética da perpétua interação e significação homem-meio e a particularidade da experiência; seu deslocamento no espaço que possibilita a experiência, colhida no seu *locus: o lugar*;
- O tempo, como fator passivo (Silva; Costa. 2021, p. 42);

Para Ciampa (1996, p. 198), a identidade “como concreto está sempre se concretizando”. Acrescenta ainda que tentar estudar uma identidade plenamente concretizada exigiria estudá-la no limiar da morte biológica, como uma espécie de extrema-unção, ou então (se possível)

mediunicamente.

As contribuições elaboradas por Ciampa revelam a identidade como algo dinâmico, longe da característica estática que tendemos a conceber em grande medida ao termo. É neste sentido que Menciona: “a concretude da identidade é sua temporalidade - passado, presente e futuro: a identidade é metamorfose e metamorfose é vida”.

Tais reflexões se encontram com o questionamento que presenciei ao aplicar a escala de apego ao lugar, principalmente por suas questões que se propõe a compreender identidade. A identidade aparece como características conclusivas tais “como me sinto identificado com este bairro, este bairro forma parte da minha identidade, sinto que pertença a este bairro e sinto que sou deste bairro”.

Outra característica que colocam os estudos sobre apego ao lugar em contradição com algo mais globalizado é o que se pensa sobre o lugar. Embora os estudos de Tuan sobre o tema parecem formar predominância para a afirmação do que é o lugar, há outras considerações que não têm sido adotadas, ao menos para compreensão sobre o lugar.

Um exemplo é a relação ecumenal mencionada por Berque que também traz uma interrelação entre planeta, biosfera e ecúmena, no que ele chama de relação ecumenal. Nela, um lugar seria um tema ecotecno-simbólico. O que Berque chama de geograma: a gravação da existência terrena do ser humano na Terra. São ao mesmo tempo natural e artifício.

6.1 - Definição Apego ao Lugar

Partindo deste trabalho, defino apego ao lugar como o vínculo estabelecido com determinado lugar no qual se busca proximidade, resultando em sentimento de segurança e proteção. Neste sentido, trata-se de uma definição que tende a distanciar-se das contribuições sobre o tema que mencionam o apego ao lugar a partir de uma ligação efetiva, sensação, sentimento, identidade com o lugar, estado de bem estar, ligação eficaz, pertencimento. Por este ponto de vista, apego ao lugar é a busca por segurança que, como já visto, não é sinônimo de dependência. Do mesmo modo, o como o apego está desenvolvido terá influência na vivência dos distanciamentos do lugar. Estou partindo do princípio de que o apego desenvolvido na infância continua a atuar na fase adulta também em relação aos lugares. Agora, unido a ontogenia e a relação estética com o lugar.

Penso ser essa a modesta contribuição que a presente tese oferece como proposta: a retoma do conceito de apego como formulado por Bolwby e originalmente pensado por Fried. Busquei de modo exploratório compreender se algum instrumento empirico contribuiria para

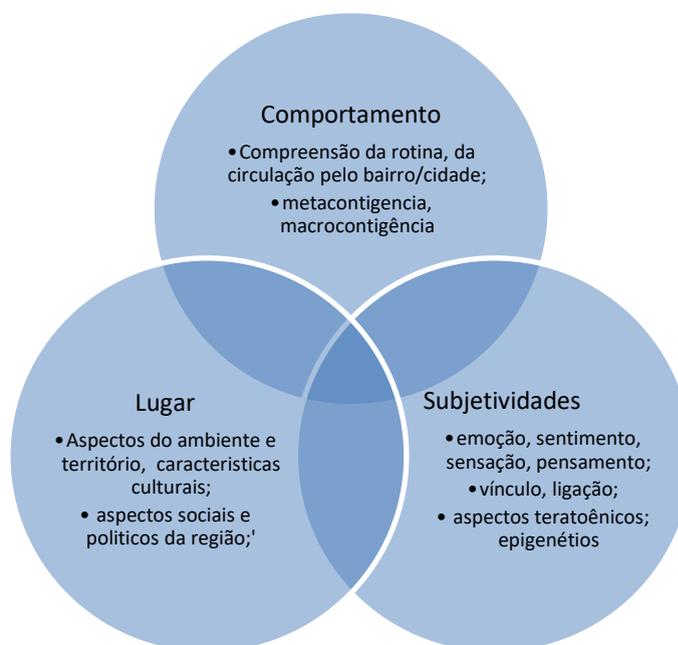
tal entendimento. As contribuições de Morgan me pareceram mais adequadas diante dos limites temporais da amostra obtida. Acredito que novos estudos e pesquisas são necessários para corroborar com essa hipótese, tal qual tem ocorrido com a teoria dos esquemas de Jeffrey Young, propondo que esquemas desenvolvidos na infância continuam exercendo função na fase adulta, guardando certa proximidade com a matriz teórica que tenho dialogado.

O ethos humano e o apego ao lugar

Por hora, penso que os estudos do ethos⁸ podem oferecer possibilidades para a compreensão de um alguns aspectos referente ao apego ao lugar; não necessariamente na ligação entre o apego desenvolvido na infância e a relação com o lugar, mas sobre a forma e modo que o apego está sendo vivenciado.

Como sugestão, me inspiro na contribuição de Nunes (2023) para formulação da figura 17, que propõe uma Avaliação Precaucionária. Para executá-la e adaptada a nossa proposta, se torna fundamental a compreensão de algumas etapas constitutivas da análise:

Figura 13: proposta de avaliação Precaucionária



⁸ Trata-se de fato de um aspecto, já que o ethos dificilmente poderá ser estudado em sua totalidade. Haja visto os inúmeros estudos que temos desenvolvido no Laboratório de Estudos em Psicologia Social e Mundo Contemporâneo: paradigmas e estratégias (LAPSI) e que partem de prismas tão distintos como inteligência artificial, o ato de comprar em supermercados, enraizamento, habitar etc. O que ofereço é uma perspectiva partindo do apego ao lugar.

Etapa 1 – caracterização das alterações na topologia do lugar pretendido. Tais características incluem os pressupostos de que qualquer mínima alteração no “ambiente” será acompanhada de mudanças subjetivas e comportamentais no ser humano. Por tal justificativa, se faz importante a caracterização que envolve a discricionalidade, tamanho e as correspondências da região ou do lugar bem como sua localização, impactos e tipo de intervenção. Nesta etapa, é desenvolvida a descrição física/topológica da região/lugar.

Etapa 2 – mapeamento/descrição dos comportamentos relacionados ao lugar. Visa analisar o ir e vir, o uso dos espaços em suas diversas possibilidades (cultural, física, política, social, educacional etc) bem como compreender o comportamento interrelacionados de moradores/visitantes com e na região (metacontingência) e os impactos macrocontingências observados.

Etapa 3 – compreensão dos relatos subjetivos daqueles que utilizam/habitam a região. Busca-se compreender os laços afetivos, cognitivos que o compoem; os mitos e a cultura da região transmitidos na oralidade, bem como o saber fazer tradicional além de características regionais; compreensão da rotina da vida cotidiana envolvendo hábitos, atividades, lembranças, percepções, e a visão que se têm sobre a realidade do lugar; sentimentos, aspirações e expectativas, positivas e negativas, relacionados lugar.

É neste sentido que a meu ver surge a compreensão do apego ao lugar como uma faceta do *ethos* humano contemporâneo e capaz de dar uma possibilidade de resposta mais abrangente. Como Ribeiro menciona, estudar o *ethos* contemporâneo é estudar a vida humana. E, pelo menos até o presente momento, a vida transcorre neste planeta ou a partir dele, se formos levar em consideração astronautas que temporariamente estão na estação espacial. Habitar, em suas múltiplas possibilidades, é parte fundante da vida. Se, como afirma Ribeiro, o *ethos* corresponde a uma interrelação contínua entre subjetividade, comportamento e lugar, vemos que analisar qualquer uma dessas características de forma isolada dificultaria, ao menos a partir desta perspectiva, o encontro de contribuições para os estudos sobre o apego ao lugar. É partindo desta visão integradora que proponho um modelo de aplicação prática deste método para a compreensão do apego ao lugar.

O estudo do ethos como domínios

Tendo a ideia do *ethos* como arcabouço teórico fundamental para a compreensão do apego ao lugar, notei, a partir das entrevistas e da vivência na região, que o que é denominado de ligação, identificação ou identidade das pessoas relacionadas ao lugar possuíam algumas

variáveis que tendiam a se repetir. Algumas gostavam do lugar pelas facilidades em encontrar o que precisam; outros pelo mesmo motivo odiavam. Muitos relatavam satisfação com a vizinhança, com a proximidade da família, da igreja e outros questionavam a precariedade, violência e preocupação de criar os filhos naquele ambiente. Houve quem nasceu na região e outros que ali foram morar tardiamente. Em outras palavras, a ligação com o lugar em si possuía um número diverso de possibilidades, mas que em algum momento se repetiam. O desejo de permanecer, de sair do bairro ou a indiferença (que, no fundo, constituem a minha primeira intenção compreensiva) eram mantidos ou estimulados por alguns aspectos constituintes deste *ethos* contemporâneo. Tais aspectos eu notei como domínios, sendo ainda incerto se essa minha visão tem ou não inteira conformidade com a definição de *ethos* dada por Ribeiro (2018).

Sobre o termo “domínio”, sua raiz etimológica é consideravelmente expressiva. Em Latim, o que nós hoje denominamos de casa era chamado *domus*. A pessoa principal neste *Domus* era o senhor, aquele que tinha o domínio, tendo o poder sobre os outros habitantes da casa; logo, diversas são as variantes: referente ao lar, casa, caminho, domesticar, doméstico, domicílio, dominador, local onde se reside, habitação; domesticar, “tornar caseiro”, também vem de *domus*, e se refere ao animal que, como espécie ou, às vezes, como indivíduo, teria uma vida selvagem, mas que se adaptou à vida junto às pessoas, às vezes na casa delas.

Deste modo, a relação ética *como que de moldagem* apontada por Ribeiro (2018), revelaria a meu ver, certa estabilidade no ambiente e formaria a condição de fato natural para as vivências que ali se constituem. O *ethos* representa a estabilidade dos domínios. Na relação *como que de moldagem* há uma certa estabilidade entre as dimensões que compõe este *ethos* contemporâneo. Em outras palavras, ele domestica.

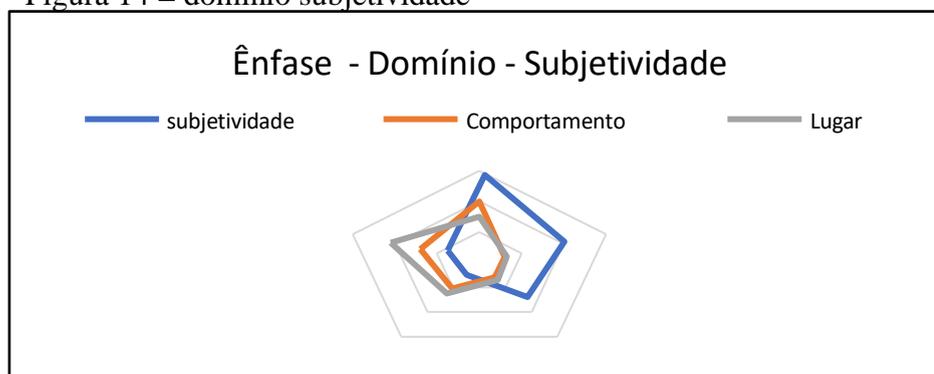
Tendo a subjetividade, comportamento e lugar como domínios que constituem o *ethos* humano, é possível inferir uma possibilidade: que em determinado momento tendemos a privilegiar um domínio em particular, mas não necessariamente em detrimento dos demais; seria uma espécie de ponto de partida ou de maior atenção. Logo, para além da estabilidade que configura o *ethos* contemporâneo, para que ocorra alterações na vida (como é a proposta de convencer moradores a sair de suas casas consideradas de risco, por exemplo), alguma dimensão é focada de modo específico; há algum domínio que irá prevalecer em momentos de mudanças. A depender do domínio que mais exercerá influência no indivíduo, se configura uma forma específica de vivência do *ethos*. Ao mesmo tempo, qualquer domínio que se configure como foco ou ponto de atenção, dificilmente se fechará em si devido sua complexidade.

É partindo desta reflexão que irei descrever alguns momentos ou situações em que notei a prevalência de determinados domínios entre os moradores da região e, ao fim, o que eles

contribuem para a compreensão do apego ao lugar.

Ênfase na subjetividade

Figura 14 = domínio subjetividade



O quadro acima é hipotético, mas a ênfase nele dada (o que sobressai) notei em algumas situações específicas entre os moradores. Nele, foquei na subjetividade, ou mais precisamente nos relatos das pessoas sobre essa subjetividade. É possível observar a partir deste quadro que os domínios que representam comportamento e o lugar tendem a seguir a subjetividade; mas poderiam também manter certa oposição ou indiferença, o que demonstra a complexidade deste método analítico.

A ênfase subjetividade, eu a percebi prevalecendo em respostas que se tornam corriqueiras através principalmente de discursos religiosos ligados a igrejas e alguns enunciados formativos. Com relação às igrejas, o número de templos na região é alto; uma simples caminhada pelas quadras que compõe os distritos revela uma quantidade considerável desses lugares; prevalecem as igrejas cristãs, católicas e evangélicas (sendo essa última maior em quantidade de templos); a participação nessas igrejas surge para alguns, principalmente aos ligados a teoria da prosperidade, como uma forma de combate, de batalha, de enfrentamento. A pobreza é vista como provação, uma luta contra o demônio. Para este fim, diversas ações são realizadas – campanhas, jejuns, propósitos e promessas no caso do catolicismo. São formas de lutas que retiram o cidadão da passividade. Principalmente a partir do pentecostalismo, de acordo com Pinto (2017), a pobreza e suas mazelas, se não necessariamente possui origem demoníaca tem, no demônio e suas legiões, a fonte que alimenta e intensifica os efeitos deletérios de vidas marcadas pela falta de bens essenciais para a sobrevivência. Discursos como “Deus irá mudar, me entregar a vitória, mudar minha vida ou me tirar dessa situação” são rotineiros. É interessante que em tais casos a ligação com o lugar é confortada pelo discurso.

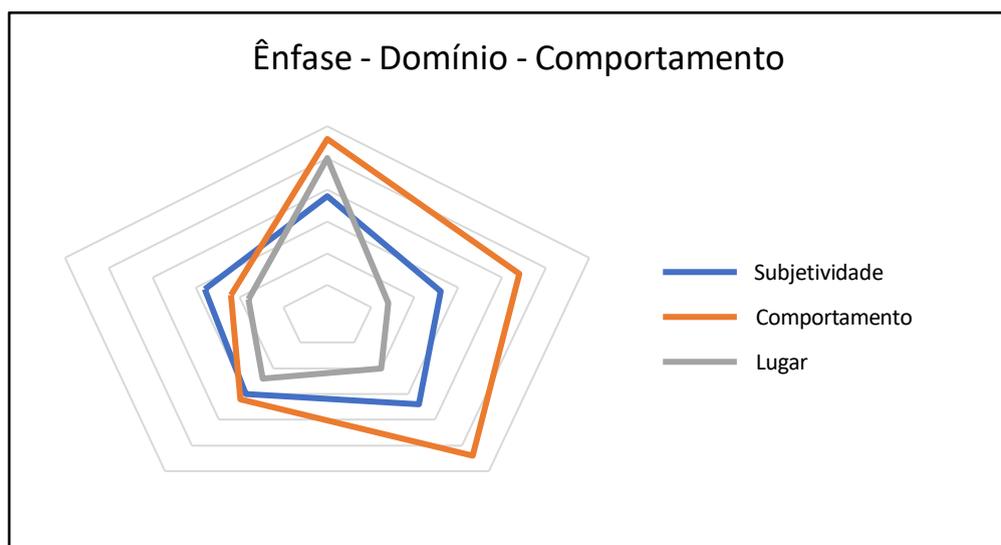
Já em discursos formativos, essa ênfase subjetiva notei em momentos em que buscou-se trabalhar entre os moradores a chamada consciência de classe; trata-se de um discurso muito presente entre algumas pessoas que se descrevem como mais politizadas, quer seja através de leituras, vídeos de internet, participação em organizações, coletivos ou até mesmo de cursos. Neste caso a mudança inicia-se a partir da identidade de classe; é o que faltaria para que uma ação se iniciasse. Essa lógica é inspirada no conceito de alienação de Marx, onde as pessoas não têm consciência de sua situação. Logo, a transformação se inicia com conscientização da presente alienação, o que conduziria a ação; reiterando minhas observações sobre o “discurso válido” (vide Introdução), a ideia é que a população precisa entender que há um mecanismo lógico que favorece a manutenção da situação vivenciada, perversa, a começar pelo capitalismo. Pode-se dizer que essa conscientização (subjetividade) se torna o foco para que ocorra uma luta (comportamento) que resulte em mudanças na região (lugar). A consciência de classe pode gerar atitudes comportamentais de mudança na região como o engajamento em lutas por melhorias.

No caso religioso a ênfase está em uma mudança de pensamento, crenças, valores, conhecimento (subjetividade) capaz de mudar comportamentos (conversão evangélica de mudança de hábitos), transformando assim a relação do sujeito com sua situação de moradia e de vida (lugar); neste caso, o local fica como um pano de fundo de ocorrências e de luta espiritual. A luta tende a torna-se mais subjetiva, no sentido de que a luta é travada na interioridade do sujeito, e as mudanças de comportamentos se constituem no resultado da efetiva conversão. As mudanças que podem ocorrer no lugar são vistas como resultado da mudança de comportamento e de atitude frente ao lugar e, sobretudo, da luta espiritual iniciada ou da vitória nela alcançada. Houve de forma predominante no passado (década de 60 e 70) discursos religiosos que focavam não nestes aspectos subjetivos e ligados a moralidade, mas na inserção em lutas sociais e políticas públicas de valorização da região; isso ocorreu principalmente nas comunidades eclesiais de bases, pertencentes a igreja católica e muito comum principalmente nas periferias, mas que hoje representam mais um registro histórico que uma realidade inserida nestes distritos. Nestes relatos encontra-se ainda consonância com os métodos psicanalíticos; a ligação com a família, as memórias, vivências e experiências de vida; os sonhos, traumas e desejos. Cada uma dessas vivências influenciou na força do domínio.

Contudo, há ainda outras considerações deste aspecto subjetivo passíveis de análise principalmente a partir do conceito de subjetividade de Arnold Engelmann; Entre estes é possível citar os aspectos teratológicos e a epigenética. Ao menos nestes dois casos, são mudanças no embrião ou nas células que influenciarão no crescimento das crianças ou dos descendentes. São mudanças que ocorrem “debaixo da pele” e que influenciarão também os

comportamentos. Creio ser possível aventar que o crescimento e desenvolvimento neste lugar precário poderá influenciar no desenvolvimento genético do indivíduo ou até mesmo das futuras gerações por meio da epigenética como tem revelado tantas investigações na área das Neurociências.

Figura 15 - Ênfase no comportamento



Houve também discursos e iniciativas onde a ênfase estava no comportamento. Contudo, mais do que os discursos, os moradores estão inseridos em algumas práticas que lhe resultam no ir e vir por exemplo; esses moradores precisam sair do distrito para trabalhar, passear ou para o desenvolvimento de projetos ou agenda pessoal. Preciso frisar que meu ponto de partida para comportamento se dá principalmente a partir das capacidades de circulação, de sair da região, de exploração. Este conceito está muito próximo do que Bolwby chamou de apego, ou seja, a relação entre exploração ambiental e retorno a segurança (apego). Gosto de citar como exemplo um projeto que trabalhei no ano de 2013 na região, denominado de Programa Jovens Urbanos- PJU. O foco do projeto era atender e acompanhar jovens de 15 a 21 anos que se reuniam 3 vezes por semana em uma ONG local. A ênfase do projeto era circulação pela cidade e debates realizados na sede da organização não governamental. Neste sentido, saíamos com esses jovens, sempre de transporte público (de modo a garantir a autonomia ao fim do projeto) e experienciando o que a cidade como um todo tem a oferecer – equipamentos culturais como museus, exposições, eventos, vivências em parques públicos, outros bairros e experiências em outros territórios. Com essa experimentação, eles eram convidados a debater sobre o que vivenciaram e comparar com a realidade do local de habitação. Em outras palavras, a pergunta

era: o que a circulação pela cidade despertou em você ao retornar para seu local de moradia? Ao fim do projeto, esses jovens foram acompanhados e estimulados a realizar uma intervenção no distrito de moradia com base no novo repertório obtido. Pode-se dizer que nesta ação o foco estava na circulação (comportamento) capaz de despertar a conscientização (subjetividade) que os convidasse ou sugerisse a, de forma prática, fazer algo pela região ou lutar para que o poder público desenvolvesse alterações no distrito e vizinhança de acordo com as necessidades da população (lugar);

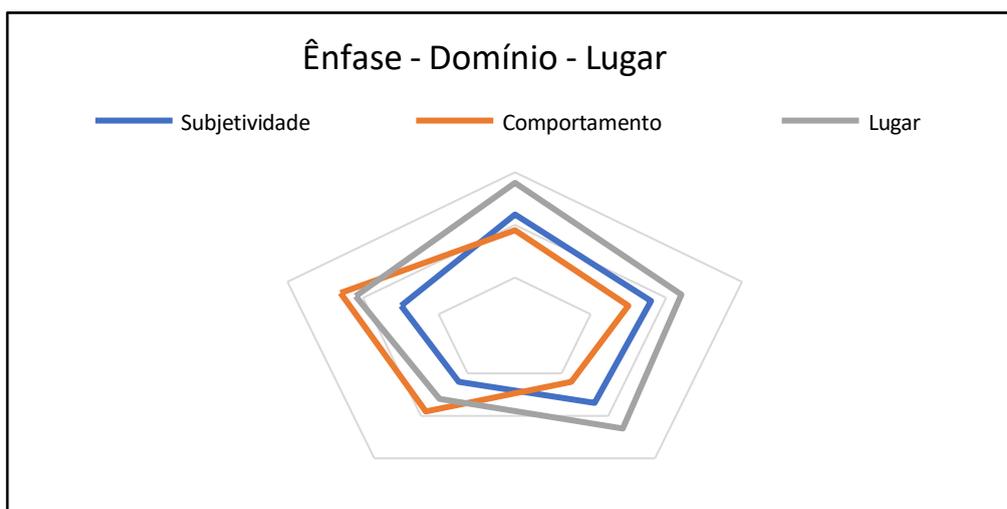
A ênfase comportamental notei entre aqueles que, não apenas através do programa jovens urbanos, mas de atividades cotidianas como trabalho, passeios etc. conhecem outros lugares, regiões e retornam para o distrito com sensações distintas. Em alguns, desencadeavam uma vontade de lutar por mudanças (o PJU tinha este ideal), mas em outros notei que essa “comparação” provocava uma frustração, um sentimento de impotência ou até mesmo de revolta. Neste último grupo foi onde percebi de modo mais evidente uma vontade de mudança do local de moradia, a vontade de morar em outro lugar com melhores condições. Entre os que circulavam pouco para fora da região, essa vontade não foi tão evidente.

É possível ainda inferir sobre os aspectos metacontingenciais e macrocontingenciais do comportamento dos moradores na região. O conceito de metacontingência proposto por Sigrid Glenn (1986) serviu para abordar a evolução pela seleção quando – nas linhagens o que evoluem já não são exatamente os atos recorrentes dos indivíduos, mas sim os comportamentos interligados mutuamente que funcionam como uma unidade integrada (Glenn, 2004). Já por macrocontingência, de acordo com Vichi e Tourinho (2011), entende-se a “relação entre uma prática cultural e a soma agregada das consequências dos macrocomportamentos que constituem a prática” (Glenn, 2004, p. 142). Em tais relações, a prática cultural é simplesmente a soma acumulada dos efeitos comportamentais de cada sujeito, podendo constituir um problema social. De acordo com Glenn, Malott et all (2016) ela é a relação entre

1) comportamento operante governado por contingência individual e/ou CCEs governados por metacontingências e 2) efeito cumulativo de significado social.

Em ambos os casos, os comportamentos observados pelos moradores sofrem influências dessas variáveis meta e macrocontingenciais que normalmente ficam à margem de qualquer avaliação que se faça no território.

Figura 16 - Ênfase no lugar



E, por fim, o domínio lugar. Nele, o foco está na mudança das características do lugar. Foi muito comum em discursos políticos na região que focam na chamada transformação local para melhoria da qualidade de vida. Normalmente, são respostas que vêm prontas, onde, implementadas, alterariam a condição de vida. Para uma das entrevistadas, essa é a justificativa por exemplo que ela utiliza para explicar o porquê vendeu o apartamento que ganhou e voltou a morar na região; com o valor da venda deixou a casa da forma como desejou, ampliou o tamanho e agora recebe filhos e netos frequentemente, com alguns até passando a morar junto a ela; as inundações não a preocupam pois podem ser sanadas, desde que a comunidade lute e pressione o governo para que o faça. As mudanças no local são vistas como possíveis e normalmente há um grupo político que realiza o patrocínio da ideia em busca de apoio.

Há ainda um dado importante com relação ao lugar que é justamente quando ele se impõe. Quer seja por meio das inundações, de ações violentas no distrito, ou das dificuldades que pode se encontrar em apenas mencionar que se é morador da região devido aos rótulos e estigmas sociais colocados. Em cada um desses casos, a ênfase inicia-se a partir do lugar. É interessante que neste domínio há uma possibilidade de não participação. Alguém pode estar trabalhando na alteração do local sem qualquer participação do morador; de qualquer forma, essa alteração uma vez realizada poderá influenciar a forma como este mesmo morador vivencia o local.

Um exemplo disso foi a instalação do parque linear Várzeas do Tietê na região. Foi discutido entre algumas lideranças locais. Mas, essas lideranças formam distintos grupos de pertencimento que na maior parte do tempo não interagem e corresponde a um número relativamente pequeno de moradores se comparado ao tamanho da região. Contudo, mesmo com a instalação do parque, muitos moradores (para não dizer a maioria) sequer participaram das

discussões, e ainda assim o parque foi instalado. Para alguns a instalação foi boa pois simbolizou a chegada do primeiro parque público de todo o distrito; para outros foi um desagrado, pois trouxe um movimento que antes não havia em uma região que era caracterizada como tranquila (deve-se ao aumento da intensidade de movimentação veicular).

Dentro da dimensionalidade do lugar podemos englobar ainda as características das ruas, das casas, da vegetação ou a sua ausência; cabe ainda a qualidade de suas águas, limpeza etc.; o lugar, o território, a paisagem, ambos, anteriores ao sujeito na região.

Seja como for, as alterações ocorridas no lugar, favorecem as alterações subjetivas e comportamentais. Frente a uma enchente, a opção mais comum é fugir até que a água baixe; diante a violência, a opção pode ser trancar a porta de casa e sentir medo, até que a situação se acalme. A fala de um político que promete mudanças na região pode conduzir a esperança e isso alimentar o desejo do morador em continuar na região.

É possível dizer com certa segurança de que há uma escassa atenção por parte do poder público com relação a região, desde a limpeza das ruas, a manutenção dos espaços e cuidados de zeladoria além da ausência de equipamentos públicos. Ao mesmo tempo, os moradores acusam-se de não cuidado da região por jogar lixo nas ruas, nos rios, além de acúmulo de entulhos etc.. A falta de cuidado para com a região, por parte do poder público e também dos moradores e comerciantes exercem uma espécie de naturalização e não responsabilização pelo lugar. A terra comum deixa de ser cuidada, ficando a mercê dos interesses diversos. Essa marca deletéria deixada sobre a terra tem se banalizado; ela não assombra e termina por se naturalizar entre os que ali residem. Difícil imaginar que isso seja um fator neutro na compreensão sobre o apego ao lugar.

Referências

ALVES, R. B. Lar doce lar. Apego ao lugar em áreas de risco diante de desastres naturais. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de filosofia e ciências humanas. Programa de Pós-graduação em Psicologia. 2014.

ALVES, R.B.. Escala de apego à moradia em área de risco: evidências de validade e precisão. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Orientador: Ariane Kuhnen; coorientador: Roberto Moraes Cruz), Florianópolis, 2018

ALVES, R.B.; Kuhnen, A.; CRUZ, R. M. Escala de apego à moradia em área de risco: construção e evidências baseadas no conteúdo. **Saúde em Debate** [online]. 2019, v. 43, n. spe3 [Acessado 14 Dezembro 2021] , pp. 137-151. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042019S310>>. Epub 13 Jan 2020. ISSN 2358-2898.

<https://doi.org/10.1590/0103-11042019S310>.

AINSWORTR, M. D. S.; BLHEHAR, M.C.;WATERS,;WALL, S. Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation. **Lawrence Erlbaum**. 1978. Disponível em <https://psycnet.apa.org/record/1980-50809-000>. Acesso em 04/11/2021.

AINSWORTH, M. D. S. John Bowlby (1907–1990): Obituary. *American Psychologist*, 47(5), 668. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.47.5.668>. 1992.

ARENDRT, H. A Condição Humana. São Paulo: Editora Forense-Universitária, 10ª edição, 2007.
Bartholomew, K.; Horowitz, L. M. Attachment styles among young adults: A test of a four-category model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61(2), 226–244. 1991.
<https://doi.org/10.1037/0022-3514.61.2.226>

ARISTÓTOLES. Física. Livro IV. Aubiblio. São Paulo, 2001.

BAIA, F; BIANCO, A, B, C.; LEMES, I. G.; SILVA, P.F. Metacontingências: investigação experimental da seleção cultural. In book: Experimentos Clássicos em Análise do Comportamento, Cap. XVI, p.254-271, Editora: Instituto Walden. 2016. Disponível em file:///C:/Users/adria_4x2jy5n/Downloads/Artigo_Baia_Cultura_Metacontingencias.pdf. Acesso em: 04/10/2021.

BANDURA, A. **Modificação do Comportamento**. Interamericana. Rio de Janeiro, 1979.

BANDURA, A. Representing personal determinants in causal structures. *Psychological Review*, V. 91, n.4, p. 508-511, Jul. 1984. DOI: <https://doi.org/10.1037/0033-295X.91.4.508>

BANDURA, A. Self-efficacy determinants of anticipated fears and calamities. **Journal of Personality and Social Psychology**. V. 45, n. 2, p. 464–469. 1983. DOI: <https://doi.org/10.1037/0022-3514.45.2.464>

BANDURA, A. **The evolution of social cognitive theory**. In: Smith, K.G.; Hitt, M. A. great minds in management (Eds). Oxford. 2005.

BANDURA, A. the Evolution of social cognitive theory. In: smith, K. G.; Hitt, M. A. Great minds in management. **Oxford University Press**, 2005. p. 9-35.

BANDURA, A. Toward a Psychology of Human Agency: Pathways and Reflections. **Perspect Psychol Sci.** v. 13, n. 2, p. 130 – 136. Março. 2018. Doi:10.1177/1745691617699280.

BANDURA, A. Applying Theory for Human Betterment. **Perspect Psychol Sci.** v.14, n. 1, p.12-15. Janeiro. 2019. Doi:10.1177/1745691618815165.

BANDURA, A.; HUSTON, A. C. Identification as a process of incidental learning. **The Journal of Abnormal and Social Psychology**, v. 45, n. 2, p. 311–318.1961. DOI: <https://doi-org.ez67.periodicos.capes.gov.br/10.1037/h0040351>.

BANDURA, A. ROSS, D. ROSSI, S.; Transmission of aggression through imitation of aggressive model. **Journal of Abnormal and Social P&ychoh.** v. 63, n. 3, p. 575-582. 1961.

BARTHOLOMEW, K.; HOROWITZ, L. M Attachment styles among young adults: a test of a four-category model. **J Pers Soc Psychol.** 1991 Aug;61(2) P. 226-44. doi: 10.1037//0022- 3514.61.2.226. Disponível em <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/1920064/>. Acessado em: 04/10/2021.

BERQUE, A. **Lieu.** 2003. Disponível em <https://www.espacetemps.net/en/articles/lieu-def1/>. Acessado 10/04/2021.

BERQUE, A. **A Chôra em Platão.** Inn: Filosofia e arquitetura da paisagem. In: SERRÃO, A. (ORG). Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. 2012.

BOWLBY, J. Forty-four juvenile thieves: their characters and home-life. **The International Journal of Psychoanalysis**, 25, 19–53. 1944. Disponível em <https://psycnet.apa.org/record/1945-00751-001>. Acessado em 14/10/2021.

BOWLBY, J. The nature of the child's tie to his mother. **International Journal of Psychoanalysis**, 39, 350-373.1958.

BOWLBY, J. The making and breaking of affectional bonds: I. Aetiology and psychopathology in the light of attachment theory. **The British Journal of Psychiatry**, 130, 201–210. 1977. <https://doi.org/10.1192/bjp.130.3.201>. Disponível em <https://psycnet.apa.org/record/1978- 01187-001>. Acessado em 11/11/2021.

BOWLBY, J. Psychoanalysis as a natural science. **Psychoanalytic Psychology**, 1(1), 7–21. 1984. <https://doi.org/10.1037/0736-9735.1.1.7>.

BOWLBY, J. **Uma base segura.: aplicações clínicas da teoria do apego.** editora artes Médicas, Porto Alegre, 1989.

BOWLBY, J. **Apego e perda.** Tradução: Álvaro Cabral. 3º edição. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BOWLBY, J. **Apego e perda: perda, tristeza e depressão.** Tradução: Walternsir Dutra. 3º edição. São Paulo. Martins Fonte, 2004.

BOWLBY, J. **Apego e perda: separação, angústia e raiva.** Tradução: Leônidas H. B. Hegenberg, Octanny S. da Mota, Mauro Hegenberg. 4º ed. São Paulo. Martins Fontes, 2004.

BOWLBY, J. **Formação e rompimentos dos laços afetivos.** Tradução: Alvaro Cabral. 4º edição. São Paulo. Martins Fontes, 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em [IBGE | Censo 2010](https://www.ibge.gov.br/censo-2010). Acessado em 20/10/2023.

BONAIUTO, M.; FORNARA, F.;BONNES, M. Indexes of perceived residential environment quality and neighbourhood attachment in urban environments: A confirmation study on the city of Rome. **Landscape and Urban Planning.** 65. 41-52. 20023. D.O.I. 10.1016/S0169-2046(02)00236-0.

BREYMAN, H.; MONTENEGRO, E. (2019). Validation of a scale to measure perceived residential environment quality in a Latin American setting / Validación de una escala para medir la percepción de la calidad del entorno residencial en un contexto latinoamericano. *Psycology*. 10. 1-40. 2019. 10.1080/21711976.2019.1579471.

CAVALCANTE, A.P.C; KIRA, E.; AUBIN, E.C.Q.; SAËTA, V.C. **Relatório de análise estatística sobre o projeto: “Ethos contemporâneo e apego ao lugar”**. São Paulo, IME-USP, 2023. (RAE-CEA-23P06)

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.
Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072004000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 dez. 2021.

COLLINS, N. L; READ, S. J. Adult attachment, working models, and relationship quality in dating couples. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58(4), 644–663. 1990. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.58.4.644>

CUSTODIO, Christiane Teodoro; HIRATA, Elaine Farias Veloso. **Khóra e Ásty nas pólis gregas do Ocidente: o caso de Selinonte**. 2012. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-16052012-150014/>>

DAVIS, W; WALLBRIDGE, D. **Limite e espaço**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2019.

DELGADO, O. A. Estado actual de la teoría del apego. **Revista de Psiquiatria y Psicología del Niño y del Adolescente**. n.4, p.65-81, 2004. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/257921423_Estado_actual_de_la_teoría_del_ap_ego. Acessado em 03/10/2021.

ENGELMANN, A. Da conceituação de Estado Subjetivo até a proposição dos escalões de percepto. **Psicologia: reflexão e crítica**, 2002, 15 (2), pp. 393-405.

FERNANDEZ, A. M.; DUFEY, M.. Adaptation of Collins' revised adult attachment dimensional scale to the Chilean context. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 28, n. 2, p. 242–252, jan. 2015.

FIGUEIREDO, L. C. M.. Pessoas, Sujeito, Meros Indivíduos. Desencontros e passagens no Brasil contemporâneo. In: Figueiredo, L.C. **Modos de Subjetivação no Brasil e Outros Ensaio**. São Paulo. Educ/Escuta. 1995.

FELIPPE, M. L.; KUHNEN, A. O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 29, n. 4, p. 609-617, dez. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2012000400015&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2012000400015>.

FRALEY, R. C.; SHAVER, P. R. Adult Romantic Attachment: theoretical developments, emerging controversies, and unanswered question. **Review Of General Psychology**, v.4, p. 132-154, 2000. <https://doi.org/10.1037/1089-2680.4.2.132>. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/10.1037/1089-2680.4.2.132>. Acessado em: 04/10/2021.

FLORENZANO, M. B. B. A organização da khóra na Sicília grega sul-oriental: Siracusa diante de sua hinterlândia (733 -598 a.C.). **Cadernos do Lepaarq**. v. 15, n. 29. Pelotas. 2018. Doi: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.15210/LEPAARQ.V15I29.11507](http://dx.doi.org/10.15210/LEPAARQ.V15I29.11507).

FRIED, M. **Grieving for a lost home: psychology cost of relocation**. Inn: Urban renewal: the record

and controversy. The M.I.T press. Cambridge. 1968.

FRIED, M. The Structure and Significance of Community Satisfaction. **Population and Environment**, 7(2), 61–86. 1984. <http://www.jstor.org/stable/27503018>.

FRIED, M. Continuities and discontinuities of place. **Journal of Environmental Psychology**, Volume 20, Issue 3, Pages 193-205, ISSN 0272-4944. 2000. <https://doi.org/10.1006/jevp.1999.0154>. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0272494499901548>.

FULGENCIO, L. Aspectos gerais da redescritção winnicottiana dos conceitos fundamentais da psicanálise freudiana. **Psicologia USP**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 99-125, 2010. DOI: 10.1590/S0103-65642010000100006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicosp/article/view/42037>. Acesso em: 23 jan. 2022.

FULGENCIO, L. Ampliação winnicottiana da noção freudiana de inconsciente. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 143-164, Apr. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642013000100008&lng=en&nrm=iso>. access on 27 June 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642013000100008>.

GEORGE, C.; KAPLAN, N.; MAIN, M. Adult Attachment Interview. Unpublished manuscript, Berkeley, CA: University of California. 1985.

GIULIANI, M. V. Toward an analysis of Mental Representations of Attachment to the Home. **The Journal of architectural and planning research**. Vol. 8. Pp. 133-146. 1991.

GIULIANI, M. V. **Theory of attachment and place attachment**. In M. Bonnes, T. Lee, and M. Bonaiuto(Eds.), *Psychocological theories for environmental issues*. Aldersshot: Ashgate. 2003.

GLENN, S. S. Individual behavior, culture, and social change. *The Behavior Analyst*, 27, 133-15. 2004.

GLENN, S.S., MALOTT, M.E., ANDERY, M.A.P.A. *et al.* Toward Consistent Terminology in a Behaviorist Approach to Cultural Analysis. *Behav. Soc. Iss.* **25**, 11–27 (2016). <https://doi.org/10.5210/bsi.v25i0.6634>

GOLSE, B. **O desenvolvimento afetivo e intelectual da criança**. Porto Alegre: Artes Médicas. São Paulo, 1998.

HAZAN, C; SHAVER, P. A Biased Overview of the study of love. *Journal of Personality and Social Psychology*, 5 (473-591), 1988.

HAZAN, C; SHAVER, P. Romantic love conceptualized as an attachment process. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52(3), 511–524, 1987. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.52.3.511>.

HIDALGO, M. C. Estilos de Apego ao Lugar. Medio Ambiente y Comportamiento Humano. **Revista Internacional de Psicología Ambiental**, ISSN 1576-6462, Vol. 1, N°. 1, 2000, págs. 57-73

HIDALGO, M. C; Hernandez, B. Place attachment: conceptual and empirical questions. **Journal of environmental psychology**. v.21, n. 3, p. 273-281. Setembro. 2001. Doi: 10.1006/jevp.2001.0221.

HIDALGO, M. C. Operationalization of Place Attachment: a consensus proposal. **Estudios de Psicología**. v. 34, n.3, p. 251-259. Julho. 2013. DOI: 10.1174/021093913808295190.

HERNANDEZ, B.; HIDALGO, M. C.; SALAZAR-LAPLACE, M. E; HESS, S. Place Attachment and Place Identity in Natives and Non-natives. **Journal of Environmental Psychology**, 27, 310-319. 2007.

HERNANDEZ, B.; HIDALGO, M. C.; RUIZ, C. Theoretical and methodological aspects of research on place attachment. In: MANZO, L.C, WRIGTH, P. D. (Orgs). **Place attachment, advances in theory, methods and applications**. ed. Manzo. Routledge Taylor & francis Group. 2014.

LEWICKA, M. Place Attachment: How Far have We Come in the Last 40 Years? *Journal of Environmental Psychology - J ENVIRON PSYCHOL*. v. 31, p.207-230. 2011. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/251545343_Place_Attachment_How_Far_have_We_Come_in_the_Last_40_Years/citation/download. Acesso em 04/11/2021.

LOW, S. ALTMAN, L. **Place attachment: a conceptual inquiry**. In Altman, I., & Low, S (eds). *Place attachment* (pp.1-12). Plenum Press. New York, 1992.

LOPARIC, Z. Esboço do paradigma winnicottiano. **Cadernos de história e filosofia da ciência**, v. 11, n. 2, pp. 7-58. 2001.

MADALEINE, D; WALLBRIDGE, D. **Limite e espaço. Uma introdução a obra de Winnicott**. Editora Imago. Rio de Janeiro. 1982.

MAGNAVITA, P. R. **O lugar da diferença**. 2003. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/1370/1/3233-7523-1-PB.pdf>. Acesso em 10/10/2021.

MAIN M. The organized categories of infant, child, and adult attachment: flexible vs. inflexible attention under attachment-related stress. **J Am Psychoanal Assoc**. v 48(4): p. 1055-96; 2000. doi: 10.1177/00030651000480041801. Disponível em <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/11212183/>. Acessado em: 04/11/2021.

MAIN, M.; HESSE, E. Parents' unresolved traumatic experiences are related to infant disorganized attachment status: Is frightened and/or frightening parental behavior the linking mechanism? In M. T. **Greenberg, D. Cicchetti, & E. M. Cummings** (Eds.), *Attachment in the preschool years: Theory, research, and intervention* (pp. 161–182). 1990. The University of Chicago Press.

MAIN,, M., MORGAN, H. Disorganization and disorientation in infant strange situation behavior: Phenotypic resemblance to dissociative states. In L. K. Michelson & W. J. Ray (Eds.), **Handbook of dissociation: Theoretical, empirical, and clinical perspectives** (pp.107–138). 1996. Plenum Press. https://doi.org/10.1007/978-1-4899-0310-5_6. Disponível em <https://psycnet.apa.org/record/1996-97582-006>. Acessado em: 04/11/2021.

MANZO, L.C, WRIGTH, P. D. (Orgs). **Place attachment, advances in theory, methods and applications**. ed. Manzo. Routledge Taylor & francis Group. 2014.

MARTINEZ, C.; SANTELICES, M. P.. Evaluación del Apego en el Adulto: Una Revisión. **Psykhé**, Santiago, v. 14, n. 1, p. 181-191, mayo 2005. Disponível em http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22282005000100014&lng=es&nrm=iso. acessado em 10 enero 2022. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-22282005000100014>.

MEU MALVADO FAVORITO 2. Direção: Pierre Coffin, Chris Renaud. Produção: Illumination Entertainment. Distribuição: Universal Studios. Estados Unidos, 2010.

- MEIHY, J.C.S.B.; HOLANDA, F. História Oral. Como Pensar, como fazer. São Paulo: Contexto, 2007
- MESQUITA, A. P. O lugar como categoria ontológica em Platão. Ao encontro de uma menosprezada utopia platônica. In: SILVA, M. F. (org). **Utopias e Distopias**. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2009.
- MIHAYLO, N.; PERKINS, D. D. Community place attachment and its role in social capital development. In: MANZO, L.C, WRIGTH, P. D. (Orgs). **Place attachment, advances in theory, methods and applications**. ed. Manzo. Routledge Taylor & francis Group. 2014.
- MORGAN, P. Towards a Developmental Theory of Place Attachment. *Journal of Environmental Psychology*. p.1-12. 2009. Disponível https://www.researchgate.net/publication/222246966_Towards_a_Developmental_Theory_of_Place_Attachment. Acessado em 07/11/2021.
- PREZZA, M.; PACILLI, M. G.; BARBARANELLI, C.; ZAMPATTI, E. The MTSOCS: A multidimensional sense of community scale for local communities. *Journal of Community Psychology*, 37(3), 305–326. 2009. <https://doi.org/10.1002/jcop.20297>.
- PLATÃO. **As grandes obras**. Trad. Nunes, C. A.; Souza, M. L.; Santos A. M. Mimética. 2019. Ebook.
- RIBEIRO, S. M. P. **Lições preliminares para o estudo do ethos humano contemporâneo**. 2018. Tese (Livre Docência em Psicologia Social dos fenômenos histórico-culturais específicos) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.47.2019.tde-05042019-100757. Acesso em 10/01/2021.
- RIBEIRO, S. M. P.; BARTALINI, V. Considerações sobre a gravidade ética e a política da paisagem e de suas transformações. In: **Ethos humano e mundo contemporâneo: diálogos e estudos**. Volume 1. Patricio, S. (org). Ed. Baroca. São Paulo, 2019; pp. 38:74
- RIBEIRO, S. M. P.; TASSARA, E.T.O.. Considerações sobre o estudo das multidões urbanas nos tempos atuais. In: RIBEIRO, Sandra Maria Patricio (org.), **Ethos humano e mundo contemporâneo: diálogos e estudos** Volume 1. Patricio, S. (org). Ed. Baroca. São Paulo, 2019; pp. 76:112
- MARANS, R. W. Quality of Urban Life Studies: An Overview and Implications for Environment-Behaviour Research, *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, Volume 35, 2012, Pages 9-22, ISSN 1877-0428, <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2012.02.058>.
- NUNES, L. J. D. L. Um estudo introdutório dos aspectos psicossociais da artificialização das inteligências. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/D.47.2021.tde-21122021-120511. Acesso em: 2024-05-30.
- SAFRA, G. **A Face Estética do Self. Teoria e clínica**. 9ª edição. Editora Ideias & Letras. São Paulo, 2017.
- SAFRA, G. **A Po-ética na clínica contemporânea**. Editora Ideias e Letras. São Paulo, 2017.
- SANTOS, M. **Da paisagem ao espaço**. Palestra. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). 1995. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=juUkCzFTO5U>. acessado em: 10/12/2021.
- SÃO PAULO. Mapa Digital da Cidade de São Paulo. Disponível em : [Sistema de Consulta do Mapa Digital da Cidade de São Paulo](https://www.prefeitura.sp.gov.br) : ([prefeitura.sp.gov.br](https://www.prefeitura.sp.gov.br)). acessado em 05/11/2023.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Disponível em [Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio \(SASF\) | Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social | Prefeitura da Cidade de São Paulo](#). Acessado em 05/11/2023.

SEAMON, D. Place Attachment and Phenomenology: The Synergistic Dynamism of Place. In: MANZO, L.C, WRIGTH, P. D. (Orgs). **Place attachment, advances in theory, methods and applications**. ed. Manzo. Routledge Taylor & francis Group. 2014.

SCANNELL, L.; GIFFORD, R. Defining Place Attachment: A Tripartite Organizing Framework. **Journal of Environmental Psychology**, 30, 1-10. 2010. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2009.09.006>

SCANNELL, L.; GIFFORD, R. Comparing the theories of interpersonal and palce attachament. (ed. Manzo, L. C. & Wriqth, P. D. **Place attachment, advances in theory, methods and applications**. Routledge Taylor & francis Group. 2014

SHAVER, P. R.; HAZAN, R. Romantic Love Conceptualized as na Attachment Process. **Journal of Personality and Social Psychology**, 52(3), p. 511–524. 1987. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.52.3.511>. Disponível em <https://psycnet.apa.org/record/1987-21950-001>. Acesso em: 03/10/2021.

SHAVER, P. R.; HAZAN, R. A biased overview of the study of love. **Journal Of Social And Personal Relationships**. p. 473-501, 1988. Doi 10.1177/0265407588054005. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0265407588054005>. Acesso em: 03/10/2021.

SPITZ, R. A.; WOLF, K. M. **Grief, a Peril in Infacy**. Psychoanalytic Research project on Problems of Infancy. [New York, NY] : The Researchproject, [1947]. Disponível em [\[Grief, a peril in infancy\]: a film - Digital Collections - National Library of Medicine \(nih.gov\)](#).

SKINNER. **Ciência e Comportamento Humano**. Brasília: Ed. UnB/ FUNBEC, (1953), 1970.

STERN, D. **O mundo interpessoal do bebê**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

TARTAGLIA, S. A preliminary study for a new model of Sense of Community. **JO - Journal of Community Psychology**. v.34, p.25-36. 2006. DOI. 10.1002/jcop.20081. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/230060271_A_preliminary_study_for_a_new_model_of_Sense_of_Community. Acesso: 04/11/2021.

TODOROV, J. C. Contingências de seleção cultural. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, v. 8, p. 95-105, 2012

TUAN, Y. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiencia**. tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VICHI, C.; TOURINHO, E, Z.. Consequências culturais x consequências comportamentais na literatura experimental de pequenos grupos. *acta comportamental*Vol. 20, núm. 2 pp. 201-215, 2011.

WEISS, R. S. In the attachment system of adults a development of Bowlby´s attachnebt system of childhood? **Jstor**. p.65-67.1994. Disponível em https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1207/s15327965pli0501_14. Acessado em :04/11/2021.

WINNICOTT, D. W. **O Brincar e a realidade**. Editora Imago, Rio de Janeiro, 1975. WINNICOTT, D. W. **Privação e Delinquência**. Editora Martins Fontes. São Paulo. 1999.

Anexo 2. Escala de Apego ao Lugar (EAL)

Queremos entender sua relação com o lugar que você mora! Responda as perguntas conforme a instrução oferecida! Não existe resposta certa ou errada. Responda da forma e modo em que acredita que mais se identifica com você.

		Nada	Pouco	Mais ou menos	Bastante	Muito	Muitissimo
1	Eu gosto de viver neste bairro						
2	Me sinto apegado(a) a este bairro						
3	Eu lamentaria ter que mudar para outro bairro						
4	Quando estou fora do bairro, tenho vontade de voltar						
5	Neste bairro me sinto como em minha casa						
6	Quando estou fora, tenho saudade deste bairro						
7	Este é o meu bairro favorito para viver						
8	Quanto estou longe, me sinto alegre ao voltar						
9	Me sinto identificado (a) com este bairro						
10	Este bairro forma parte da minha identidade						
11	Sinto que pertença a este bairro						
12	Sinto que sou deste bairro						

Anexo 3. Escala de Apego à Moradias em Áreas de Risco (EAMAR)

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
	1	2	3	4	5
1. Minha casa é meu porto seguro.					
2. Considero frágil a estrutura física da minha casa. (ITEM					
3. Me sinto parte dessa comunidade.					
4. As pessoas que são importantes pra mim moram nesse bairro.					
5. É meu destino morar nessa casa.					
6. A temperatura dentro da minha casa é agradável.					
7. Sinto falta da minha casa quando estou longe					
8. As pessoas que moram comigo acreditam que devemos ficar					
9. Quando saio de casa quero voltar o mais rápido possível					
10. Eu sofreria muito se tivesse que sair da minha casa					
11. A maioria das pessoas que conheço moram nesse bairro.					
12. Meus familiares moram perto da minha casa.					
13. Me sinto seguro morando nessa casa por acreditar que não					
14. Me sinto feliz em morar nessa casa.					
15. Me sinto satisfeito em morar nessa casa.					
16. Tenho orgulho por ter ajudado a construir essa casa.					
17. Se tivesse que me mudar seria difícil para eu me acostumar.					
18. Tenho espaço em minha casa para receber visitas.					
19. Gosto da aparência física da minha casa.					
20. Me identifico com as pessoas que moram nesse bairro.					

Anexo 4 - Relatório de análise estatística sobre o projeto: “Ethos contemporâneo e apego ao lugar”

Ethos Contemporâneo e Apego ao Lugar

Pesquisador:

Adriano Francisco de Oliveira (IP-USP)

Orientadora:

Sandra Ribeiro Patrício (IP-USP)

Alunas responsáveis pela análise:

Ana Paula Lopes Cavalcante
Verena Christian Saêta

Orientadoras da análise:

Elisabeti Kira
Elisete da Conceição Quintaneiro Aubin

Índice

1. Objetivos
2. Conceito de apego adulto e apego ao lugar
3. Recapitulação dos resultados anteriores
4. Conceito de apego a moradia de risco
5. Amostra e variáveis utilizadas
6. Análise estatística
7. Conclusões

Objetivos

- Avaliar se há associação entre apego adulto e apego ao lugar
- Validar a Escala de Apego a Moradia de Risco
- Estudar o apego ao lugar de moradores instalados em locais de risco
- Avaliar se há associação entre apego adulto e apego à moradia de risco
- Avaliar se há associação entre apego ao lugar e apego à moradia de risco

Apego adulto

Escala de Apego Adulto dividido em 3 domínios:

- **Ansiedade**
- **Dependência**
- **Proximidade**

Dependendo dos escores de cada domínio, o apego se classifica em 3 grupos:

- **Seguro**
- **Evitativo**
- **Ansioso**

Referência: Collins (1996), Bowlby (1982, 1973, 1980), Ainsworth et al. (1978)

Apego ao lugar

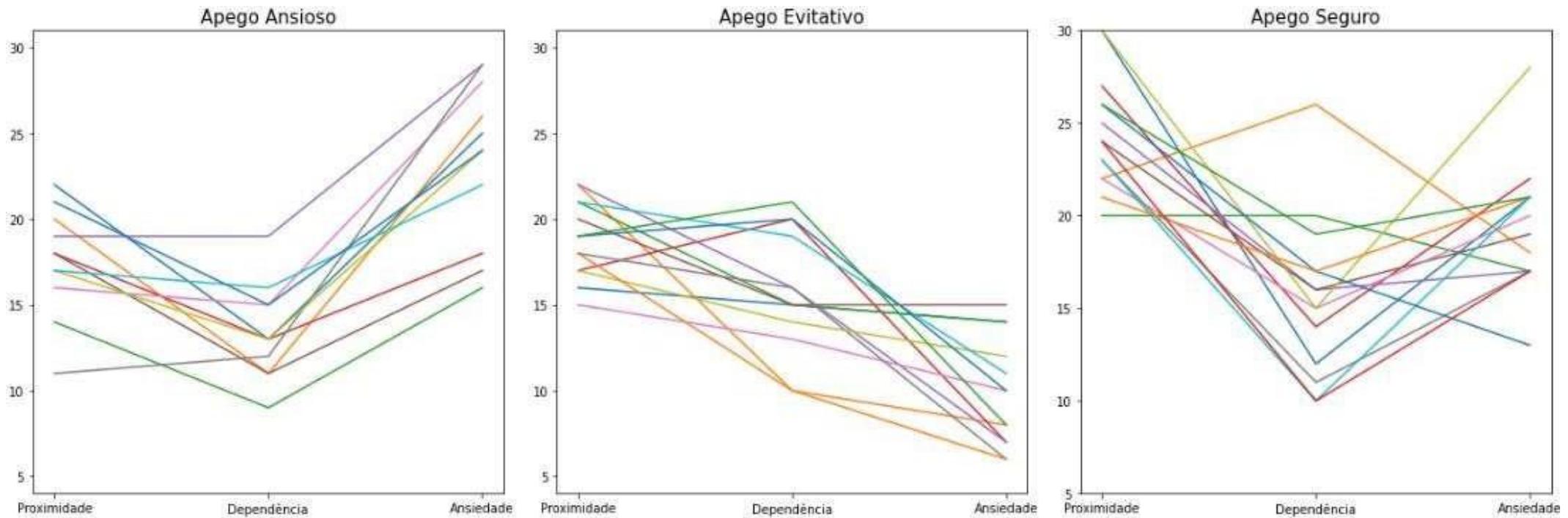
Escala de apego ao lugar
dividido em 2 domínios:

- **Apego**
- **Identidade**

Referência: Hernández, Hidalgo, Salazar-Laplace
& Hess (2007)

Apego Adulto

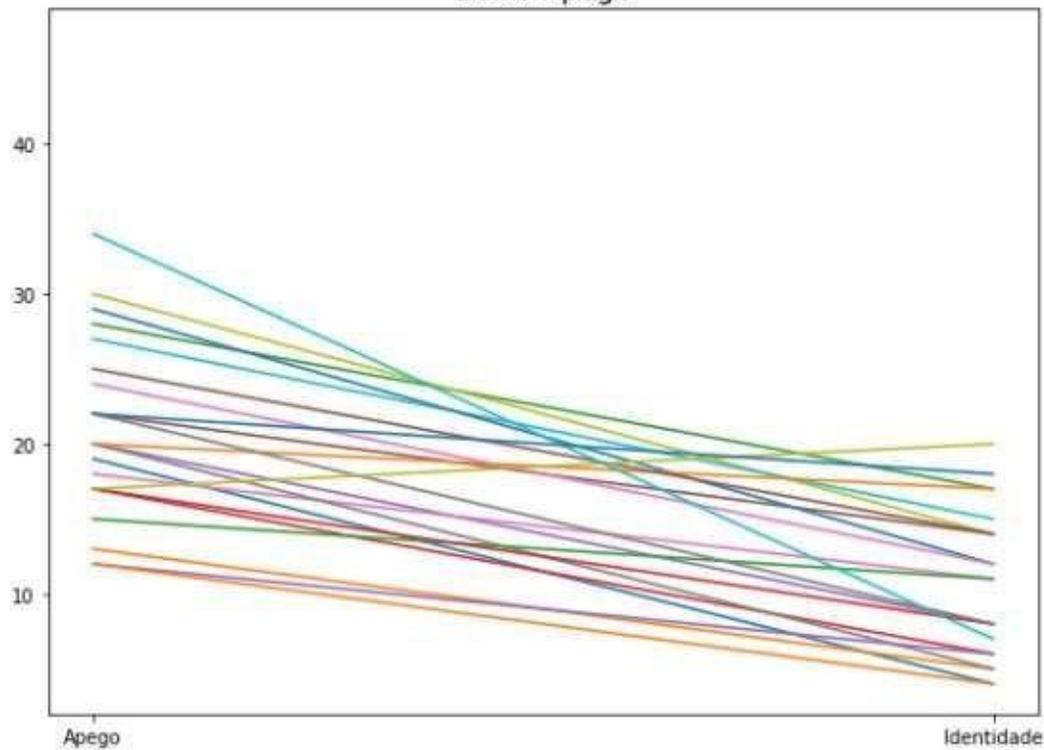
Divisão da amostra em 3 grupos principais para o Apego Adulto



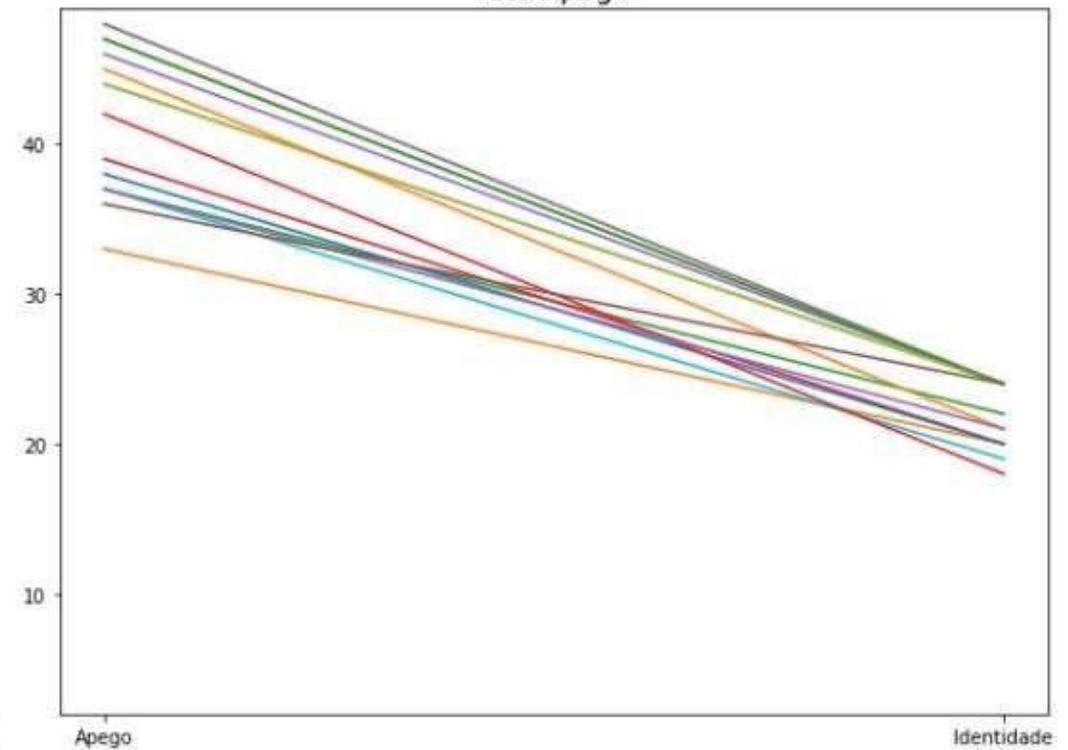
Apego ao Lugar

Divisão da amostra em 2 grupos principais para o Apego ao Lugar

Baixo Apego



Alto Apego



Análise de Independência

Relação entre Apego Adulto e Apego ao Lugar

Apego ao Lugar	Apego Adulto			Totais
	Seguro	Evitativo	Ansioso	
Baixo	9	8	5	22
Alto	7	6	3	16
Totais	16	14	8	38

Resultado do Teste Exato de Fisher: p -valor = 1

Conclusão: não há relação entre apego adulto e apego ao lugar

Comparação de Grupos

Relação entre Apego Adulto e Apego ao Lugar

Domínios de Apego ao Lugar	Apego Adulto		
	Seguro	Evitativo	Ansioso
Apego	29,2 (14,5)	32 (9,15)	27 (10,2)
Identidade	14,6 (7,87)	16,9 (5,97)	15 (6,93)

Resultados do Teste de Kruskal-Wallis:

- Apego ao lugar: p -valor = 0,51
- Identidade ao lugar: p -valor = 0,76

Conclusão: não existe diferença entre os escores médios dos grupos para Apego e para Identidade

Relação entre Apego Adulto e Realocação habitacional

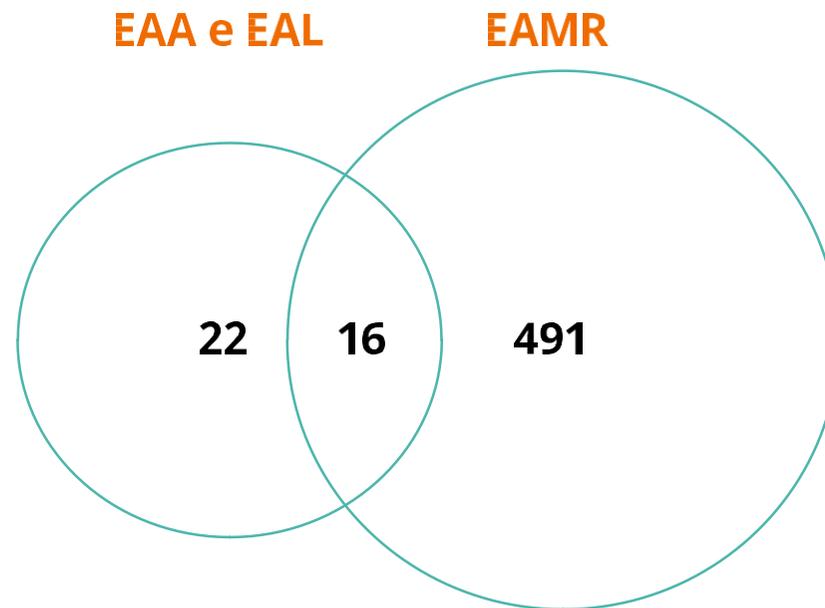
Realocação habitacional	Apego Adulto		
	Seguro	Evitativo	Ansioso
Não foi oferecida	2	1	2
Foi oferecida, mas não aceitou	2	2	1
Foi oferecida, aceitou e retornou	1	3	1
Foi oferecida, aceitou e não retornou	2	2	1

Apego à Moradia de Risco

Escala de Apego à Moradia de Risco em desenvolvimento
(Alves et al, 2019)

Apego à Moradia de Risco

- O questionário de Apego à Moradia de Risco (EAMR) foi respondido exclusivamente por 491 pessoas
- Dentre os respondentes dos questionários de apego adulto (EAA) e apego ao lugar (EAL), apenas 16 deles também responderam o questionário de apego à moradia de risco (EAMR)



Apego à Moradia de Risco

Os dados de apego à moradia de risco foram obtidos através da aplicação de um questionário na amostra de 491 pessoas.

Escala de Apego à Moradia de Risco (EAMR)

Escala das respostas: 1 a 5 (likert)

Total de questões: 20

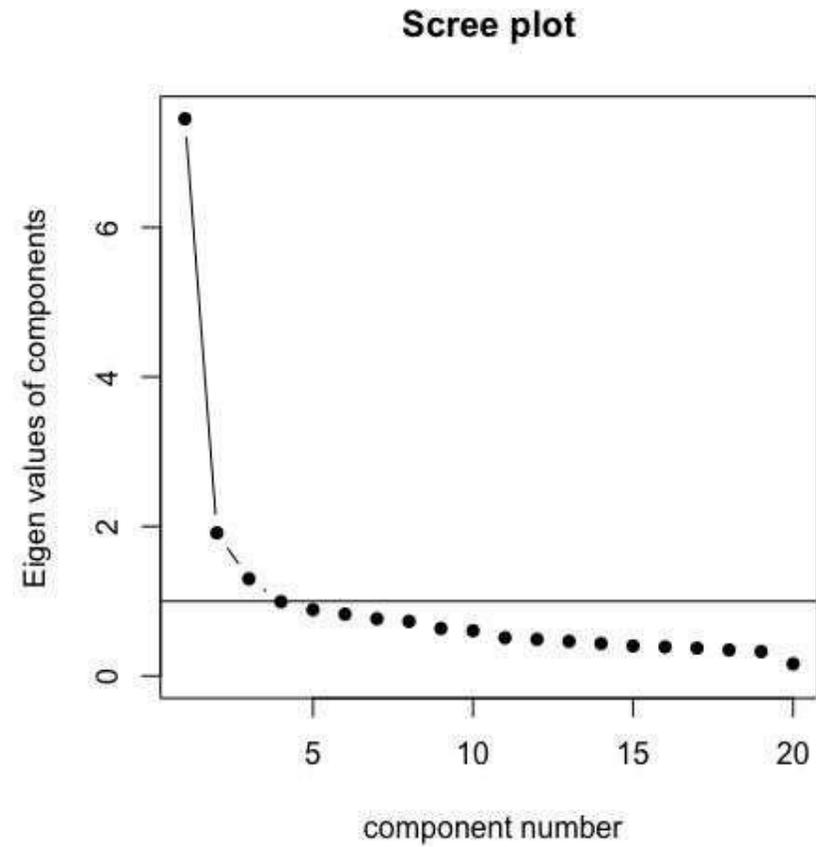
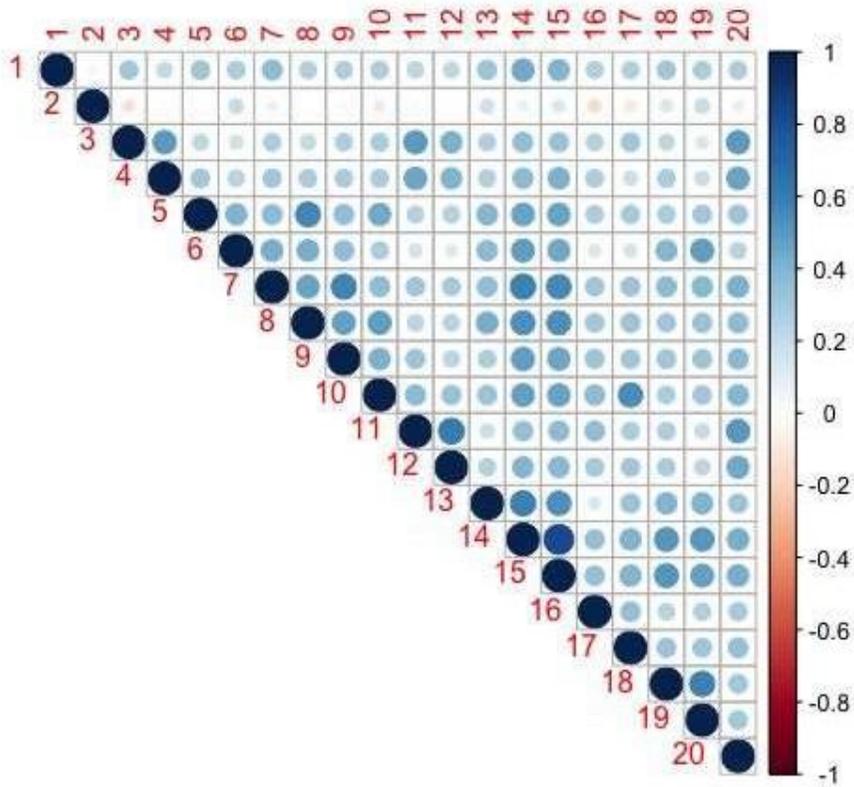
Exemplos de Questões:

- Me sinto parte dessa comunidade
- A temperatura dentro da minha casa é agradável
- Me sinto feliz em morar nessa casa

- Busca-se identificar padrões e relacionamentos entre as questões da EAMR
- Eventualmente os fatores podem ser interpretados como domínios da EAMR
- Todas as questões apresentaram KMO maior ou igual a 0,88, com exceção da questão 2 que obteve KMO igual a 0,59
- O KMO geral foi de 0,92
- O número de fatores foi escolhido com base no critério de Kaiser e na interpretabilidade dos fatores
- Escolheu-se o método de eixos principais e a rotação varimax

Análise fatorial

Correlação entre as questões e número de fatores



Análise fatorial

Questões	Fator 2	Fator 3	Fator 1
3 Me sinto parte dessa comunidade.	0,646	0,068	0,197
4 As pessoas que são importantes pra mim moram nesse bairro.	0,571	0,201	0,179
11 A maioria das pessoas que conheço moram nesse bairro.	0,755	0,076	0,175
12 Meus familiares moram perto da minha casa.	0,656	0,149	0,16
20 Me identifico com as pessoas que moram nesse bairro.	0,588	0,169	0,338
2 Considero frágil a estrutura física da minha casa (invertido).	-0,087	0,431	-0,215
6 A temperatura dentro da minha casa é agradável.	0,053	0,581	0,299
13 Me sinto seguro morando nessa casa por acreditar que não serei atingido por um desastre.	0,182	0,53	0,312
18 Tenho espaço em minha casa para receber visitas.	0,257	0,573	0,211
19 Gosto da aparência física da minha casa.	0,14	0,613	0,257
7 Sinto falta da minha casa quando estou longe.	0,258	0,418	0,466
14 Me sinto feliz em morar nessa casa.	0,314	0,613	0,502
15 Me sinto satisfeito em morar nessa casa.	0,333	0,593	0,47
5 É meu destino morar nessa casa.	0,169	0,291	0,54
8 As pessoas que moram comigo acreditam que devemos ficar nessa casa.	0,119	0,316	0,652
9 Quando saio de casa quero voltar o mais rápido possível.	0,237	0,291	0,5
10 Eu sofreria muito se tivesse que sair da minha casa.	0,285	0,105	0,664
16 Tenho orgulho por ter ajudado a construir essa casa.	0,332	0,048	0,423
17 Se tivesse que me mudar seria difícil para eu me acostumar.	0,28	0,117	0,505
1 Minha casa é meu porto seguro.	0,246	0,316	0,294
Porcentagem da variância explicada	14,6%	14,5%	16,0%

Análise fatorial

Questões	Comunidade	Bem-estar	Apego físico
3 Me sinto parte dessa comunidade.	0,646		
4 As pessoas que são importantes pra mim moram nesse bairro.	0,571		
11 A maioria das pessoas que conheço moram nesse bairro.	0,755		
12 Meus familiares moram perto da minha casa.	0,656		
20 Me identifico com as pessoas que moram nesse bairro.	0,588		
2 Considero frágil a estrutura física da minha casa (invertido).		0,431	
6 A temperatura dentro da minha casa é agradável.		0,581	
13 Me sinto seguro morando nessa casa por acreditar que não serei atingido por um desastre.		0,53	
18 Tenho espaço em minha casa para receber visitas.		0,573	
19 Gosto da aparência física da minha casa.		0,613	
7 Sinto falta da minha casa quando estou longe.		0,418	0,466
14 Me sinto feliz em morar nessa casa.		0,613	0,502
15 Me sinto satisfeito em morar nessa casa.		0,593	0,47
5 É meu destino morar nessa casa.			0,54
8 As pessoas que moram comigo acreditam que devemos ficar nessa casa.			0,652
9 Quando saio de casa quero voltar o mais rápido possível.			0,5
10 Eu sofreria muito se tivesse que sair da minha casa.			0,664
16 Tenho orgulho por ter ajudado a construir essa casa.			0,423
17 Se tivesse que me mudar seria difícil para eu me acostumar.			0,505
1 Minha casa é meu porto seguro.			
Porcentagem da variância explicada	14,6%	14,5%	16,0%

Cargas maiores que 0,35

Análise fatorial

- A partir das cargas fatoriais maiores que 0,35, interpretamos os fatores da seguinte forma:
 - **Fator 1: Apego físico**
 - **Fator 2: Comunidade**
 - **Fator 3: Bem-estar**

Análise fatorial

Questões	Comunidade	Bem-estar	Apego físico
3 Me sinto parte dessa comunidade.	0,646		
4 As pessoas que são importantes pra mim moram nesse bairro.	0,571		
11 A maioria das pessoas que conheço moram nesse bairro.	0,755		
12 Meus familiares moram perto da minha casa.	0,656		
20 Me identifico com as pessoas que moram nesse bairro.	0,588		
2 Considero frágil a estrutura física da minha casa (invertido).		0,431	
6 A temperatura dentro da minha casa é agradável.		0,581	
13 Me sinto seguro morando nessa casa por acreditar que não serei atingido por um desastre.		0,53	
18 Tenho espaço em minha casa para receber visitas.		0,573	
19 Gosto da aparência física da minha casa.		0,613	
7 Sinto falta da minha casa quando estou longe.		0,418	0,466
14 Me sinto feliz em morar nessa casa.		0,613	0,502
15 Me sinto satisfeito em morar nessa casa.		0,593	0,47
5 É meu destino morar nessa casa.			0,54
8 As pessoas que moram comigo acreditam que devemos ficar nessa casa.			0,652
9 Quando saio de casa quero voltar o mais rápido possível.			0,5
10 Eu sofreria muito se tivesse que sair da minha casa.			0,664
16 Tenho orgulho por ter ajudado a construir essa casa.			0,423
17 Se tivesse que me mudar seria difícil para eu me acostumar.			0,505
1 Minha casa é meu porto seguro.			
Porcentagem da variância explicada	14,6%	14,5%	16,0%

Análise fatorial

Questões	Comunidade	Bem-estar	Apego físico
3 Me sinto parte dessa comunidade.	0,646		
4 As pessoas que são importantes pra mim moram nesse bairro.	0,571		
11 A maioria das pessoas que conheço moram nesse bairro.	0,755		
12 Meus familiares moram perto da minha casa.	0,656		
20 Me identifico com as pessoas que moram nesse bairro.	0,588		
2 Considero frágil a estrutura física da minha casa (invertido).		0,431	
6 A temperatura dentro da minha casa é agradável.		0,581	
13 Me sinto seguro morando nessa casa por acreditar que não serei atingido por um desastre.		0,53	
18 Tenho espaço em minha casa para receber visitas.		0,573	
19 Gosto da aparência física da minha casa.		0,613	
7 Sinto falta da minha casa quando estou longe.		0,418	0,466
14 Me sinto feliz em morar nessa casa.		0,613	0,502
15 Me sinto satisfeito em morar nessa casa.		0,593	0,47
5 É meu destino morar nessa casa.			0,54
8 As pessoas que moram comigo acreditam que devemos ficar nessa casa.			0,652
9 Quando saio de casa quero voltar o mais rápido possível.			0,5
10 Eu sofreria muito se tivesse que sair da minha casa.			0,664
16 Tenho orgulho por ter ajudado a construir essa casa.			0,423
17 Se tivesse que me mudar seria difícil para eu me acostumar.			0,505
1 Minha casa é meu porto seguro.			
Porcentagem da variância explicada	14,6%	14,5%	16,0%

Análise fatorial

Questões	Comunidade	Bem-estar	Apego físico
3 Me sinto parte dessa comunidade.	0,646		
4 As pessoas que são importantes pra mim moram nesse bairro.	0,571		
11 A maioria das pessoas que conheço moram nesse bairro.	0,755		
12 Meus familiares moram perto da minha casa.	0,656		
20 Me identifico com as pessoas que moram nesse bairro.	0,588		
2 Considero frágil a estrutura física da minha casa (invertido).		0,431	
6 A temperatura dentro da minha casa é agradável.		0,581	
13 Me sinto seguro morando nessa casa por acreditar que não serei atingido por um desastre.		0,53	
18 Tenho espaço em minha casa para receber visitas.		0,573	
19 Gosto da aparência física da minha casa.		0,613	
7 Sinto falta da minha casa quando estou longe.		0,418	0,466
14 Me sinto feliz em morar nessa casa.		0,613	0,502
15 Me sinto satisfeito em morar nessa casa.		0,593	0,47
5 É meu destino morar nessa casa.			0,54
8 As pessoas que moram comigo acreditam que devemos ficar nessa casa.			0,652
9 Quando saio de casa quero voltar o mais rápido possível.			0,5
10 Eu sofreria muito se tivesse que sair da minha casa.			0,664
16 Tenho orgulho por ter ajudado a construir essa casa.			0,423
17 Se tivesse que me mudar seria difícil para eu me acostumar.			0,505
1 Minha casa é meu porto seguro.			
Porcentagem da variância explicada	14,6%	14,5%	16,0%

Análise fatorial

Questões	Comunidade	Bem-estar	Apego físico
3 Me sinto parte dessa comunidade.	0,646		
4 As pessoas que são importantes pra mim moram nesse bairro.	0,571		
11 A maioria das pessoas que conheço moram nesse bairro.	0,755		
12 Meus familiares moram perto da minha casa.	0,656		
20 Me identifico com as pessoas que moram nesse bairro.	0,588		
2 Considero frágil a estrutura física da minha casa (invertido).		0,431	
6 A temperatura dentro da minha casa é agradável.		0,581	
13 Me sinto seguro morando nessa casa por acreditar que não serei atingido por um desastre.		0,53	
18 Tenho espaço em minha casa para receber visitas.		0,573	
19 Gosto da aparência física da minha casa.		0,613	
7 Sinto falta da minha casa quando estou longe.		0,418	0,466
14 Me sinto feliz em morar nessa casa.		0,613	0,502
15 Me sinto satisfeito em morar nessa casa.		0,593	0,47
5 É meu destino morar nessa casa.			0,54
8 As pessoas que moram comigo acreditam que devemos ficar nessa casa.			0,652
9 Quando saio de casa quero voltar o mais rápido possível.			0,5
10 Eu sofreria muito se tivesse que sair da minha casa.			0,664
16 Tenho orgulho por ter ajudado a construir essa casa.			0,423
17 Se tivesse que me mudar seria difícil para eu me acostumar.			0,505
1 Minha casa é meu porto seguro.			
Porcentagem da variância explicada	14,6%	14,5%	16,0%

Como calcular o escore fatorial?

O escore fatorial é o valor dos fatores para cada indivíduo.

O cálculo dos escores fatoriais por componentes principais é feito da seguinte forma:

- Padroniza-se os escores das questões
- Multiplica os escores padronizados pelas cargas fatoriais (carga da questão 1 multiplica o escore padronizado da questão 1 e assim por diante)
- Soma-se os novos valores

No lugar de 20 respostas serão 3 respostas, correspondentes aos fatores Comunidade, Apego físico e Bem-estar.

Como calcular o escore fatorial?

Exemplo

Cálculo do escore fatorial para o sujeito 1 e o fator Comunidade:

Cargas do fator Comunidade (1 a 20):

(0,246; -0,087; 0,646; 0,571; 0,169; 0,053; 0,258; 0,119; 0,237; 0,285; 0,755; 0,656; 0,182; 0,314;
0,333; 0,332; 0,280; 0,257; 0,140; 0,588)

Escore padronizados (1 a 20):

(0,460; 0,704; 0,721; 0,803; 0,447; 0,889; -0,806; -0,302; 0,137; -0,325; -1,592; -1,282; -1,152; -0,034;
0,063; -0,177; -0,248; 0,304; -0,299; 0,057)

Como calcular o escore fatorial?

Exemplo

Cálculo do escore fatorial para o sujeito 1 e o fator Comunidade:

Multiplicação das cargas e escores padronizados (1 a 20):

(0,113; -0,06; 0,466; 0,459; 0,076; 0,047; -0,208; -0,036; 0,032; -0,093; -1,202; -0,84; -0,21; -0,011; 0,021;
-0,059; -0,069; 0,078; -0,042; 0,034)

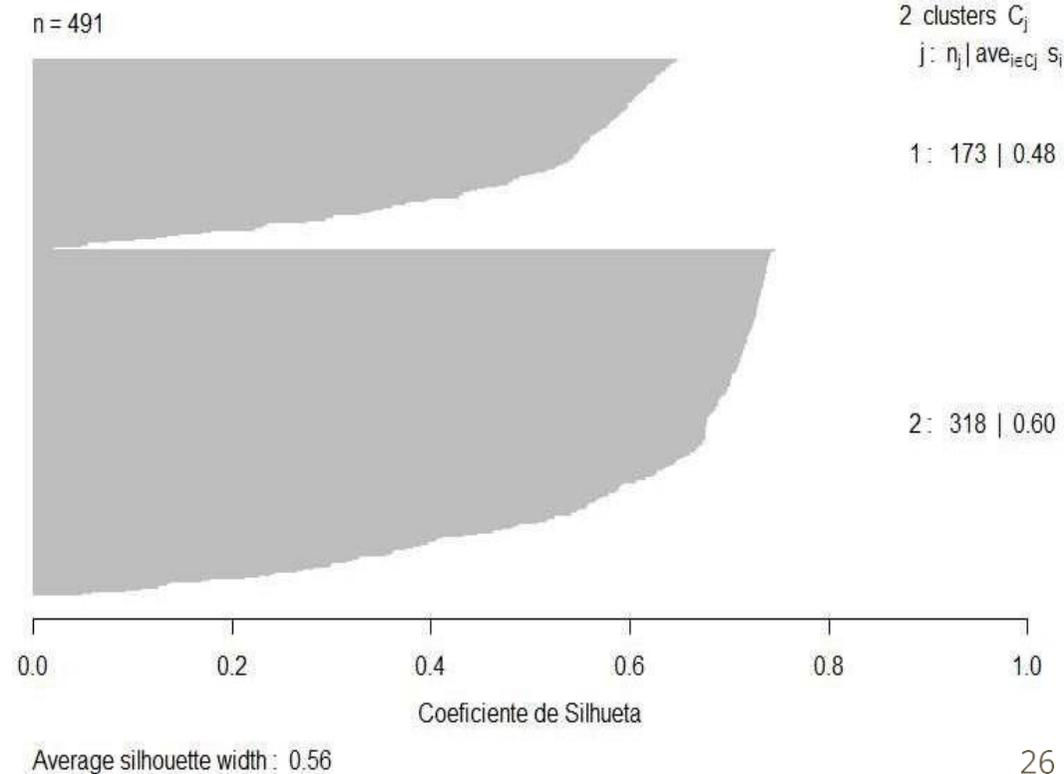
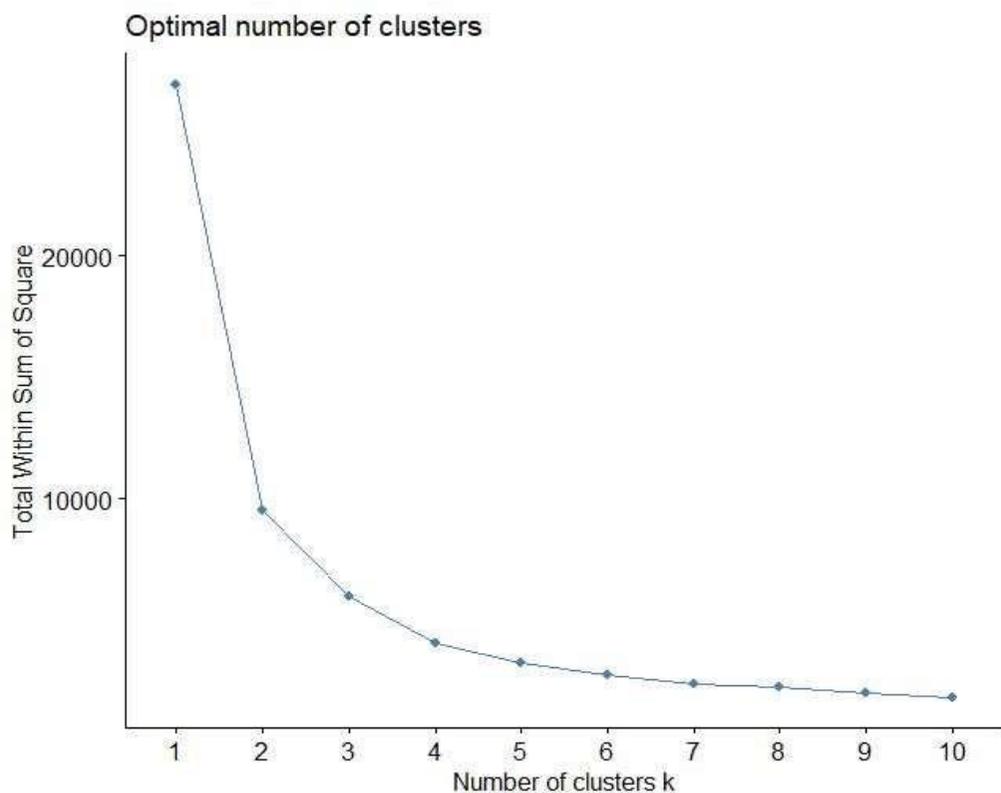
Soma final: -1,5

Portanto o escore fatorial do indivíduo 1 para o fator Comunidade é -1,5.

Análise de agrupamento - K-médias

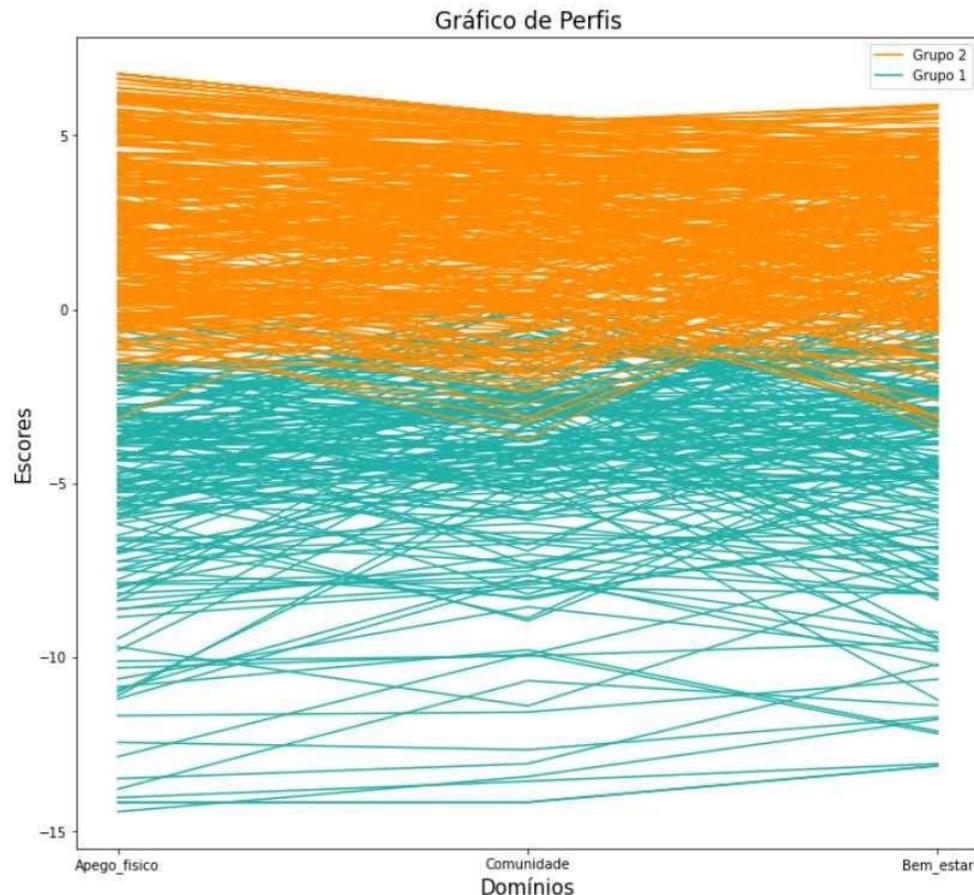
Como calcular o escore padrão?

Divisão da amostra em dois grupos principais



Análise de agrupamento - K-médias

Apego à Moradia de Risco



Grupo 1 (média; desvio padrão)

Escores menores de apego físico, senso de comunidade e sensação de bem-estar

- Apego Físico (-5,1; 3,1)
- Comunidade (-4,4; 3,0)
- Bem-estar (-4,5; 3,1)

Grupo 2 (média; desvio padrão)

Escores maiores de apego físico, senso de comunidade e sensação de bem-estar

- Apego Físico (2,8; 2,3)
- Comunidade (2,4; 2,2)
- Bem-estar (2,4; 2,0)

Análise discriminante

- Busca-se analisar se os fatores observados são capazes de diferenciar os dois grupos
- A partir dos grupos formados com a amostra de 491 indivíduos, cria-se uma regra de discriminação

Análise de agrupamento	Análise discriminante	
	Grupo 1	Grupo 2
Grupo 1	161	12
Grupo 2	0	318

- A regra de discriminação classificou corretamente 97,6% dos indivíduos

Análise discriminante

- Usamos essa regra para classificar os 16 indivíduos que responderam aos 3 questionários

Classificação	Indivíduos
Grupo 1	3, 6, 8, 18, 19, 20, 21
Grupo 2	1, 2, 4, 5, 7, 10, 11, 12, 17

- Sete indivíduos foram classificados no Grupo 1 e nove no Grupo 2

Apego adulto e apego a moradia de risco

Apego a Moradia de Risco	Apego Adulto		
	Seguro	Evitativo	Ansioso
Baixo (Grupo 1)	2	3	2
Alto (Grupo 2)	4	4	1

Resultado do Teste Exato de Fisher: p -valor = 0,816

Conclusão: não há relação entre apego adulto e apego à moradia de risco

Comparação de Grupos

Relação entre Apego Adulto e Apego à Moradia de Risco

Fatores de Apego à Moradia de Risco	Apego adulto		
	Seguro	Evitativo	Ansioso
Apego físico	-1,26 (5,12)	1,26 (4,30)	-2,58 (5,72)
Comunidade	-0,61 (5,06)	0,61 (5,02)	-2,54 (3,75)
Bem-estar	-1,15 (3,84)	0,55 (3,36)	-2,47 (4,20)

Resultados do Teste de Kruskal-Wallis:

- Apego físico: p -valor = 0,39
- Comunidade: p -valor = 0,41
- Bem-estar: p -valor = 0,57

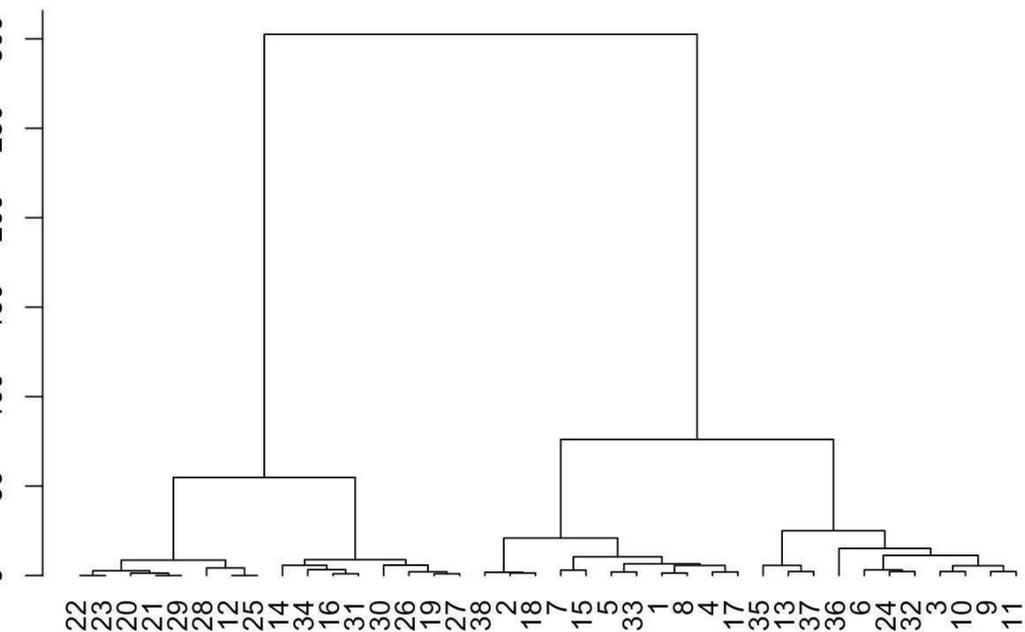
Conclusão: não existe diferença entre os escores médios dos grupos para Apego físico, Comunidade e Bem-estar

Apego ao lugar e apego a moradia de risco

Apego a Moradia de Risco	Apego ao Lugar	
	Baixo	Alto
Baixo (Grupo 1)	5	0
Alto (Grupo 2)	2	9

Resultado do Teste Exato de Fisher: p -valor = 0,005

Conclusão: há relação entre apego ao lugar e apego à moradia de risco



- Os dados não indicam relação entre apego adulto e apego ao lugar
- Os dados não indicam relação entre apego adulto e apego à moradia de risco
- Os dados indicam relação entre apego ao lugar e apego à moradia de risco

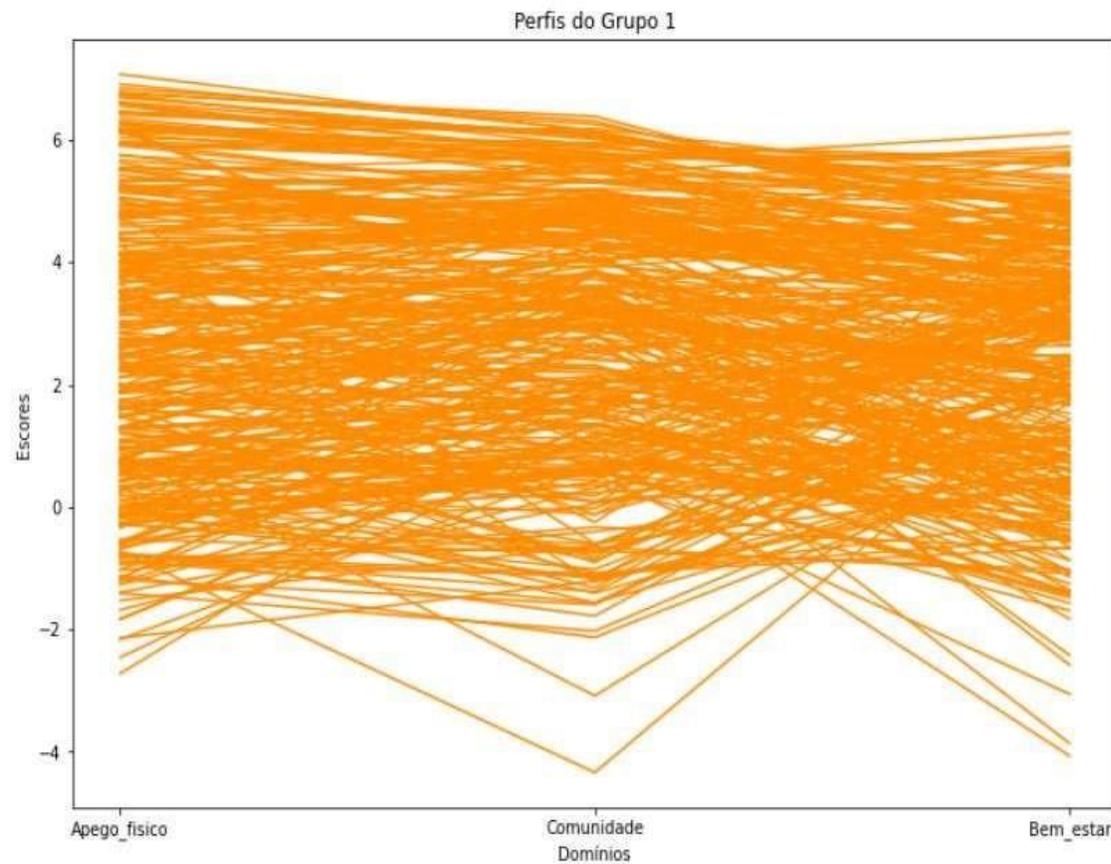
Limitações do estudo

- Amostra pequena para apego adulto e apego ao lugar
- Escala de Apego ao Lugar não validada no Brasil
- Classificação pela EAA não é padronizada
- Escala de Apego à Moradia de Risco ainda está em desenvolvimento

Obrigada!

Análise de agrupamento - K-médias

Apego à Moradia de Risco



Grupo 1 (média; desvio-padrão)

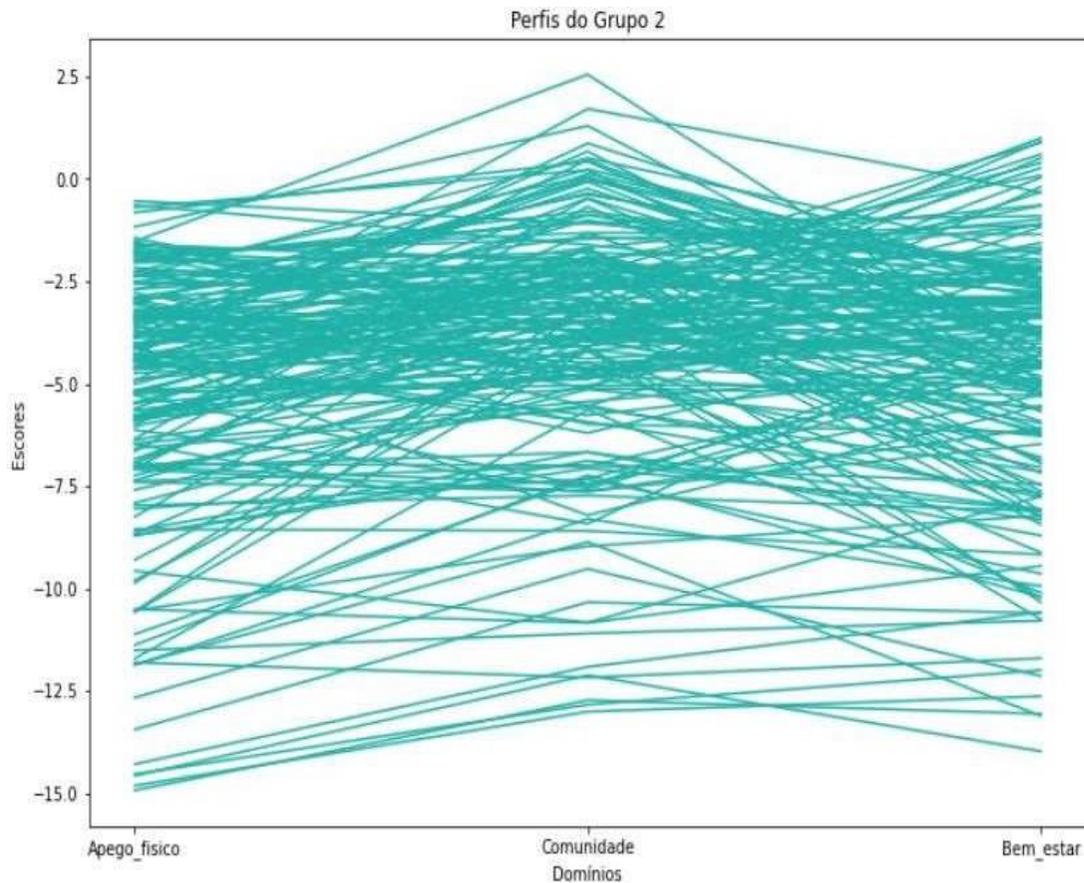
Apego Físico (2,6; 2,4)

Comunidade (2,8; 2,2)

Bem-estar (2,4; 2,0)

Análise de agrupamento - K-médias

Apego à Moradia de Risco



Grupo 2 (média; desvio-padrão)

Apego Físico (-5,3; 3,2)

Comunidade (-3,9; 3,0)

Bem-estar (-4,7; 3,2)